

1 **936ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Aos dezesseis dias do mês de  
2 novembro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, reúne-se o  
3 Conselho Universitário, em sessão extraordinária, na Sala do Conselho  
4 Universitário, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a  
5 presidência do M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o  
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Helio Nogueira da  
7 Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Arminda do Nascimento  
8 Arruda, Telma Maria Tenório Zorn, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França  
9 Adorno de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, Celso Lafer, Reinaldo  
10 Guerreiro, Adalberto Américo Fischmann, Ana Lúcia Duarte Lanna, Mauro  
11 Wilton de Sousa, Sônia Salzstein Goldberg, Lisete Regina Gomes Arelaro,  
12 Marcelo Giordan Santos, Antonio Carlos Hernandez, Luiz Nunes de Oliveira,  
13 Fernando Silveira Navarra, José Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato,  
14 Maria do Carmo Calijuri, Paulo Seleglim Junior, Euclides Ayres de Castilho,  
15 Geraldo Duarte, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei Ornellas, Ivano  
16 Gebhardt Rolf Gutz, Albérico Borges Ferreira da Silva, Antonio Aprigio da Silva  
17 Curvelo, José Carlos Maldonado, Caetano Traina Junior, Flávio Ulhoa Coelho,  
18 Sergio Muniz Oliva Filho, Tércio Ambrizzi, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Sonia  
19 Maria Barros de Oliveira, Paulo Roberto dos Santos, Jorge Mancini Filho, Maria  
20 Inês Rocha Miritello Santoro, Benedito Corrêa, Carlos Frederico Martins Menck,  
21 Welington Braz Carvalho Delitti, Antonio Roque Dechen, Joaquim José de  
22 Camargo Engler, Enrico Lippi Ortolani, Wilson Roberto Fernandes, Isília  
23 Aparecida Silva, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Regina Aparecida Garcia de  
24 Lima, Osvaldo Luiz Bezzon, Teresa Lúcia Colussi Lamano, José Carlos  
25 Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rodney Garcia Rocha, Antonio Carlos de  
26 Campos, Emma Otta, Michel Michaelovitch de Mahiques, Belmiro Mendes de  
27 Castro Filho, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco de Assis Leone, Carlos  
28 Eduardo Negrão, Maria Teresa Silveira Böhme, Sérgio de Albuquerque, Helena  
29 Ribeiro, Sueli Gandolfi Dallari, Paulo José do Amaral Sobral, Elisabete Maria  
30 Macedo Viegas, Alberto Borges Matias, Walter Belluzzo Júnior, José Jorge  
31 Boueri Filho, Edson Roberto Leite, Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Domingos  
32 Sávio Giordani, Ignácio Maria Poveda Velasco, Heleno Taveira Torres, Valdir  
33 José Barbanti, Maria Regina Torqueti Toloí, Cecília Helena Lorenzini de Salles  
34 Oliveira, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Marcos Nascimento Magalhães,  
35 Manoel Fernandes de Sousa Neto, Dário Ferreira Sousa Neto, Francisco de  
36 Melo Viríssimo, Felipe Martins Passero, José Arana Varela, Leny Pereira  
37 Sant’Anna, Marcos de Mattos Pimenta, Amanda Guerra de Moraes Rego  
38 Sousa, José Maria Pacheco de Souza, José Oswaldo de Oliveira Neto, Renan  
39 Theodoro de Oliveira, Rodrigo Souza Neves, Marcello Ferreira dos Santos,  
40 Alexandre Pariol Filho e André Luiz Orlandin, presente, também, o Prof. Dr.  
41 Rubens Beçak, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas  
42 ausências, sendo substituídos por seus suplentes, os Conselheiros: Teresa  
43 Ancona Lopez, Fábio Frezatti, Maria Dora Genis Mourão, Renato Figueiredo  
44 Jardim, Benedito Carlos Maciel, Pedro Alberto Morettin, João Evangelista  
45 Steiner, Colombo Celso Gaeta Tassinari, Marcos Egydio da Silva, Rui Curi,  
46 Luiz Roberto Giorgetti de Britto, José Antonio Visintin, Leonardo José  
47 Richtzenhain, Carlos de Paula Eduardo, Douglas Emygdio de Faria,  
48 Sigismundo Bialoskorski Neto, Luiz Eugenio Garcez Leme, Fábio de Salles  
49 Meirelles, João Guilherme Sabino Ometto e Celso de Barros Gomes.  
50 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Sylvio Barros Sawaya,

51 Alejandro Szanto de Toledo, Giovanni Guido Cerri, Miguel Trefaut Urbano  
52 Rodrigues, Maria Helena Trench Ciampone, Vera Silvia Raad Bussab, Patrícia  
53 Maria Berardo Gonçalves Maia Campos, Renato Janine Ribeiro, Mariana  
54 Aldrigui Carvalho, Antonio José Bezerra de Menezes Junior, Thiago de Faria e  
55 Silva, Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Camilo Molino Guidoni, Paulo  
56 Dimas da Silveira Tauyr, Gabriel Salles Barbério, Francisco Carvalho de Brito  
57 Cruz, Carime Thomazini André, Robson Silva Thomaz, Abram Szajman e Silas  
58 Cardoso de Souza. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor  
59 declara aberta a sessão, dando boas vindas a todos e em especial realça a  
60 presença do Prof. Celso Lafer, que não veio na qualidade de Presidente da  
61 FAPESP, mas na qualidade de suplente do representante da Congregação da  
62 Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A seguir, o **M. Reitor**  
63 coloca em discussão a Ata da 934ª Sessão, realizada em 14.09.2010, sendo a  
64 mesma aprovada por unanimidade. Ato seguinte, o **M. Reitor** solicita ao  
65 Secretário Geral que apresente os novos membros do Conselho Universitário.  
66 **Prof. Dr. Rubens Beçak**: “Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa  
67 do Estado de São Paulo - FAPESP: Prof. Dr. José Arana Varela. Reconduzido:  
68 Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São  
69 Paulo – FAESP: Dr. Fábio de Salles Meirelles.” A seguir, o **M. Reitor** passa a  
70 palavra aos Pró-Reitores. **Cons.ª Cons.ª Telma Maria T. Zorn**: “Minha primeira  
71 informação, na realidade, é um convite a participação de todos, por se tratar de  
72 uma questão muito importante para a universidade. É que a Pró-Reitoria de  
73 Graduação, desde outubro, tem se debruçado sobre a preparação da recepção  
74 dos novos calouros. É um momento muito importante na nossa vida acadêmica  
75 e que requer de todos os dirigentes o cuidado especial na preparação da  
76 recepção desses novos jovens que entrarão na Universidade. A Pró-Reitoria já  
77 fez algumas reuniões importantes. A primeira delas, em outubro, foi para  
78 escolher a nossa campanha que irá ser lançada e que simbolize aquilo que a  
79 Universidade pensa em relação à importância e o significado da recepção  
80 desses alunos. Isso é feito com a colaboração da ECA, que agradeço muito.  
81 Foi uma ocasião muito importante. O grupo do terceiro ano do curso de  
82 Marketing, que é dirigido pelo professor Eliodoro Teixeira Bastos Filho,  
83 apresentou nessa sala, de uma maneira muito bonita, as propostas. Eram dez  
84 grupos e agora temos a dificuldade de escolher a melhor, aquela que mais  
85 simbolize o que a USP quer dizer para esses ingressantes. Sabemos toda a  
86 questão envolvida com essa chegada, que tem caráter de uma iniciação, que  
87 às vezes perde um pouco o controle e temos que estar atentos a isso.  
88 Realizamos um seminário, na semana passada, com uma comissão formada  
89 por representantes de todas as Unidades, aqui mesmo nessa sala, para dar  
90 conhecimento da legislação sobre o assunto que envolve a proibição do uso de  
91 bebida alcoólica nessa Universidade e, portanto, também durante esse  
92 período. Peço que cada um dos Diretores fiquem bem próximos dessas ações,  
93 para que tudo ocorra muito bem nessa recepção aos calouros. Gostaria,  
94 também, de informar que as melhores campanhas são sempre premiadas e  
95 que houve, em outubro, a premiação da melhor campanha do ano passado,  
96 que foi a do Instituto de Psicologia. Gostaria de parabenizar a Instituição e a  
97 sua Diretora, Prof.ª Emma Otta. Além desse Prêmio foram concedidas duas  
98 menções honrosas: para a EACH e ao Instituto de Física de São Carlos. Esta é  
99 a maneira que a Universidade e a Pró-Reitoria de Graduação têm para

100 reconhecer aquelas propostas que realmente se destacaram durante. A  
101 segunda informação é o lançamento dos nossos programas, para início em  
102 2011. Um deles já foi lançado e já recebi várias manifestações positivas, o que  
103 nos agrada muito. Trata-se do Programa de Monitoria apoiado por 500 bolsas.  
104 Esse programa vêm se associar ao Programa PAE, da Pró-Reitoria de Pós-  
105 Graduação e, dessa maneira, a intenção é aproximar cada vez mais os nossos  
106 alunos de graduação e também de pós-graduação das atividades de  
107 graduação. É muito importante o desenvolvimento dessa proximidade desde  
108 cedo, não só porque irá favorecer e permitir que aqueles alunos que estão mais  
109 próximos das ações, das atividades em sala de aula aprendam mais e se  
110 beneficiem, como despertará neles maior carinho, reconhecimento e gosto para  
111 se tornarem futuros professores das universidades do nosso País. O segundo  
112 Programa, que está em fase final, quase pronto para ser lançado a partir do  
113 ano que vem é o Programa de Recuperação de Salas de Aulas. Esse  
114 Programa terá um foco naquelas Unidades que possuem curso noturno, mas,  
115 também será oferecido apoio àqueles que não possuem curso noturno. O  
116 projeto está sendo delineado, faltando ainda acertar alguns detalhes com o  
117 Prof. Massola. No começo de 2011, em janeiro, certamente todos receberão o  
118 edital completo para que possamos fazer a recuperação dos nossos ambientes  
119 de sala de aula, conforme consta no programa de gestão da Pró-Reitoria e no  
120 programa da Reitoria. Outro Programa no qual estamos trabalhando é um  
121 Programa para Apoio à Produção de Material Didático na Universidade. A  
122 produção de material didático é muito importante e creio haver muita  
123 potencialidade para produção uma variedade desses materiais e a Pró-Reitoria  
124 pode contribuir para ajudar e financiar a sua produção. Não só livros, mas  
125 mídias, vídeos, filmes, enfim, tudo aquilo que cada uma das Unidades, na sua  
126 especificidade, tiver capacidade de contribuir para a produção do nosso próprio  
127 material de ensino. Sabemos que isso tem sido um anseio da comunidade,  
128 recebi *e-mails* no início da gestão pedindo que apoiássemos esse tipo de  
129 proposta, uma vez que não é possível as Fundações, FAPESP, CNPq ou  
130 qualquer outra, fazer esse tipo de suporte. Outro Programa que está sendo  
131 delineado é um pouco diferente daquilo que tem acontecido na graduação,  
132 onde normalmente as verbas são distribuídas às Unidades particularmente pelo  
133 critério de número de matrículas. Trata-se de um Programa voltado para apoiar  
134 a Instalação de Laboratórios Inovadores para Aulas Práticas. Penso que esse  
135 deve ser um Programa competitivo, da mesma maneira que estamos  
136 acostumados a fazer na área da pesquisa. Ainda não tenho completamente  
137 definido o número de laboratórios que poderiam ser atendidos, mas,  
138 provavelmente, em uma primeira etapa, penso ser possível apoiar cerca de  
139 vinte programas que apresentem propostas inovadoras de instalação de  
140 laboratório de ponta, modernos, que possam dar um diferencial ao ensino  
141 prático na Universidade. Esperamos que esse projeto venha a contribuir de  
142 modo significativo com a melhoria da nossa graduação, particularmente no que  
143 diz respeito ao ensino de aulas práticas, que é extremamente importante, em  
144 complementação às aulas teóricas. Outras atividades estão ocorrendo na Pró-  
145 Reitoria através do apoio de três grupos de trabalho. Um deles está estudando  
146 questões remanescentes em relação a adesão da USP ao ENADE. Penso  
147 que essa decisão deva ser tomada ainda em 2011. Há várias implicações da  
148 ausência da USP no ENADE, que tem sido apontada principalmente s áreas de

149 Engenharia e de Arquitetura como, por exemplo, o impedimento de participar  
150 em competição de grandes projetos do MERCOSUL. Portanto, é necessário  
151 que tenhamos uma posição final sobre a nossa participação nesse concurso. A  
152 UNICAMP bem como a UNESP já aderiram ao ENADE, de modo que a USP  
153 agora está solitária na ausência do nesse concurso. A UNICAMP tem me  
154 apoiado bastante oferecendo informações. Falarei mais adiante sobre o Fórum  
155 dos Pró-Reitores das três universidades Paulistas. Mas, em resumo a idéia é  
156 que haja compartilhamento de experiências entre as três Universidades. Já  
157 solicitei documentações específicas da UNICAMP que me esclareçam quais as  
158 razões que levaram a UNICAMP a entrar no ENADE e que tipo de negociação  
159 ainda se pode fazer com o MEC. O outro grupo de trabalho da Pró-Reitoria de  
160 Graduação está debruçado sobre a inclusão social. Apresentei aqui na semana  
161 passada apenas alguns dos dados, mas temos um número muito maior a  
162 serem trabalhados para consolidar de fato a nossa visão histórica a respeito da  
163 inclusão social. O terceiro GT (grupo de trabalho) se debruça sobre um assunto  
164 de muita importância, pelo que temos percebido em todos os relatórios de  
165 avaliação das Unidades, que é a valorização da graduação e das atividades  
166 dos docentes. Esse é um grande desafio da minha gestão, encontrar  
167 parâmetros que realmente possam mensurar e conseqüentemente permitam  
168 valorizar as atividades de graduação. Não vai ser fácil, mas quem sabe  
169 conseguimos achar um equilíbrio nessa situação. Já iniciei ofício aos  
170 presidentes de comissões de graduação e diretores de unidades solicitando  
171 que fosse informada à Pró-Reitoria toda a publicação de livros didáticos. Essa  
172 produção não é identificável nos relatórios do SIBi. Desculpem se estou lhes  
173 dando trabalho, mas a única maneira de termos conhecimento sobre essa  
174 produção é através dos próprios autores. É importante conhecer onde esses  
175 livros são usados: se apenas nas aulas aqui na USP, em outras instituições  
176 dentro e fora do Brasil. Sei que existem livros de grande valor. No meu próprio  
177 Instituto temos uma produção sensacional. Trata-se do livro Histologia Básica  
178 de Junqueira e Carneiro. Esse livro é traduzido para várias línguas e utilizado  
179 em excelentes universidades em várias partes do mundo. Tenho certeza que  
180 outros departamentos também possuem obras importantes. Essa produção é  
181 muito importante para que possamos ressaltar as nossas atividades de  
182 graduação. Outro assunto importante para a Pró-Reitoria de Graduação e que  
183 já inclui entre os instrumentos que considero de grande importância para a  
184 inclusão social e para o apoio e desenvolvimento do ensino médio são os  
185 cursos de licenciaturas. Em relação as Licenciaturas houve um certo  
186 desconforto manifestado pela CIL- Comissão Interunidades das Licenciaturas-  
187 a respeito da interpretação de que o documento, aprovado no CoG e no Co,  
188 que fazia reflexão sobre as diretrizes para criação de novos cursos, trazia  
189 alguma mensagem de não apoio as licenciaturas. Deixo claro, mais uma vez,  
190 que em nenhum momento aquele documento pretendeu dizer ou de fazer  
191 pensar que a Pró-Reitoria de Graduação e a Universidade não entendam a  
192 importância das licenciaturas como um instrumento de contribuição social para  
193 o fortalecimento da qualidade do ensino pré-universitário. O que o documento  
194 convida a refletir é a respeito da baixa demanda de alguns cursos. Entres  
195 esses estão alguns de licenciatura. Entretanto, todos nós sabemos que as  
196 causas da baixa demanda de cursos de licenciatura extrapolam os muros  
197 dessa Universidade e dizem respeito ao baixo salário e pouco reconhecimento,

198 entre outras, como já foi discutido aqui na semana passada. O apoio da Pró-  
199 Reitoria de Graduação às licenciaturas vem sendo firme e deve continuar. Sei  
200 que há falta de docentes para complementar os quadros. Durante o ano inteiro  
201 trabalhei em prol de solucionar essa questão que já vinha herdada da gestão  
202 anterior. Quero deixar claro que a Pró-Reitora está próxima dos cursos de  
203 licenciatura. Entendo, como disse o representante da Faculdade de Educação,  
204 que o projeto da licenciatura não está ainda completo. Preciso entendê-lo  
205 melhor, com a ajuda da Faculdade de Educação, inclusive, para que possamos  
206 complementar esse projeto. Andei lendo bastante nesses dias, fica um pouco  
207 longe da minha área, mas sei que se a Faculdade de Educação me ajudar  
208 conseguiremos junto com todos completar esse projeto da maneira como ele  
209 necessita para que se torne um modelo para o ensino pré-universitário,  
210 particularmente aqueles do setor público. Como já mencionado o Fórum dos  
211 Pró-Reitores das quatro Pró-Reitorias já foi estabelecido. Já houve a primeira  
212 reunião dos Pró-Reitores de Graduação das três universidades estaduais  
213 paulistas, que aconteceu no dia 25 de outubro. Nessa primeira reunião  
214 estabeleceu-se uma agenda e acho que com isso teremos um resultado muito  
215 importante tratando juntamente, trocando experiências entre os três Pró-  
216 Reitores sobre assuntos em que uma das Universidades esteja mais adiantada  
217 e a outra menos, como por exemplo, o ENADE. Por exemplo, já houve  
218 compartilhamento de nossa experiência de avaliação através do SIGA. Outro  
219 assunto em que a USP está mais à frente diz respeito ao PET (Programa de  
220 Ensino Tutorial). Enfim, existe uma agenda importante para ser tratada ao  
221 longo de 2011 e acho que isso irá ser muito importante. Finalmente, a última,  
222 mas não menos importante. Infelizmente o Prof. Boueri não chegou ainda, mas  
223 o Prof. Edson está aqui e tenho um prazer muito grande de informar ao  
224 Conselho Universitário que o COREN irá conceder a permissão de exercício  
225 profissional para o novo formato do curso de Obstetrícia, que foi trabalhado em  
226 grande proximidade com a EACH durante todo esse ano. Finalmente, tenho o  
227 prazer de informar que os egressos daqueles cursos da EACH que cumprirem  
228 o novo currículo poderão ter a aprovação do COREN para o exercício de sua  
229 profissão. Fico muito feliz com o resultado positivo desse trabalho. Amanhã  
230 estarei na EACH quando farei lá a comunicação ao Prof. Boueri e à  
231 Congregação,. Desse modo, aqueles que entrarem pelo Vestibular 2011 já  
232 cursarão o novo currículo, os que estão em andamento farão a  
233 complementação e aqueles que já se formaram, serão convidados pela EACH  
234 para complementar a sua formação.” **Cons. Vahan Agopyan: (apresentação)**  
235 "Para ganharmos tempo, tenho o hábito de sempre circular as informações,  
236 além dos Presidentes da CPGs e dos Coordenadores, para os Dirigentes e  
237 outros conselheiros. Estou tentando melhorar o *site* para que seja mais  
238 dinâmico e as pessoas possam ter essas informações. Como temos muitos  
239 assuntos, tentarei simplificar, falando mais de alguns itens e na reunião de  
240 dezembro complemento. Um fato importante é que a Pós-Graduação tem uma  
241 avaliação externa já bem estabelecida. Pelos resultados que irei apresentar os  
242 senhores entenderão e conseguirei justificar o meu ponto de vista, que a  
243 Universidade de São Paulo tem a obrigação de não se restringir à avaliação da  
244 CAPES. A Universidade de São Paulo tem a obrigação de não se basear  
245 exclusivamente na avaliação da CAPES, que é uma avaliação muito  
246 importante, mas pela nossa importância e se estamos querendo ser uma

247 Universidade de referência internacional, não podemos ficar restritos à CAPES,  
248 não é nossa tarefa. No entanto, essa última avaliação, que foi feita foi  
249 extremamente importante para nós, mostra resultados antes dos recursos.  
250 Vocês podem perceber que 73% dos Programas da USP são de conceitos 5, 6  
251 e 7. Do total dos 224 Programas, um quarto teve seus conceitos melhorados.  
252 Desses 55 Programas que melhoraram, chamo a atenção de dois que deram  
253 um salto de dois pontos e passaram de 5 para 7. Apenas três Programas no  
254 Brasil todo conseguiram esse resultado e dois estão aqui na USP: um da  
255 Química de São Carlos e o outro da Faculdade de Medicina. É um fato muito  
256 marcante. Mesmo os que tiveram os conceitos reduzidos, estão sendo  
257 analisados caso a caso, é um número pequeno, mas que tem que ser cuidado.  
258 Quero chamar a atenção, também, que os 33 Programas que estão com  
259 conceito 7 estão distribuídos em todas as nossas Unidades, e tínhamos apenas  
260 25 Programas com conceito 7 e passamos para 33. Não estou muito  
261 preocupado com os que estão com conceito 3, porque três são Programas  
262 novos, que começam no conceito 3, um tem um corpo docente muito reduzido  
263 e estamos analisando como superar essa fase; e realmente outros três estão  
264 sendo analisados com um certo cuidado, mas é um número muito restrito. Os  
265 próximos *slide* são bastante marcantes pois antes da avaliação dos nossos  
266 recursos vocês podem perceber que estamos tendo, nos últimos quinze anos,  
267 uma redução dos Programas com conceito 3, uma redução dos Programas  
268 com conceito 4 e um significativo aumento dos Programas com conceito 6 e 7 e  
269 praticamente 30% dos Programas 7 do País estão nesta Universidade. Existe  
270 uma concentração muito grande de Programas com conceitos elevados na  
271 nossa Universidade e praticamente um quarto dos Programas 6 também está  
272 aqui. 61 Programas solicitaram revisão. Sobre essa revisão de conceito,  
273 fizemos uma série de tratativas, inclusive, convidando o Diretor de Avaliação da  
274 CAPES, Prof. Lívio, para ministrar uma palestra para todos os nossos  
275 coordenadores. Os nossos colegas que participam do CTC da CAPES se  
276 dispuseram e ficaram duas noites discutindo com os nossos coordenadores e  
277 cada recurso foi analisado por uma Comissão dentro da Pró-Reitoria, para que  
278 os pedidos fossem bastante consistentes. Esse resultado excepcional da  
279 CAPES mostra um trabalho contínuo da nossa Universidade nas últimas duas  
280 décadas e nos dá muita responsabilidade, porque temos uma situação de  
281 extrema concentração de cursos de conceitos altos dentro da USP. Temos  
282 uma responsabilidade agora, não somente perante o Estado, mas perante todo  
283 o País, de dar uma resposta e conseguirmos modificar o estágio. Estamos  
284 servindo de referência, de forma que temos obrigação de lidar com essa  
285 responsabilidade e conseguirmos contribuir para a melhoria da Pós-Graduação  
286 brasileira. Isso justifica aqueles grupos de trabalho que foram montados e que  
287 apresentei na reunião anterior. Outra notícia importante é que fizemos três  
288 solicitações novas entre junções de Programas e outras. Oito já estão  
289 recomendados, um não está recomendado e quatro estão em análise, sendo  
290 um em diligência. Quero informar que a EACH agora está com três novos  
291 Programas de pós-graduação, portanto é uma Unidade que já está  
292 conseguindo superar uma fase importante e já está se tornando uma Unidade  
293 de pesquisa dentro da nossa Universidade. Quero, também, parabenizar a  
294 Faculdade de Filosofia, porque acho que deve ser o único Programa no mundo  
295 em Culturas Judaica e Árabe. Temos, agora, um Programa de pós-graduação

296 de Culturas Judaica e Árabe, é um fato bastante marcante. Por último, a  
297 Química de São Carlos, que fez uma matemática muito interessante, juntou um  
298 Programa de conceito 5 com um Programa de conceito 6 e obteve um  
299 Programa de conceito 7. Parabéns aos colegas do Instituto de Química de São  
300 Carlos, a união faz a força. Notícia que talvez os senhores não saibam, dos  
301 Prêmios CAPES de Teses julgados na semana passada, recebemos 11  
302 prêmios e 21 menções honrosas. Foram dados em torno de 40 prêmios,  
303 porque algumas áreas não tiveram premiação nenhuma. Para encerrar, isso  
304 demonstra a nossa responsabilidade. Estamos sendo reconhecidos no País  
305 como centro de excelência. Ficamos muito contentes, mas também muito  
306 preocupados. Por esse motivo que o Conselho de Pós-Graduação realizou o  
307 evento 'A USP pensa a avaliação da Pós-Graduação' e esse evento superou as  
308 expectativas deste Pró-Reitor, porque discutimos não somente a análise crítica  
309 do sistema de avaliação, mas, também, definimos um plano de ação para o  
310 aprimoramento da nossa Pós-Graduação. Esse encontro acabou gerando dois  
311 documentos, um plano de ação para aperfeiçoamento da Pós-Graduação na  
312 USP e outro de sugestões e recomendações para o sistema de avaliação da  
313 Pós-Graduação para nós como universidade e uma contribuição, também, para  
314 a própria CAPES. Agora estamos em uma fase de definir as ações específicas,  
315 mas falarei sobre isso com mais calma, na próxima reunião." **Cons. Marco**  
316 **Antonio Zago**: "Tenho três tópicos a abordar. Em primeiro lugar, eu e os  
317 Professores Vahan, José Roberto Cardoso e Adnei, acabamos de chegar da  
318 abertura do Simpósio Internacional de Iniciação Científica - abertura das Exatas  
319 foi agora de manhã, das Humanidades será à tarde. Amanhã, em Ribeirão  
320 Preto, será a abertura do Simpósio nas áreas de Biológicas e na quinta-feira  
321 haverá a abertura das áreas de Ciências Agrárias, em Piracicaba. Talvez seja  
322 importante ressaltar que este é o mais significativo Programa de Iniciação  
323 Científica que existe no Brasil. A USP tem uma longa tradição, os seus  
324 simpósios de iniciação científica começaram em 1998, portanto estamos  
325 realizando a décima oitava versão e participam desse simpósio, nesse  
326 momento, 4.225 estudantes com trabalhos, são 4.225 trabalhos feitos por  
327 estudantes sob orientação de professores. Todos sabem que sou um grande  
328 entusiasta da Iniciação Científica, e tenho convicção que o programa deveria  
329 ter um papel muito mais importante no ensino de graduação, como instrumento  
330 de formação universitária, não apenas como um instrumento para preparar  
331 pesquisadores. Esse programa, muito bem sucedido, se deve ao empenho de  
332 um grande número de professores, orientadores e, particularmente, citarei os  
333 nomes da Prof.<sup>a</sup> Maria Inês Santoro, que é Coordenadora Geral da Faculdade  
334 de Ciências Farmacêuticas, Prof. Fernando de Queiroz Cunha, Coordenador  
335 da área de Biológicas de Ribeirão Preto, Prof.<sup>a</sup> Miriam Nomura, da Escola de  
336 Educação Física, Prof.<sup>a</sup> Carmen Tadini, da Escola Politécnica, Prof.<sup>a</sup> Maria  
337 Cristina Costa, da Escola de Comunicações e Artes e Coordenadora da área  
338 de Humanidades e a Dra. Beatriz Apezato da Glória, da Escola Superior de  
339 Agricultura. Finalmente, ressalto que esse Programa de Iniciação Científica  
340 envolve hoje, na USP, 6.400 estudantes, na grande maioria bolsistas, além de  
341 1.200 voluntários, mas 6.400 são bolsistas do CNPq, da FAPESP e da própria  
342 Reitoria da USP. Isso corresponde a, aproximadamente, 11% de todos os  
343 estudantes de graduação da Universidade de São Paulo e por isso esse é um  
344 Programa do qual temos muito orgulho e esperamos que possa ser ampliado

345 nos próximos anos. O segundo tópico ao qual quero fazer referência é o  
346 Programa de Incentivo à Pesquisa, da Reitoria da Universidade de São Paulo.  
347 Já fizemos alguns comentários e divulgação, o edital para esse Programa está  
348 aberto. É um Programa que visa reintroduzir a influência da Universidade na  
349 forma da organização e execução de pesquisa na USP. Tem ênfase em  
350 qualidade e temas relevantes, na associação de competências  
351 complementares, objetivando múltiplos produtos da atividade científica,  
352 incluindo: artigos científicos, livros, formação de recursos especializados,  
353 transferência de tecnologia para o setor produtivo e para o governo, criação de  
354 patentes e outros. Esse Programa deve apoiar 31 grupos, sendo 15 grupos  
355 consolidados, competitivos, 12 grupos ainda sem tradição expressiva, mas que  
356 apresentem projetos de qualidade e 4 centros de instrumentação, que é a  
357 iniciativa piloto para vermos de que forma podemos fazer funcionar, de uma  
358 maneira institucional, programas e laboratórios multiusuários organizados, com  
359 base bem estruturada. São cerca de R\$ 50 milhões vindos da Reitoria. É a  
360 maior soma de recursos já empenhados pela Reitoria da Universidade de São  
361 Paulo em um programa de apoio à pesquisa - a maior soma já empenhada por  
362 uma universidade brasileira, podemos dizer. São recursos orçamentários, além  
363 disso, recursos na forma de bolsas para intercâmbio com o exterior e  
364 concessão de técnicos especializados. Portanto, em consequência disso, estão  
365 envolvidas na sua execução as Pró-Reitorias de Pesquisa, de Pós-Graduação,  
366 a Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais e a Vice-Reitoria de  
367 Administração. Último tópico é despertado por aquilo que o Prof. Vahan  
368 apresentou. Quero dizer que a questão da avaliação da Universidade e,  
369 particularmente, no que diz respeito à formação de recursos especializados e à  
370 pesquisa, interessam grandemente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e à Pró-  
371 Reitoria de Pesquisa. Estamos trabalhando conjuntamente nesse tópico e  
372 devemos ampliar e diversificar as maneiras de avaliar. Certamente, não  
373 podemos nos prender exclusivamente ao processo avaliatório da CAPES, que  
374 é muito bom, mas já é bastante antigo e devem conhecer uma lei que se  
375 chama Lei de Goodheart, que diz que uma vez que se inicia um processo de  
376 avaliação, todos os parâmetros utilizados para aquele processo vão perdendo  
377 relevância, pois à medida que o processo de avaliação se repete, os  
378 avaliadores começam organizar as atividades, tendo em vista o processo  
379 avaliatório em si. Tenho a impressão de que a nossa Pós-Graduação no Brasil  
380 foi grandemente afetada por isso.” **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento**  
381 **Arruda: (apresentação)** “Naturalmente, a primeira questão que chama a  
382 atenção de todos hoje é o nosso evento, o projeto Encontro de Gerações, que  
383 já se tornou uma tradição nessa Universidade. Hoje haverá a confraternização  
384 na Sala São Paulo, onde 1.300 pessoas, aproximadamente, se inscreveram e  
385 teremos a apresentação da Orquestra Sinfônica da Universidade e, também, a  
386 participação do embaixador José Bustani. Convido a todos para o nosso  
387 evento. Gostaria, também, de fazer uma comunicação muito rápida: a Pró-  
388 Reitoria de Cultura e Extensão está montando a avaliação dos Núcleos de  
389 Cultura e Extensão a ela ligados, à exemplo do que a Pró-Reitoria de Pesquisa  
390 já fez com os seus Núcleos. E mais do que isso, estamos avaliando o conjunto  
391 dos programas da Pró-Reitoria. Espero, na próxima reunião do Conselho já  
392 trazer algumas informações a todos. Outra comunicação refere-se às iniciativas  
393 desenvolvidas no Parque da Água Branca, em parceria com o Fundo de

394 Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo.  
395 Essa colaboração, que tem se estendido já há algum tempo, contará com um  
396 conjunto de atividades. No início de dezembro, no dia 5, ocorrerá uma  
397 apresentação ligada ao Natal, os Autos do Natal, apresentação que trata a  
398 data a partir da nossa cultura, tentando romper aquela idéia pasteurizada e  
399 difundida do Natal que pouco tem a ver conosco. Criamos, também, um Grupo  
400 de Trabalho que congrega membros da Coordenadoria de Gestão Ambiental  
401 com a Comissão de Estudos de Problemas Ambientais, o Museu de Ciências, o  
402 Parque de Ciência e Tecnologia - CienTec e essa parceria deverá se manter,  
403 se continuarmos com os nossos entendimentos, com a participação da Pró-  
404 Reitoria de Pesquisa. A idéia é que possamos elaborar atividades ligadas não  
405 só à educação do meio ambiente, mas, sobretudo, desenvolver pesquisas na  
406 área. Finalmente, a Pró-Reitoria está trabalhando árdua e incessantemente na  
407 requalificação e recuperação dos edifícios ligados à cultura do nosso *Campus*.  
408 Com isso, também, estamos reorganizando toda a parte administrativa da Pró-  
409 Reitoria, que já havia anunciado logo nos primeiros Conselhos, que é a  
410 constituição de Núcleos diversos. Todos os programas que chamei  
411 genericamente de Direitos estarão instalados em um espaço determinado e o  
412 nosso Anfiteatro, que é o nosso auditório para os eventos da Universidade,  
413 deverá, também, abrigar as artes, as chamadas artes performáticas, como a  
414 Orquestra, o Coral, o Cinema. A reforma e a requalificação do Camargo  
415 Guarnieri já devem começar no início do ano e para que possa também abrigar  
416 os eventos de cultura, como os dos TUSP e o CINUSP, que estão  
417 apresentando seus festivais, em São Paulo e nos *Campi* do interior. E a  
418 OSUSP está sendo remodelada, na medida em que irá abrigar um projeto  
419 acadêmico com bolsistas pós-graduandos da área de Música. Finalmente, em  
420 parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros, o Museu de Arte  
421 Contemporânea, o Museu de Arqueologia e Etnologia, o Museu Paulista e com  
422 o apoio executivo da Coordenadoria do Espaço Físico - COESF, com a  
423 participação intensa do Prof. Massola, iremos promover, no primeiro trimestre  
424 de 2011, uma exposição com o acervo oriundo da massa falida do Banco  
425 Santos, em que a Universidade de São Paulo é sua fiel depositária, nos  
426 espaços expositivos do Centro Maria Antônia e que atualmente estão ocupados  
427 pelo Instituto de Arte Contemporânea - IAC. A iniciativa visa ampliar o acesso  
428 da sociedade ao acervo que vem sendo mantido pela USP. Uma última  
429 comunicação rápida, não menos importante, é que a Pró-Reitoria criou o  
430 Programa Aproxima-Ação de cunho interdisciplinar. Esse Programa é aberto à  
431 participação da comunidade da USP, bem como membros da sociedade civil e  
432 tem algumas finalidades bem definidas, como a de disseminar a cultura do  
433 respeito à diversidade. Isso é feito, sobretudo, com a comunidade São Remo,  
434 portanto, zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, promover ações  
435 educativas que estimulem o desenvolvimento social nessas comunidades  
436 vizinhas ao *campus* da USP e sistematizar as experiências acumuladas pela  
437 Universidade na área de Comunicação Social. Ao mesmo tempo, esse  
438 programa visa disponibilizar o conhecimento gerado para outras universidades  
439 públicas e mesmo para instituições não públicas que tratem de questões  
440 similares.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **Ordem do Dia**. **CADERNO I –**  
441 **DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA USP PARA 2011** - Proposta das  
442 Diretrizes Orçamentárias da USP para 2011, aprovada pela COP na reunião de

443 08.11.2010. **Cons. Joaquim José de Camargo Engler**: “Inicialmente, com a  
444 licença do Magnífico Reitor, gostaria de fazer um breve relato da execução  
445 orçamentária até o mês de outubro, como costumamos fazer no Expediente da  
446 reunião e, na sequência, entraremos na proposta de diretrizes orçamentárias.  
447 Com relação à execução orçamentária, tivemos, nesses primeiros dez meses,  
448 até outubro, o recebimento de transferências do tesouro do Estado no  
449 montante global de R\$ 2.781.443.367,00. Com relação ao previsto pela  
450 Secretaria da Fazenda para o período, para esses dez meses, a transferência  
451 recebida pela Universidade é cerca de 18% acima da previsão. Se comparado  
452 com a previsão feita pelo CRUESP, o recebimento é cerca de 12,5% acima da  
453 previsão do CRUESP. Se compararmos com igual período no ano de 2008,  
454 tivemos uma Receita que é 18% superior à recebida pela Universidade no  
455 exercício de 2008. Em termos da execução desse orçamento, tivemos, nesses  
456 dez meses, um desembolso de R\$ 2.619.490.000,00 e uma disponibilidade não  
457 utilizada, de R\$ 161.953.000,00. Os recursos desembolsados foram R\$  
458 2.243.681,00 na rubrica Pessoal e seus reflexos; e R\$ 375.809.000,00 para  
459 outros Custeios e Investimentos, sendo R\$ 292.438.000,00 para Custeio e R\$  
460 83.371.000,00 para Investimento. Em termos relativos, 85,7% dos recursos  
461 atenderam as despesas com Pessoal, 11,2% com Outros Custeios e 3,2% com  
462 Investimentos. Se fizermos essa avaliação em relação à Receita Total  
463 recebida, incluindo o saldo disponível, a despesa com Pessoal ficou em 79,1%,  
464 Outros Custeios em 10,5%, os Investimentos em 3% e o saldo ainda disponível  
465 de 7,4%. Ainda dentro desse item Execução Orçamentária é importante  
466 mencionar a publicação do Decreto nº 56.263, no dia 7 de outubro, que é a  
467 primeira suplementação orçamentária para esse exercício. Através desse  
468 Decreto, o orçamento original da USP foi acrescido em R\$ 355.397.564,00,  
469 cerca de 12% em relação ao inicial, sendo R\$ 298.533.954,00 alocados à  
470 Reserva de Ajuste. Passaremos agora ao item das Diretrizes Orçamentárias,  
471 que irei apresentar de maneira resumida com base no documento que os  
472 senhores já receberam e depois estarei à disposição para eventuais  
473 esclarecimentos. Anualmente a COP elabora uma proposta de diretrizes para  
474 aplicação dos recursos da Universidade no exercício seguinte. Essas diretrizes  
475 têm como meta refletir uma política geral da Universidade, destinando os  
476 recursos para as atividades consideradas prioritárias para a realização de seus  
477 objetivos estatutários no ensino, pesquisa e extensão. Para a elaboração desta  
478 proposta nos baseamos na execução do orçamento vigente, nas informações e  
479 sugestões recebidas das Unidades e demais órgãos da Universidade, em  
480 especial de membros do Conselho Universitário. Nessa oportunidade, em  
481 nome da COP, renovamos os nossos agradecimentos a todos que enviaram as  
482 suas sugestões para o aperfeiçoamento da proposta. A metodologia de  
483 trabalho adotada iniciou com a solicitação das sugestões e críticas aos  
484 membros do Conselho Universitário e dirigentes da Universidade. Esse  
485 procedimento foi feito através do ofício circular SG/COP/18, encaminhado em  
486 17 de março e com prazo de envio de sugestões até 18 de junho. Recebemos  
487 algumas sugestões além do prazo, sendo que as últimas foram recebidas em  
488 26 de outubro, totalizando 36 sugestões, todas elas estão incluídas no anexo I  
489 desse documento que foi distribuído aos senhores, acompanhado da  
490 manifestação da COP em cada uma dessas sugestões. Dessas 36 sugestões,  
491 20 partiram de Unidades de Ensino e Pesquisa, 3 de Museus, 2 das Pró-

492 Reitorias, 1 da representação da FIESP e 10 de outros órgãos da  
493 Universidade. A COP elaborou um cronograma para a execução da proposta  
494 de diretrizes e da proposta orçamentária que contempla as seguintes  
495 atividades: a primeira delas, já mencionada, foi a consulta aos membros do Co  
496 e dirigentes da Universidade, que iniciou em 17 de março e se concluiu em 26  
497 de outubro. Durante os meses de agosto, setembro e outubro a COP fez  
498 análises dessas sugestões, incorporou e definiu o documento que foi  
499 encaminhado aos senhores, cuja redação final foi aprovada em 08 de  
500 novembro. Hoje, temos a discussão das Diretrizes e na reunião do dia 14 de  
501 dezembro teremos a discussão e votação da proposta do Orçamento, que será  
502 elaborada com base nas Diretrizes que hoje forem aprovadas e na proposta  
503 orçamentária para o Estado que está em análise na Assembléia Legislativa.  
504 Para a elaboração dessa proposta de Diretrizes Orçamentárias um parâmetro  
505 importante é o Projeto de Lei Orçamentária do Estado e o cenário na qual ele  
506 foi elaborado. O Projeto de Lei Orçamentária foi encaminhado à Assembléia  
507 Legislativa em 30 de setembro, recebeu o número 711 e apresenta uma  
508 Receita para o exercício de 2011 de R\$ 140.673.564.343,00. A principal fonte  
509 de Receita é a arrecadação do ICMS, cuja previsão é de R\$  
510 96.228.295.408,00, dos quais R\$ 72.171.221.556,00 corresponde à parcela do  
511 Estado e o restante é a parcela dos municípios. O ICMS no exercício de 2011  
512 representa 68,41% da Receita Total do Estado e 87,69% da Receita Tributária.  
513 Essa estimativa de Receita foi elaborada pela Secretaria de Economia e  
514 Planejamento considerando alguns parâmetros. O primeiro deles, a  
515 arrecadação efetivamente verificada até julho de 2010; as séries históricas dos  
516 últimos 3 anos; a projeção de arrecadação até dezembro de 2010; a projeção  
517 de inflação anual estimada em 4,5% em 2011; e o crescimento do PIB paulista,  
518 também estimado pela Secretaria de Economia e Planejamento em 4,5%. Além  
519 desses parâmetros é levado em consideração, também, a Lei de Diretrizes  
520 Orçamentárias do Estado, aprovada em 13 de julho de 2010. No que diz  
521 respeito às Universidades Estaduais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias do  
522 Estado, em seu artigo 4º determina que os valores dos orçamentos das  
523 Universidades Estaduais serão afixados na proposta orçamentária para 2011,  
524 devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo,  
525 o percentual global de 9,57% da arrecadação do ICMS a quota parte do Estado  
526 em cada mês. Além disso, o parágrafo 1º desse artigo 4º determina, também,  
527 que sejam acrescentados a esses valores uma parcela correspondente a  
528 9,57% das Transferências Correntes da União, transferências essas como  
529 compensação financeira aos Estados pela desoneração do ICMS das  
530 exportações, energia elétrica e de bens de ativos fixos, a chamada 'Lei Kandir'.  
531 Para 2011, a quota do Estado, desta transferência para São Paulo é prevista  
532 em R\$ 364.359.062,00, que é o valor igual ao do atual exercício de 2010. No  
533 caso da Universidade de São Paulo, ela receberá 5,0295% dessa parcela em  
534 seja R\$ 18.325.439,00. Ainda no parágrafo 2º, desse artigo 4º da Lei de  
535 Diretrizes Orçamentárias, há uma previsão para a continuidade dos programas  
536 de expansão do ensino superior público nas Universidades Estaduais em  
537 parceria com o governo do Estado. Entrando propriamente na Proposta  
538 Orçamentária do Estado para 2011 nesse documento, o orçamento da USP  
539 está previsto em R\$ 3.936.167.611,00. Desse valor, R\$ 3.598.437.761,00  
540 correspondem às Transferências do Tesouro, incluindo a 'Lei Kandir'. Ainda há

541 uma parcela de R\$ 336.405.900,00, que é uma estimativa dos Recursos  
542 Próprios que a Universidade poderá receber no próximo ano e, também, um  
543 valor de R\$ 1.323.950,00 com previsão de Recursos Vinculados de Órgãos  
544 Federais. Se considerarmos agora as Tabelas que estão apresentadas no  
545 anexo II desse documento de Diretrizes Orçamentárias, temos algumas  
546 informações que são importantes para a definição das Diretrizes para o  
547 próximo exercício. Inicialmente, na Tabela 1, que está na página 52 do  
548 documento, temos uma comparação entre os orçamentos iniciais da USP em  
549 2009 e 2010. Como os senhores podem verificar, o orçamento de 2010  
550 apresentou um crescimento de 5,81% em relação ao inicial de 2009, com um  
551 orçamento para 2010 previsto em R\$ 2.979.621.845,00. Na Tabela 2, página  
552 53, é apresentada uma comparação entre o orçamento inicial e o realizado no  
553 exercício de 2010. O inicial é aquele que constou da Lei Orçamentária do  
554 Estado, como já mencionado, de R\$ 2.979.621.845,00, e o realizado  
555 correspondem às Transferências do Tesouro do Estado para a USP até  
556 setembro de 2010, uma estimativa da realização prevista para o último  
557 trimestre de 2010. De acordo com as estimativas da CODAGE, teremos, ao  
558 final do exercício, um orçamento realizado de R\$ 3.325.471.517,00. Isso  
559 corresponde a um crescimento em relação ao inicial de 11,61%. Ainda nessa  
560 previsão de orçamento realizada, temos para as despesas com Pessoal, com  
561 relação aos salários e benefícios diretos, excluindo Precatórios, uma previsão  
562 de gastos de R\$ 2.660.018.342,00, que comparado ao inicialmente previsto de  
563 R\$ 2.541.746.459,00 corresponde a um crescimento de 4,65%. Temos ainda  
564 uma Reserva de Ajuste, que acredito que pela primeira vez nesses 28 anos  
565 que acompanho o Orçamento da USP, a Reserva de Ajuste continua não  
566 zerada ao final do exercício. Tínhamos uma previsão de Reserva de Ajuste de  
567 R\$ 52.205.221,00, esses recursos ainda estão disponíveis, passarão para 2011  
568 e serão acrescidos com a suplementação orçamentária que vem do Estado,  
569 como mencionado inicialmente na apresentação do relato sobre a execução  
570 orçamentária. A estimativa de despesas em Pessoal apresentada na coluna  
571 Realizado de R\$ 2.660.018.342,00 foi feita já considerando tudo o que poderá  
572 acontecer com essa alínea até o final do exercício, com um extra para  
573 eventuais imprevistos. Isso atingindo, portanto, 79,99%. Essa redução no  
574 Realizado de Pessoal em relação ao Inicial que era 85% se deve ao  
575 crescimento que estamos tendo na arrecadação do Estado, conseqüentemente  
576 na Receita da Universidade. A Receita da Universidade ao longo do ano estava  
577 crescendo cerca de 12%, o que já foi até objeto do primeiro Decreto de  
578 suplementação e que deverá ser acrescido agora no mês de dezembro de um  
579 novo Decreto para o fechamento do exercício, ficando acima dos 12% de  
580 crescimento. Com relação à dotação para Outros Custeios, tivemos uma  
581 dotação de R\$ 476.739.495,00, a estimativa de utilização desses recursos ao  
582 final do exercício é de R\$ 454.932.657,00, portanto uma Realização de cerca  
583 de 95,43% do previsto e permanecendo na Reserva ainda R\$ 77.142.786,00  
584 para Custeio que passa para o próximo exercício. Com base nessas  
585 informações, temos, na Tabela 3 da página 54, uma comparação entre o  
586 Orçamento Inicial de 2010 e a proposta de distribuição orçamentária para 2011.  
587 Temos para 2011 um orçamento previsto de R\$ 3.598.437.761,00, que  
588 corresponde a um crescimento de 20,77% em relação a 2010. Com base nas  
589 previsões das despesas com Pessoal que deverão ser realizadas no próximo

590 exercício, incluindo a previsão de novas contratações, bem como alterações na  
591 carreira, temos, para 2011, uma previsão de despesa de R\$ 2.791.321.240,00.  
592 Isso corresponde a 77,57% do orçamento global. Temos ainda, uma Reserva  
593 de Ajuste de R\$ 85.123.103,00, além do saldo de 2010 já mencionado, que  
594 deverá ser transferido do atual exercício. Essa Reserva de Ajuste apresenta,  
595 portanto, um crescimento de 63%, além do valor que será transferido de 2010.  
596 Portanto, temos mais de 19% de recursos previstos para Reserva de Ajuste,  
597 além da datação proposta para Pessoal. No item Precatórios, temos uma feliz  
598 redução do comprometimento. Tivemos em 2010 um comprometimento de R\$  
599 13.233.184,00 e os compromissos para 2011 totalizam R\$ 2.305.866,00, com  
600 uma redução de 82,58% da despesa com o item Precatórios. Para Outros  
601 Custeios e Investimentos está se propondo uma dotação de 20% do  
602 Orçamento previsto para 2011, que corresponde a R\$ 719.687.552,00. Com  
603 essa previsão de recursos, nas despesas com Pessoal em 2011 haverá uma  
604 alocação de 78,43% para o pagamento de pessoal ativo e 21,57% para  
605 aposentados. Se considerarmos o orçamento total, a despesa com pessoal  
606 ativo está estimada em 60,84% e com os aposentados em 16,73%. O  
607 documento apresenta, depois, a proposta de detalhamento das Diretrizes  
608 Orçamentárias semelhante a do atual exercício, apenas com incorporação das  
609 sugestões que foram encaminhadas no período de março a outubro e que  
610 foram analisadas pela COP. Como em anos anteriores, teremos o item Outros  
611 Custeios, com alocações específicas para cada Unidade, que incluem a  
612 Dotação Básica, complementada por Adicionais de Desempenho Acadêmico;  
613 Treinamento; Manutenção Predial; Manutenção de Áreas Externas;  
614 Manutenção do Sistema Viário; Informática; e Despesas com Transporte.  
615 Esses adicionais complementam parcialmente a Dotação Básica de cada  
616 Unidade. Temos, também, algumas Dotações de caráter geral que envolvem  
617 os Projetos Especiais, gerenciados pelas Pró-Reitorias, as Reservas  
618 específicas administradas pela COP e as Atividades Integradas que são  
619 distribuídas entre os diversos Órgãos da Universidade. Entre as Reservas  
620 específicas, temos uma alteração relevante, que se trata de uma proposta da  
621 Pró-Reitoria de Pesquisa e complementada pela ECA, que é o atual seguro  
622 para equipamentos portáteis de informática, que foi ampliado para incluir a  
623 reposição de equipamentos de laboratório, bem como de equipamentos de  
624 áudio-visual, que foi a proposta da ECA. Além disso, gostaria de chamar a  
625 atenção nas Diretrizes Orçamentárias, embora conste no documento o item  
626 Manutenção Predial, com uma dotação de R\$ 10,00, por m<sup>2</sup>, esse valor será  
627 alterado para R\$ 20,00 na elaboração da proposta orçamentária. Foi uma  
628 proposta da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que foi incorporada ao  
629 documento. Com relação ao item Treinamento e Recursos Humanos, temos  
630 também uma proposta da Faculdade de Saúde Pública, que sugere que seja  
631 eliminada a vedação do uso desses recursos para cursos regulares de  
632 graduação e pós-graduação. Essa alteração, como altera uma decisão desse  
633 Conselho, a COP deixou a critério do Co e proponho ao Reitor que após a  
634 votação do documento, ela seja votada como destaque, para definição se  
635 mantemos ou não as normas vigentes. Outro destaque que teremos que votar,  
636 trata-se de uma proposta de algumas Unidades, que diz respeito às disciplinas  
637 do período noturno. Há uma proposta para que o adicional para os cursos  
638 noturnos seja alterado. Atualmente é 35% e passe a ser 50%, então a carga

639 horária em cursos noturnos teria uma ponderação adicional de 50% em relação  
640 às disciplinas do curso diurno. De forma resumida, esses são os pontos." **M.**  
641 **Reitor:** "A Universidade agradece ao Prof. Engler por esses 28 anos de  
642 dedicação a este aspecto tão importante da Universidade." **Cons<sup>a</sup>. Cecília**  
643 **Helena Lorenzini de Salles Oliveira:** "Farei uma manifestação curta, mas que  
644 para os Museus tem uma importância muito grande no primeiro aspecto que  
645 mencionarei. Nas páginas 12 e 13 das Diretrizes Orçamentárias consta um  
646 item específico a respeito dos Museus. Agradeço ao Conselho e,  
647 particularmente, à COP, porque desde 2007, em razão da incorporação dessas  
648 especificidades em nossas avaliações, os Museus puderam, realmente, ter  
649 orçamentos que melhor condizem com as atividades que realizam, ou seja, ao  
650 invés de sermos avaliados pelos mesmos critérios das Unidades de Ensino,  
651 outros itens e indicadores passaram a nos avaliar. A partir deles conseguimos  
652 estabilizar nossos orçamentos e desenvolver uma série de atividades,  
653 particularmente no tocante à curadoria dos acervos, que é uma de nossas  
654 missões principais. Então, minha manifestação é no sentido de que o Conselho  
655 aprove essas Diretrizes e a continuidade das mesmas para os Museus, porque  
656 esses indicadores têm sido de uma importância muito grande para nós. O  
657 segundo ponto diz respeito a um pedido específico que o Museu Paulista fez e  
658 que consta da página 46. Quando enviei para a COP, em função da solicitação  
659 que foi feita às sugestões, além da ênfase na manutenção das Diretrizes  
660 adotadas até então, o Museu Paulista solicitou um auxílio especial para a  
661 realização de obras referentes à restauração de dois prédios históricos, o  
662 prédio do próprio Museu, de 120 anos e o prédio do Museu Republicano,  
663 datado de 1830. Notei que nosso pedido não pôde ser aprovado em função da  
664 análise da COESF, mas minha sugestão é a de que ao invés de aparecer a  
665 resposta neste documento, ela poderia ter sido enviada para a Unidade, porque  
666 assim poderíamos ter reencaminhado ou discutido melhor ou, talvez, justificado  
667 melhor a nossa demanda e que se abrisse, então, um canal de negociação. Se  
668 a primeira proposta foi considerada muito elevada em função do orçamento da  
669 Universidade, que tivéssemos a oportunidade de refazer a proposta e manter  
670 um diálogo, seja com a COESF ou com a COP. Posteriormente, farei outra  
671 demanda e gostaria de entender o porquê do pedido não ter sido levado em  
672 consideração." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Primeiramente, o  
673 pedido foi levado em consideração. O que acontece é que até o ano passado,  
674 todas as vezes que vinham sugestões que dependiam de outros órgãos para  
675 serem definidos os parâmetros e eventual orçamento, fazíamos uma sugestão  
676 de que a Unidade encaminhasse a proposta ao Órgão envolvido. Nesse caso,  
677 como seriam obras e reformas à COESF deveria ser ouvida. Algumas  
678 Unidades, imediatamente, faziam este encaminhamento e outras não  
679 entendiam, elas recebiam o processo de volta e arquivavam. Depois de algum  
680 tempo, as mesmas não entendiam o que tinha acontecido. Portanto, este ano,  
681 mudei a sistemática. Toda vez que a proposta dizia respeito a um outro Órgão  
682 específico da Universidade, a COP reencaminhava imediatamente uma cópia  
683 da proposta para esse órgão se manifestar, como foi o caso. Então, a COESF  
684 se manifestou, essa proposta veio, está incorporada no processo e,  
685 encaminhada à Unidade, se ele não chegou ainda ao Museu, o mesmo está a  
686 caminho, porque agora ele volta à Unidade para que a mesma se manifeste, se  
687 for o caso, para que a COESF analise novamente. Ao realizar a Proposta

688 Orçamentária, a COP vai definir o montante de recursos para Obras e  
689 Reformas, mas a definição dos itens contemplados é feita pela COESF quando  
690 elabora o Plano de Obras para o próximo exercício. Ela já está trabalhando  
691 nisso e um item que o Prof. Massola incluiu, de uma forma relevante, no  
692 documento preliminar, que tive a oportunidade de ver, diz respeito aos projetos  
693 especiais da COESF que incluiria casos como esse. Fique tranqüila, porque a  
694 senhora deve estar recebendo o processo e poderá reagir, para que a COESF  
695 prossiga com a análise." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** "O Prof. Engler já  
696 mencionou e é um pleito de algumas Unidades, inclusive do IME, a modificação  
697 de um percentual na dotação básica. Entendo que isso será colocado em  
698 destaque. Na dotação básica, na página 7, uma das atividades que são  
699 consideradas é as de Ensino de Graduação. E para isso é levado em  
700 consideração o número de matrículas das disciplinas informadas pela Unidade.  
701 São cursos diurnos, fator um e os cursos noturnos, atualmente está um fator de  
702 1.35, ou seja, 35% a mais em relação aos primeiros. Isso porque os cursos  
703 noturnos trazem um gasto a mais com a biblioteca, para manter a seção de  
704 alunos até tarde, entre outros fatores que realmente onera, deste ponto de  
705 vista, a Universidade. É lógico que estou falando de todas as Unidades  
706 envolvidas e tenho o maior prazer em dar esses cursos noturnos, achamos  
707 importante, mas não é discussão de estar no curso noturno ou não. Eles  
708 trazem um custo a mais, portanto, estamos propondo que ao invés de ser 35%  
709 seja 50%. As matrículas que são de cursos noturnos valeriam 1.5 em relação  
710 aos diurnos, com a intenção de cobrir esse custo a mais das Unidades que  
711 oferecem essas disciplinas. Isso não quer dizer que as outras Unidades que  
712 não tenham os cursos noturnos sairão prejudicados, é apenas para se ter um  
713 suplemento às Unidades que oferecem esses cursos. Fiz um levantamento de  
714 quem propôs especificamente: IF, IFSC, IME e IB. Tenho a impressão que  
715 outras Unidades estão de acordo com isso, mas acho que não mandaram  
716 formalmente a proposta. De forma que peço apoio a este Colegiado para esta  
717 demanda." **Cons. Paulo José do Amaral Sobral:** "No item IX ainda consta a  
718 existência do Programa de Expansão do Ensino Superior e aqui não está  
719 especificamente escrita a palavra criação, fala apenas de cursos novos.  
720 Portanto, gostaria, na medida do possível, que fosse esclarecido o que é curso  
721 novo e que, também, seja considerado como curso novo aquele que pelo  
722 menos não tenha formado alguma turma, como é o nosso caso, pois temos  
723 dois cursos novos em Pirassununga." **Cons. Joaquim José de Camargo**  
724 **Engler:** "Os recursos de expansão dizem respeito aos Cursos que,  
725 eventualmente, venham a ser criados. Com relação àqueles cursos que ainda  
726 estão em fase de implantação, há uma previsão, eles recebem um adicional a  
727 cada ano até que se forme a primeira turma. Os cursos que já foram criados e  
728 que estão em andamento continuarão a receber o adicional, como no ano  
729 passado." **Cons. Paulo José do Amaral Sobral:** "E não poderão se  
730 beneficiar?". **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Para criar cursos  
731 novos e se utilizará recursos que estão na previsão orçamentária, atualmente,  
732 através de Convênio com a Secretaria do Ensino Superior." **Cons<sup>a</sup>. Sandra**  
733 **Margarida Nitrini:** "Reforço este pedido do acréscimo de 35% para 50% para  
734 os cursos noturnos, pensando também nesta política atual de revalorização da  
735 graduação. Acabamos de ver, inclusive, que medidas específicas podem ser  
736 realizadas, no sentido de dar melhoria aos cursos noturnos. Portanto, penso

737 que dentro de uma política global da Universidade, além de ações acadêmicas,  
738 que são importantes, a questão da verba também é." **Cons. Vanderlei**  
739 **Salvador Bagnato:** "Também manifesto-me, complementando as duas últimas  
740 manifestações, com relação ao aumento de 35% para 50%. Em São Carlos,  
741 temos a Licenciatura em Ciências, período noturno, e temos tentado um  
742 esforço grande para que este não seja mal visto. Estamos formando  
743 professores que formarão a juventude. Tanto é que estamos levando para os  
744 cursos noturnos professores motivados, cientistas que estão trabalhando para  
745 levar aos estudantes a motivação e a cultura do ensino da Ciência.  
746 Obviamente, para fazer isso, temos que gastar, ter uma estrutura e  
747 disponibilizar para esses alunos, que geralmente são pessoas que trabalham,  
748 um pouco mais de condições. Temos realizado isso com sucesso e tenho  
749 certeza que a aprovação desse aumento transformará esses cursos noturnos  
750 em um exemplo para a Universidade. Neste horário os alunos raramente  
751 conseguem atendimento na seção de alunos e a biblioteca fecha. Estamos  
752 fazendo, inclusive, laboratórios, onde eles aprendem diretamente os  
753 experimentos e as práticas. Portanto, acredito que isso deva ser considerado  
754 dentro da política toda da Universidade, em vista das várias manifestações de  
755 quem está oferecendo esses cursos." **Cons<sup>a</sup>. Lisete Regina Gomes Arelaro:**  
756 "Quero cumprimentar o Prof. Engler por estar fazendo esse trabalho há 28  
757 anos e todo ano reivindicamos coisas que estou vendo contempladas este ano.  
758 Primeiramente, o aumento do m<sup>2</sup> de R\$ 10 para R\$ 20. Toda vez que fazemos  
759 uma previsão orçamentária, não dá para fazer metade do programado, porque  
760 depois a COESF cobra o repasse de recursos e temos de reduzir nossa  
761 possibilidade. Então, atualizar um preço que é de mercado poderá contemplar  
762 melhor nossas construções. Em segundo lugar, como a Faculdade de  
763 Educação é uma das Escolas - uma das poucas - que tem o dobro de alunos  
764 matriculados nos cursos noturnos, fazemos coro ao aumento desse percentual,  
765 por ser uma emergência. Os dados apresentados pela Prof.<sup>a</sup> Telma no último  
766 Co deixaram claro que estamos reduzindo o percentual, proporcionalmente, de  
767 atendimento do número de alunos no curso noturno, estamos somente com  
768 30%, quando já chegamos a 34%. Portanto, é uma tensão que poderá motivar  
769 as diferentes Unidades diante desta questão. Minha pergunta é em relação  
770 sempre à questão do vil metal para Pessoal. Na página 54, tabela III, são  
771 valores nominais ou reais? Porque podemos ter a ilusão de que o orçamento  
772 inicial de 2010 para 2011 signifique um aumento significativo, se ele fosse de  
773 20% em termos reais, mas não é. Se bem me recordo, o índice que teria de  
774 deflação teria que ser de 12 ou 83. Isso significa uma situação delicada em  
775 relação ao próximo ano, tanto em relação às eventuais mudanças imaginando  
776 aumento salarial e quanto às modificações nas carreiras, combinados. Em  
777 segundo lugar, estamos esperando os novos cargos de professores para a  
778 USP, o qual esperamos que tenha um sucesso em seguida e, particularmente,  
779 a questão dos precatórios que estão simbolicamente previstos em relação a  
780 2010 para 2011. Como o M. Reitor, na penúltima reunião do Co nos tinha dado  
781 a boa notícia de que vai até pagar rapidamente, sem esperar os trâmites  
782 judiciais de nossa ação coletiva, fico imaginando se esses recursos, esse  
783 compromisso zeram-se com os R\$ 13 milhões imaginados e, portanto,  
784 podemos propor dois milhões ou se simplesmente chegamos aos 100% e o  
785 Senhor teria que dar um jeito de não ser deficitário o orçamento e, portanto

fechar nesse valor." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Primeiro, com relação ao valor nominal e o valor deflacionado, a inflação prevista para o final do exercício é de 5,5%, de maneira que os 20,77% ainda deixa uma boa margem de trabalho. Segundo, com relação aos precatórios, de acordo com as normas legais vigentes, são devidos no orçamento do exercício seguinte no caso daqueles, cuja determinação legal pela Justiça foi aprovada até o dia 30 de Junho do ano anterior. Os R\$ 2,3 milhões, não são valores artificiais ou simbólicos, são valores consignados e aprovados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal do Trabalho, como exigência de pagamentos durante o ano de 2011, por aqueles precatórios que transitaram e foram aprovados até 30 de Junho. Portanto, eventuais precatórios que venham a ocorrer a partir de 1º de Julho só são devidos, legalmente, a partir do exercício de 2012. Com relação aos "Gatilhos Salariais", embora a senhora não tenha mencionado a expressão, mas imaginei que se tratava disso, ele ainda não tem uma definição do montante da despesa. Mas a definição desse montante e eventual pagamento poderá ser feito, ou pela forma de precatório - e se assim o for, a partir de 2012, porque o juiz só poderá homologar isso ao longo dos próximos meses - ou com recursos orçamentários, utilizando a reserva orçamentária que a USP tem e que daria condições a isso." **Cons. Wellington Braz Carvalho Delliti:** "Expresso minha admiração pelo trabalho da COP na elaboração das Diretrizes Orçamentárias e, particularmente, ao Prof. Engler, já cadeira cativa e a quem a USP deve muito por esse trabalho. Acho que gerenciar um orçamento grande só deve ser um pouco mais fácil do que quando ele é muito pequeno. De forma que imagino a dificuldade de organizar todas essas coisas e contentar a todas as Unidades. Mas, quanto à elevação da cota para o curso noturno, tenho certeza de que todos apoiarão, por ser muito justo e também será um estímulo para que muitas Unidades que vemos fechadas durante a noite pensem na possibilidade de abrir cursos noturnos, de forma a otimizar a utilização desse recurso tão precioso que são os espaços da USP. Então, todos se sentirão incentivados, lembrando que os alunos formados do noturno, apesar de muitos terem alguma carência, são formados da mesma forma que os do diurno e saem com a mesma qualificação. Por isso é muito importante este apoio, que tenho certeza que o Co não se negará. Parabêniso, também, o Prof. Renato Jardim, que não está presente, mas que teve a iniciativa de propor esta dotação para o Nitrogênio, usado por muitas Unidades e que foi acolhida pela Pró-Reitoria. Agradeço esse acolhimento e compreensão. E o mesmo serve para a nossa proposta de uma dotação a proteção das coleções biológicas, a qual também foi acolhida. Agradeço imensamente pela compreensão da importância dessas duas propostas." **Cons. Jorge Mancini Filho:** "Como foi a Faculdade que deu o encaminhamento da proposta de R\$ 10 para R\$ 20 o m<sup>2</sup> para Manutenção, defendo esta posição, por ser de fundamental importância, mas aproveito para cumprimentar o excelente trabalho que o Prof. Engler tem realizado nesses 28 anos junto à COP. Manifesto minha preocupação quanto a ter um outro Prof. Engler preparado para começar a assumir também a atividade da COP, porque vejo como sendo uma das principais Comissões da Universidade e porque é, praticamente, a Comissão que gerencia todo o orçamento da USP." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** "Não sei se seria um destaque para ser votado depois, mas defendo que a Dotação Orçamentária para a alínea de Pessoal

835 ficasse em 85%, que é o que está sendo feito nesse Orçamento que estamos  
836 executando. É um pouco temerário baixarmos isso em 5% nesse momento,  
837 tendo como horizonte o que está sendo efetuado nesse orçamento. Tivemos  
838 um ano eleitoral em que, tradicionalmente, há um aumento da atividade  
839 econômica e estando no primeiro ano de gestão, muitas vezes há certa  
840 diminuição de atividades econômicas. Portanto, seria de bom termo sermos  
841 precavidos e mantermos o que temos feito nos últimos anos e que foi,  
842 inclusive, uma decisão desse Conselho, os 85%. Acho que se esse ano essa  
843 alínea de Pessoal fecha em 80%, significa que o custeio pôde avançar mais  
844 esse ano. E custeio envolve planejamentos de médio prazo e que, portanto, de  
845 alguma forma tiveram a possibilidade de respirar esse ano em seu  
846 planejamento no seu um ou dois anos subsequentes, por exemplo, obras entre  
847 outros. Faço isso, portanto, na forma de um destaque para que o Conselho  
848 vote. Devemos ser precavidos com relação a isso. E há, inclusive, demandas  
849 dos Professores Associados com relação à velha questão do professor pleno,  
850 que é uma discussão que envolve a questão de reformulação de carreiras. O  
851 segundo ponto que menciono é que há uma necessidade de se fazer uma  
852 previsão no gatilho, como foi mencionada. Se entendi bem, R\$ 73 milhões de  
853 previsão não paga a conta do que a Universidade acorda, pelo menos em um  
854 primeiro momento, em sua interpretação. Da decisão judicial são apenas os  
855 atrasados de 1987, não é os 32,96 que poderiam, segundo a sentença judicial  
856 que tem três partes: 32,96 de reajuste imediato, o retroativo de 32,96 desde  
857 1987 e os gatilhos não pagos ou pagos em atraso naquele ano. A  
858 Universidade, em sua manifestação, concorda em pagar o atrasado de 1987,  
859 isso certamente supera a possível reserva. Se há a intenção da Reitoria de  
860 tentar em 2012, apesar de o precatório ser devido, do ponto de vista legal. Se  
861 tal, contando com a agilidade, que em minha opinião não tem sido grande, há  
862 sempre a possibilidade de um acerto amigável de interesse de adiantar esse  
863 pagamento, que lembro: é devido a muitos colegas antigos onde algum deles,  
864 às vezes, apesar de contra vontade, cansam de esperar os 20 anos do gatilho."

865 **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Com relação à destinação de 85%  
866 para alínea Pessoal, como o senhor pediu um destaque, vou deixar para  
867 discutir o assunto no determinado momento. Com relação ao gatilho, lembro  
868 que temos uma reserva que, inicialmente, foi intitulada como Reserva  
869 Previdenciária, enquanto não tínhamos a SPPREV, que tem recursos  
870 reservados exclusivamente para despesas com pessoal. Para o exercício de  
871 2010, por exemplo, o senhor pode ver na Tabela III, havia uma previsão de se  
872 utilizar R\$ 104.302.514,00 da Reserva Previdenciária, felizmente não  
873 precisamos, ou seja, com o aumento da arrecadação, além de manter R\$  
874 85.123.103,00 na Reserva de ajuste ao final do exercício, temos mais R\$  
875 104.302.514,00 que não foi utilizado e que estava disponível. Este retorna e  
876 permanece na reserva Previdenciária. Temos os R\$ 355 milhões que já veio no  
877 Decreto de Suplementação, dos quais R\$ 298,5 milhões ficam reservados para  
878 a alínea de Pessoal, de maneira que há uma previsão de Recursos e  
879 disponibilidade na Reserva que fica na Universidade e que poderá fazer face à  
880 despesa com pessoal." **Cons. Manoel Fernandes de Sousa Neto:**"Permita-  
881 me dizer que é muito difícil a realização do trabalho que o senhor já faz há  
882 quase três décadas e digo que todas as vezes que se anuncia a discussão de  
883 orçamento nesse Conselho, sempre vem à memória a figura de Alan

884 Greenspan que por tanto tempo dirigiu o Federal Reserve, o Banco Central  
885 Norte-Americano. Espero que isso não seja lido como uma crítica, mas como  
886 uma relação de confiança, que por tanto tempo o Estado teve para com aquela  
887 figura que, efetivamente, era alguém que conhecia muito de economia e,  
888 portanto, de como lidar com questões como essas com as quais o senhor lida.  
889 Farei algumas perguntas que, primeiro, diz respeito ao fato de que há uma  
890 previsão com relação à inflação de 5,5%, mas qual é a previsão com relação  
891 ao ICMC? Ou seja, quanto é que, efetivamente, pode ser arrecadado pelo  
892 Estado? Só para complementar um pouco a fala do Prof. Marcos Magalhães,  
893 estatístico, que tem um trato mais hábil com os números, sabemos que o que  
894 acontece, muitas vezes, não é um problema nem somente de maior volume  
895 com relação à economia, mas uma queda na arrecadação, porque a mudança  
896 de governo, muitas vezes, implica determinados ajustes que a arrecadação  
897 tende a cair muito. Por exemplo, temos as mudanças de governo, que mesmo  
898 quando são de igual partido, a tendência de queda da arrecadação é ser bem  
899 razoável. Vemos no orçamento majoração com relação a alguns aspectos que  
900 são fundamentais na Universidade, como por exemplo, a questão do m<sup>2</sup> para  
901 Manutenção, que foi duplicado e com relação à questão dos cursos noturnos.  
902 São assuntos que são fundamentais para o andamento dos trabalhos destas  
903 Instituições. Fica, agora, a preocupação com relação ao que diz respeito ao  
904 pagamento de Pessoal. Essa previsão orçamentária cria uma dificuldade, em  
905 nosso entendimento e também defendo que seja mantido a alíquota de 85% do  
906 ponto de vista percentual, para que possamos fazer face às despesas que  
907 porventura possam vir, as quais o senhor tratou como sendo destaque e que,  
908 portanto, merece ser objeto de uma discussão um pouco mais prolongada e de  
909 alguns esclarecimentos mais relevantes. Nesse sentido, queria que tivéssemos  
910 muito cuidado na hora de definir o orçamento, porque teremos uma  
911 arrecadação possivelmente menor e não acho de bom tom que queimemos  
912 reservas que fomos capazes de acumular ao longo do tempo. Por exemplo, a  
913 argumentação acerca de que temos reservas previdenciárias e outras que  
914 foram habilmente constituídas ao longo da boa administração realizada pela  
915 Universidade é algo que não acontece com outras Instituições Universitárias  
916 Paulistas. Sabemos que a UNESP está em uma situação difícil do ponto de  
917 vista orçamentário. Não seria bom utilizarmos essas Reservas Previdenciárias  
918 ou outras quaisquer que tenhamos constituído, o ideal seria que pudéssemos  
919 fazer face às nossas despesas mediante aquilo que vai entrar, ou seja,  
920 ninguém tem uma poupança para dar conta de determinadas despesas que  
921 possamos vir a ter. Portanto, isso posiciona politicamente a leitura do  
922 orçamento em uma perspectiva diferenciada daquela realizada pelo egrégio  
923 professor, mas queria que, se possível, fosse esclarecido e pudéssemos, a  
924 partir disso, pautar o debate." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:**  
925 "Como mencionei, vou discutir o assunto quando for o momento do destaque, a  
926 fim de não ficar repetitivo." **Cons. Felipe Martins Passero:** "Estudo no período  
927 noturno e pontuo nesse Conselho, como estudante, a importância desses  
928 cursos noturnos para a Universidade e para os estudantes. Muitos colegas que  
929 vejo estudando no período noturno, já trabalham e vêem algumas restrições de  
930 opções de carreira pelo fato de alguns cursos não serem oferecidos no período  
931 noturno, de forma que o número de carreiras que essas pessoas, por questões  
932 sociais ou familiares, podem escolher fica reduzido. Logo, é muito importante

933 para a Universidade investir nesses cursos noturnos que têm uma função  
934 social muito grande para esses estudantes. Tenho colegas, também, que às  
935 vezes deixaram de fazer um curso de Engenharia por falta de infraestrutura  
936 noturna nesses cursos. Por eles terem a necessidade de trabalhar, optam por  
937 fazer um curso de Economia ou Administração, deixando sua opção de lado  
938 por falta dessa infraestrutura. Vejo que há boa vontade por parte dos  
939 professores da área de Engenharia e de outras áreas em ampliar esses cursos  
940 para noturno. Parabenizamos essa iniciativa da Universidade e, também, dos  
941 professores da COP, para essa abertura, que acredito ser positiva para os  
942 estudantes, principalmente para aqueles que tenham necessidade financeira  
943 maior". **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Faço minha, a proposta da  
944 Manutenção de 85% para o custeio de Pessoal da Universidade. Não poderia  
945 deixar de ser minha a proposta dessa mudança, então com certeza vamos  
946 participar desse debate que ocorrerá em segundo instante. Inúmeras Unidades  
947 fizeram a reivindicação do aumento da verba de treinamento e custeio de  
948 cursos para servidores técnico-administrativos da nossa Universidade. E não é  
949 necessário dizer nesse Co da importância da referida reivindicação, porque  
950 somos 16 mil pessoas atuando e queremos nos atualizar sempre para que  
951 possamos para sempre prestar um bom trabalho a fim de que esta  
952 Universidade continue sendo o que ela é hoje. Quero acompanhar essa  
953 reivindicação de todas essas Unidades e dizer que a verba que hoje está  
954 sendo oferecida a elas mal consegue dar conta de atualizar esses  
955 trabalhadores. Subir um passo, trazer um diferencial a mais nesses  
956 treinamentos é essencial. Não queremos apenas acompanhar o dia-a-dia da  
957 nossa Universidade, queremos ter condições de avançarmos ainda mais para  
958 realizar passos na mesma. Não sou representante da Faculdade de Direito,  
959 mas como funcionário e membro daquela comunidade, as reivindicações que  
960 estão sendo colocadas por ela, como propostas, merecem ser ouvidas e  
961 aceitas por esse Colegiado." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:**  
962 "Apenas para responder a parte do treinamento, uma vez que o item Pessoal  
963 discutiremos depois, a informação que posso lhe passar é que concordo  
964 quanto a importância da relevância deste item e a COP desde que criou essa  
965 alínea vem mantendo. Só que os recursos que estão disponibilizados nas  
966 Unidades, estão sendo pouco utilizados. Até 30 de outubro foram utilizados  
967 39,8% dos recursos que estão disponíveis. São cerca de 60% que ficará de  
968 saldo. De forma que não há por que aumentar uma dotação que ficará ociosa."  
969 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "A Universidade tem que procurar criar políticas  
970 de treinamento, ou seja, criar espaços em que o funcionário discuta e isso  
971 depende do ponto de vista da carreira, mas deve-se suplantar isso em seu dia-  
972 a-dia. Vejo, por exemplo, na Faculdade de Direito, há alguns anos atrás, esse  
973 item era desconhecido por grande parte dos funcionários, até mesmo de  
974 grande parte da administração. Isso é exatamente pela falta de uma política  
975 ampliada de discussão dessas verbas. Se criarmos condições para que  
976 cheguem informações para os 16 mil funcionários, essa verba não será  
977 suficiente." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Como o senhor sabe,  
978 ela é disponibilizada em cada Unidade, quanto a essa política, cada Unidade  
979 tem que incentivar e fazer a programação junto aos seus servidores." **Cons<sup>a</sup>**  
980 **Helena Ribeiro:** "Em primeiro lugar, parabeno o M. Reitor pela forma  
981 democrática como essas Diretrizes Orçamentárias vem sendo discutidas esse

982 ano e como estão sendo feitas. Parabenizo o Prof. Engler pelo trabalho. Falarei  
983 a respeito desse ponto que foi mencionado, sobre a proposta da Faculdade de  
984 Saúde Pública, de usar a verba de treinamento de pessoal para pagamento de  
985 curso universitário para funcionários. Não sei se faço a defesa neste momento  
986 ou se é quando for votado o destaque desse ponto. A formação universitária  
987 dos funcionários da USP poderia trazer um ganho muito significativo para o  
988 trabalho que é realizado e no auxílio aos nossos trabalhos. Falo por  
989 experiência, pois já fui Diretora de Unidade de Ensino, na PUC, que oferece  
990 bolsas de estudos a todos os seus funcionários. Eles têm o interesse em fazer  
991 o vestibular. Acho difícil que todos os funcionários da USP passem no  
992 vestibular daqui para ter ensino superior gratuito, mas comparando, consegui  
993 administrar uma Unidade com o mesmo número de alunos e com 11  
994 funcionários, e todos tinham nível superior ou estavam cursando a  
995 universidade. Estes funcionários entendiam o cotidiano do trabalho, o cotidiano  
996 do aluno, a importância do relatório CAPES e a importância da Ementa.  
997 Quando assumi a direção agora, tive o problema de como administrar se a  
998 grande maioria dos funcionários não entendem esse jargão universitário,  
999 mesmo os que estão há muito tempo. Há um treinamento, mas poderíamos,  
1000 com a verba que está disponível, ter uma política de pagamento de curso  
1001 universitário. Podemos pagar especialização, mas acabamos premiando  
1002 aquele que já tem nível universitário, que é um número reduzido de  
1003 funcionários. E os cursos, para aqueles que não têm formação superior, são  
1004 cursos pequenos, de formação esporádica, específica e acaba não  
1005 necessariamente levando a uma atualização necessária para a atuação em  
1006 uma universidade de nível superior com a qualidade da USP. Portanto, esses  
1007 foram os motivos que me levaram a fazer a solicitação. Isso poderia, também,  
1008 permitir uma opção para nomeação de funcionários, por exemplo, como  
1009 assistente acadêmico, administrativo ou financeiro que, normalmente, temos  
1010 uma opção muito pequena de renová-los, pois o número de funcionários de  
1011 nível superior na Universidade é bem reduzido." **M. Reitor:** "Terminados os  
1012 inscritos, farei algumas observações como Professor da Universidade e  
1013 também como antigo aluno do curso noturno, durante os cinco anos da  
1014 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e momentos outros, obviamente. Em  
1015 primeiro lugar é importante lembrar que tanto o aumento de R\$ 10 para R\$  
1016 20 por m<sup>2</sup> quanto à questão do acréscimo dos cursos noturnos, parece-me  
1017 pessoalmente algo muito importante. Contudo, é fundamental que sejam  
1018 usados. Todos sabemos da dificuldade de mudar tradições, pois somos  
1019 administradores, pelo menos a maioria e há tradições que são positivas e há as  
1020 que não são tão positivas. Quando se fala, por exemplo, de aumentar a  
1021 possibilidade nos cursos noturnos e fazer com que as bibliotecas fiquem  
1022 abertas, como acontece em outras Faculdades no mundo todo, temos uma  
1023 grande dificuldade. Então, o dinheiro que pode ser que aproveitamos hoje, em  
1024 sua questão de diretrizes, significa apenas um primeiro passo. O segundo será  
1025 mais difícil e caberá a todos nós, porque é normal que não queiramos mudar,  
1026 mesmo pequenas coisas e gastar dinheiro também dá um grande trabalho. Não  
1027 estou dizendo apenas para o diretor, mas para todos. Quero dizer, se não  
1028 houver nas Unidades que dirigimos um esforço conjunto, esse dinheiro será  
1029 disponibilizado e não será gasto, porque não é possível que poucas pessoas  
1030 ou apenas a administração resolva isso. Vemos aqui uma grande conjunção de

1031 todos os segmentos da Universidade e esses segmentos precisam ser  
1032 replicados nas Unidades se quisermos que isso não seja apenas algo colocado  
1033 no papel. A questão que foi respondida por nosso Prof. Engler, na problemática  
1034 da pouca utilização da verba específica para treinamento é algo que acontece  
1035 em todas ou quase todas as verba – e não adianta culpar um ou dois. Não  
1036 estou pregando alguma virtude heróica de ninguém, mas o mínimo de  
1037 entendimento para que esse dinheiro possa ser gasto em prol de todos, que  
1038 muitas vezes não notamos na prática. Não nota, em primeiro lugar, pela inércia  
1039 natural, porque é sempre melhor ficarmos como estamos, também não nota  
1040 porque aquilo muitas vezes se transforma em cavalo de batalha, por razões  
1041 outras que não tem nada a ver, mas acaba que o dinheiro da Universidade não  
1042 é gasto. E nós sabemos os valores, mas o povo de fora não sabe e diria que  
1043 ainda bem, porque se soubessem aquilo que a Universidade tem e que não  
1044 consegue gastar, certamente teríamos um grande problema. Portanto, não  
1045 estou pregando a unidade absoluta, porque isso não é bom e não é possível,  
1046 porém, se nos juntarmos em consensos mínimos, poderemos chegar a gastar  
1047 todo o orçamento e, inclusive, nos capacitarmos a receber mais. Uma  
1048 colocação que faço de apoio a essas questões, antes de passar à votação em  
1049 bloco, sem prejuízo dos destaques, realço um aspecto específico que já foi  
1050 colocado por muitos. O Prof. Engler vem fazendo e esse ano fez mais uma vez,  
1051 aquele trabalho de atender a todos - e ele conseguiu. Cabe a nós, agora, na  
1052 execução orçamentária, ouvir também e percebemos que muitas vezes temos  
1053 que dizer sim para alguma coisa, porque se isso não acontecer, todos nós  
1054 perdemos. E podemos perder, inclusive, o nosso próprio orçamento. Portanto,  
1055 aqueles que concordam com as diretrizes orçamentárias, sem prejuízos dos  
1056 destaques, votem sim.” **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte  
1057 resultado: Sim = 91 (noventa e um) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 3  
1058 (três); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovada a Proposta das  
1059 Diretrizes Orçamentárias da USP para 2011. **Cons. Joaquim José de**  
1060 **Camargo Engler:** “Passando aos destaques, com relação ao acréscimo da  
1061 despesa com manutenção predial, não há necessidade de votação, uma vez  
1062 que ela já está aprovada. Há uma correção no texto para os R\$ 20. Apesar de  
1063 toda a consideração relevante nesse item, as dificuldades de execução  
1064 orçamentária das Unidades fazem com que, ao final de outubro, tenha-se gasto  
1065 67% do disponível nesta alínea. Daqueles R\$ 10, que era tão pouco no  
1066 orçamento para 2010, foi gasto apenas 67%. Quero dizer, ainda temos 33% e  
1067 temos 1 mês de execução orçamentária; dificilmente isso vai ser gasto. Então,  
1068 a reivindicação dos R\$ 20 já vinha acontecendo, vamos adotar R\$ 20 e esperar  
1069 que se consigam mecanismos mais ágeis para que as Unidades possam  
1070 realizar essa sua demanda tão apresentada em diversos anos. O segundo  
1071 destaque é do Professor Vanderlei Salvador Bagnato e outros membros de  
1072 outras Unidades e se refere ao aumento de 35% para 50% do peso nas  
1073 disciplinas ministradas no curso noturno. Não sei se alguém quer fazer uso da  
1074 palavra ou se já podemos votar, uma vez que já foi defendido por alguns  
1075 membros.” **M. Reitor:** “Penso que já foi deferido suficientemente.” A seguir, o  
1076 **M. Reitor** coloca em votação o Destaque do Professor Vanderlei Bagnato, que  
1077 se refere ao aumento de 35 para 50% do peso nas disciplinas ministradas no  
1078 curso noturno. **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:  
1079 Sim = 91 (noventa e um) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 3 (três);

1080 Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o Destaque do Professor  
1081 Vanderlei Bagnato aumento de 35 para 50% o peso nas disciplinas ministradas  
1082 no curso noturno. **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** “O segundo  
1083 destaque é relacionado ao Programa de Treinamento de Recursos Humanos. É  
1084 a proposta da Faculdade de Saúde Pública para que seja eliminada das  
1085 diretrizes a restrição para o pagamento de cursos regulares de graduação e de  
1086 pós-graduação. Alguém quer discutir?” **Cons. Manoel Fernandes de Sousa**  
1087 **Neto:** “Acho demasiado complicado que utilizemos recursos públicos para  
1088 pagar cursos privados. E tivemos aqui na semana passada uma discussão que  
1089 considero bastante relevante sobre a necessidade, inclusive, de política de  
1090 inclusão. Acho que a gente podia ter política de inclusão com relação, também,  
1091 aos funcionários dessa Universidade, no sentido de qualificá-los. Então, nesse  
1092 sentido, sou contrário ao destaque que foi apresentado pela Escola.” **M. Reitor:**  
1093 “Acho que esse é um assunto importante para se conversar um pouco mais e  
1094 talvez não seja o caso de colocar em votação hoje, pois, provavelmente,  
1095 poderia não ser aprovado e isso é algo que precisa ser mais conversado.  
1096 Portanto, sem querer pressionar a Prof.<sup>a</sup> Helena, perguntaria se não  
1097 poderíamos transformar esse destaque em um ponto de conversa a ser  
1098 colocado nos próximos Conselhos Universitários, para estudarmos mais  
1099 profundamente essa questão e vermos como poderíamos rever essa  
1100 problemática.” **Cons.<sup>a</sup> Helena Ribeiro:** “Não quero criar polêmica, não tenho  
1101 problema em retirar a proposta, só quero me contrapor um pouco ao que o  
1102 colega falou. É que toda a verba de treinamento de pessoal é feita por  
1103 entidades fora da USP, por isso que estamos gastando. Mesmo os cursos de  
1104 especialização têm alguns que são dados pela USP, mas outros são dados  
1105 fora. Pagamos para o SENAC, para o SESI, para o Instituto Universal de  
1106 Ensino, que oferece o curso de secretariado. Se fôssemos assumir o que você  
1107 fala, teríamos que adotar uma política de treinamento interna. Precisaríamos  
1108 ter um setor interno na USP para atender todas as necessidades dos nossos  
1109 funcionários. E não sei se conseguiríamos fazer isso. Uma das dificuldades, até  
1110 para gastar verba de treinamento, é que temos que fazer licitação e tem uma  
1111 série de critérios. Mas contratamos curso de línguas, entre outras coisas.  
1112 Queria ponderar isso, mas acho que não tem problema que seja colocado em  
1113 outro ponto de pauta. Minha idéia era que só tirasse essa restrição das  
1114 diretrizes orçamentárias e então cada Unidade poderia ter a sua política. Quem  
1115 sabe sortear para que a cada vez um funcionário tenha oportunidade. Mas não  
1116 tem problema se precisar ser retirado.” **Cons. Joaquim José de Camargo**  
1117 **Engler:** “Mantidas as diretrizes, a vedação existe; retirada, está liberada e  
1118 qualquer Unidade poderá fazer assim. Por isso, a questão do início da sua fala  
1119 - de que se discutisse em outro momento - desaparece na prática, no momento  
1120 em que a Unidade fica liberada se quiser adotar. De forma que é importante  
1121 que se decida se vamos ou não votar o destaque.” **Cons.<sup>a</sup> Helena Ribeiro:**  
1122 “Poderíamos votar para se o Conselho apóia que se retire de pauta. Se não  
1123 aprovar, fica para uma agenda futura de discussão com sindicato.” **M. Reitor:**  
1124 “O destaque da Professora seria pela retirada da restrição para as Unidades,  
1125 que ficariam livres para fazer obviamente o que desejarem nesse tocante.”  
1126 **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** “Só para entender, está mantida a  
1127 sugestão. Então vamos votar. Gostaria de mencionar que há uma diferença,  
1128 eventualmente, de um curso de treinamento que tem um tempo menor e um

1129 compromisso um pouco mais institucional com a formação superior. Penso,  
1130 conforme foi ressaltado anteriormente, que uma política de valorização do  
1131 nosso corpo de trabalhadores - professores e funcionários - é muito importante.  
1132 Agora, é preciso ter cautela para que isso não se transforme em uma política  
1133 que tem outros vieses mais complicados. Quero dizer, vamos financiar  
1134 qualquer curso superior ou vamos começar a discutir a qualidade do curso?  
1135 Dada a competência que temos em várias áreas, considero que deveríamos  
1136 economizar bastante dinheiro fazendo os treinamentos com os recursos da  
1137 própria Universidade. Acho que deveria haver um esforço nesse sentido, uma  
1138 quantidade de recursos significativa que poderia ser economizada e usada em  
1139 atividades fins da Universidade. Portanto, manteria essa restrição nos moldes  
1140 como está colocada no momento.” **Cons<sup>a</sup>. Sandra Margarida Nitri**: “Gostaria  
1141 de me pronunciar também nessa direção de que fossemos cautelosos. Entendo  
1142 bem a preocupação da Prof.<sup>a</sup> Helena, temos, inclusive, trocado informações a  
1143 esse respeito, mas acho que temos que ser muito cautelosos e penso que a  
1144 sugestão de discutirmos mais é muito bem-vinda e muito prudente. Não vou  
1145 entrar nos argumentos que os colegas levantaram, mas compartilho e falo  
1146 tranquilamente, pois tenho 99% de certeza de que se esta questão fosse  
1147 colocada na minha Congregação, a posição seria essa. Se temos a bandeira  
1148 da defesa do ensino público gratuito e de qualidade para todos, porque é que  
1149 vamos financiar a formação na graduação e de pós-graduação dos nossos  
1150 funcionários? Quero dizer, haveria uma contradição muito grande entre o nosso  
1151 ideário e as nossas ações. Penso que temos que nos preocupar com a  
1152 qualificação dos nossos funcionários, é uma demanda deles. Desde julho deste  
1153 ano, tenho me reunido com eles, em termos da elaboração de um projeto  
1154 administrativo que contemple todas essas questões, o qual é, inclusive,  
1155 sugestão dos próprios funcionários e que envolve a questão da carreira, que  
1156 está fora do nosso alcance. Aproveito para dizer, quanto às verbas de  
1157 treinamento que não são usadas, apenas 39%, na verdade nossos funcionários  
1158 sabem que há verba para isso. A nossa Faculdade tem uma Comissão de  
1159 Treinamento e os funcionários encaminham. Cabe a nós incentivar a demanda  
1160 desses funcionários e acredito que a partir do momento em que eles se reúnem  
1161 e surge um movimento a partir deles, há motivação para isso e posso falar que  
1162 no caso da minha Faculdade, onde temos mais de 350 funcionários, ainda que  
1163 tenhamos alguns setores “estrangulados”, porque é muito grande, seria um  
1164 problema imenso. Mas, mais do que administrar o problema das demandas,  
1165 defendo a manutenção deste item tal como está, em nome do nosso ideário de  
1166 defesa do ensino público com qualidade, e cabe a nós pensarmos em  
1167 instrumentos para nós mesmos, dentro das nossas competências, a fim de  
1168 contribuirmos para o aperfeiçoamento dos funcionários.” **Cons<sup>a</sup>. Helena**  
1169 **Ribeiro**: “Não gostaria de tomar o tempo do Co discutindo as diretrizes  
1170 orçamentárias, então acho que é melhor retirar, pois já vi que é uma discussão  
1171 de maior fundo e poderíamos deixar para outra ocasião.” **M. Reitor**:  
1172 “Perguntaria se algum dos inscitos quer falar ou se preferem esperar que esse  
1173 assunto volte.” **Cons. Alexandre Priol Filho**: “É importante lembrar qual o  
1174 universo dessas 16 mil pessoas que trabalham nesta Universidade. Em  
1175 primeiro lugar, todos ou a maioria dos funcionários têm um grande orgulho de  
1176 trabalhar na USP. E o processo dessa aquisição é muito simples. A maioria dos  
1177 trabalhadores da Universidade procura sempre se atualizar ao seu próprio

1178 custo, à sua própria força. Temos um grande número de funcionários que, ou  
1179 estão fazendo agora o seu curso de graduação ou já fizeram e, infelizmente, a  
1180 maioria, em universidades particulares. E é essa discussão que tem de ser  
1181 permanente, porque, em primeiro lugar, é uma grande contradição o Conselho  
1182 Universitário defender que a Universidade pague cursos de graduação em  
1183 universidades particulares, mas ao mesmo tempo existe uma realidade social  
1184 que está posta na Universidade, que grande parte dos seus funcionários,  
1185 apesar dos seus parcos rendimentos, na sua maioria, têm pago às próprias  
1186 custas esses cursos. Então, acho que a Universidade tem que encontrar um  
1187 meio termo nessa discussão. Por exemplo, em parte dessa discussão foi  
1188 colocado que faríamos sorteios nas Unidades. Não é bem por aí. Acho que ou  
1189 se atende um conjunto ou não se atende. Porque, caso contrário, quais seriam  
1190 os critérios? Então, acho interessante retomarmos as discussões e em uma  
1191 próxima oportunidade colocar, inclusive, o que foi citado pelo Professor  
1192 Manoel. Por que não temos políticas de inclusão na Universidade para os  
1193 funcionários? Acho que isso não é favorecimento, ao contrário, política de  
1194 inclusão poderia fazer parte de um programa efetivo e, claro, para todos.  
1195 Gostaria de dizer que na nossa Unidade também há uma comissão de  
1196 treinamentos e, nesse sentido gostaria de propor, inclusive, para todas as  
1197 Unidades que façam as comissões de treinamentos a partir das eleições dos  
1198 representantes na própria Unidade, entre os funcionários, não com indicações,  
1199 mas com eleição para que possamos fazer uma discussão sobre os gastos em  
1200 treinamento.” **M. Reitor**: “Lembro que esse destaque foi retirado.” **Cons. Jorge**  
1201 **Mancini Filho**: “Magnífico Reitor, com respeito a todos que me precederam,  
1202 coloco-me no sentido contrário que a Universidade pague cursos de graduação  
1203 ou pós-graduação. Particularmente não vejo por que uma discussão nesse  
1204 sentido seja feita no futuro. O que temos para treinamento é uma verba  
1205 pequena, as Unidades procuram gastar dentro das possibilidades. No caso da  
1206 Faculdade de Ciências Farmacêuticas, atendemos a pequenos cursos para  
1207 atender a um número grande de funcionários, relacionados com CIPA,  
1208 prevenção de acidentes, entre outras coisas, pois é uma verba pequena. E  
1209 jamais teremos condições de pagar cursos de graduação e pós-graduação em  
1210 faculdades particulares. Então, a minha manifestação é que essa discussão  
1211 não cabe agora e tampouco no futuro.” **Cons. Joaquim José de Camargo**  
1212 **Engler**: “O último destaque que temos é a proposta de alteração da dotação de  
1213 pessoal de 80 para 85%. Como mencionei quando foi apresentada a proposta,  
1214 gostaria de apresentar alguns pontos aos senhores. Primeiramente, já foi  
1215 lembrado aqui que a dotação para pessoal tem um componente pragmático  
1216 que é baseado nas folhas de pagamento vigentes atualizadas com coeficientes  
1217 de inflação, crescimento de pessoal, carreira, para o exercício seguinte. Isso foi  
1218 feito e chega-se a R\$ 2.791.321.249,00, que corresponde a 77,57%do  
1219 Orçamento Total para 2011. Não se adota, a priori, o percentual para Pessoal,  
1220 ele é consequência da estimativa da despesa envolvida. Acrescenta-se uma  
1221 reserva de ajuste para fazer face às decisões do CRUESP com relação ao  
1222 aumento salarial, porque em acordo com o decreto de autonomia das três  
1223 universidades estaduais, a decisão sobre aumento salarial é do CRUESP. O  
1224 CRUESP, ao tomar essa decisão, leva em consideração a situação das três  
1225 universidades. Vamos ter que respeitar, das três universidades aquela cujas  
1226 condições orçamentárias permitem o mínimo de acréscimo. Não adianta uma

1227 delas poder dar 20 e a outra poder dar 5. Prevalecerão os 5. Isso leva a  
1228 limitações de quanto se precisa ter de disponibilidade para isso. No momento,  
1229 temos pela primeira vez, que a reserva de ajuste de 2010 não apenas não foi  
1230 utilizada, como foi acrescida. Então, já estamos com um saldo que passa para  
1231 o próximo exercício, que felizmente, por termos autonomia, podemos  
1232 comprometer esses recursos na alínea pessoal e deixar para o próximo  
1233 exercício e não devolver à Secretaria da Fazenda, como acontece com os  
1234 órgãos de administração direta. Temos, ainda, os R\$ R\$ 104.302.514,00 que é  
1235 mais 3,50% no orçamento que também está alocado em 2010 e que não foi  
1236 utilizado e que também fica para 2011. Além disso, temos o decreto de  
1237 suplementação orçamentária dos quais R\$ 298 milhões ficam na alínea  
1238 Pessoal e vão para Reserva de Ajuste. Se somarmos saldo e as  
1239 disponibilidades para aumento das despesas com pessoal em 2011,  
1240 chegaremos a um valor correspondente a 19,35% da dotação prevista para  
1241 Pessoal. Com toda sinceridade, nunca o CRUESP vai aprovar um aumento  
1242 superior a 19%. Não que eu não queira, mas acho que temos de ser realistas,  
1243 de forma que não faz sentido manter uma dotação irracional, que não vai ser  
1244 utilizada, apenas para ser objeto de crítica futura. Temos hoje um sistema de  
1245 transparência orçamentária. Os senhores podem entrar no *site* da Secretaria  
1246 da Fazenda e ver quais são as disponibilidades de todos os órgãos do Estado,  
1247 inclusive das universidades. Então, acho que o correto, racional e prudente é  
1248 manter a proposta como aprovada pela COP, porque esses 80% ainda poderão  
1249 ser acrescidos de mais de 19%, no mínimo, com as reservas que estão  
1250 destinadas a Pessoal. Essas reservas são específicas para Pessoal, não  
1251 vamos poder utilizá-las para custeio. Nesse sentido, encaminho contrária a  
1252 proposta de alteração.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** “Mantenho a  
1253 proposta. Acho que é fundamental que esse Conselho sinalize para a  
1254 comunidade universitária qual é a preocupação que ele tem com relação ao  
1255 pessoal. Acho que podemos passar o próximo ano com dificuldades  
1256 orçamentárias, eventualmente por conta de queda do ICMS e a nossa reserva  
1257 será usada. Considero importante que nesse momento sinalizemos. Se não  
1258 vamos usar, ótimo. Se a arrecadação for boa ou melhor do que foi esse ano,  
1259 ótimo, que atinjamos 80%, perfeito. Acho que o ideal seria até baixar muito  
1260 mais isso. Acho que nesse momento em que há perspectiva de discussão de  
1261 carreira - não só entre os docentes, mas também entre os funcionários -  
1262 também é importante sinalizar o que todo mundo tem dito, de que há uma  
1263 necessidade de valorização das carreiras iniciais. Acho que nesse momento  
1264 seria um péssimo sinal para a comunidade universitária, baixarmos o  
1265 comprometimento de pessoal de 85% para 80%. Essa sinalização passará a  
1266 impressão de que a Universidade não tem como um de seus maiores  
1267 patrimônios - como tem sido dito e reafirmado várias vezes - o seu corpo  
1268 funcional (docentes e funcionários). Portanto, defendo. Acho que o acréscimo  
1269 de custeio que teve esse ano ao não atingir o limite de 85% deu uma folga e  
1270 essa folga vai valer. Se fôssemos pensar simplesmente com os limites do  
1271 CRUESP, este poderá, eventualmente, reavaliar sua posição. As universidades  
1272 - UNICAMP e UNESP - também estão discutindo, nesse momento, os seus  
1273 comprometimentos, portanto, se é fato que o corpo funcional merece todo  
1274 carinho da Universidade, acho que não é um bom sinal diminuirmos de 85%  
1275 para 80% o comprometimento com pessoal. **Cons. Manoel Fernandes de**

1276 **Sousa Neto:** “Acho que a reunião do CRUESP começa exatamente nesse  
1277 Conselho. E no meu entendimento, quem deve pautar o CRUESP é a  
1278 Universidade de São Paulo, por ter uma dotação orçamentária maior, um peso  
1279 maior, como foi inclusive discutido aqui, sem desrespeito às outras instituições  
1280 paulistas. Acho fundamental que sejamos protagonistas nesse momento e  
1281 nesse processo. Sou grato ao Prof. Vahan Agopyan que me fez uma correção,  
1282 de que a UNESP e a UNICAMP fizeram um rearranjo das suas condições  
1283 financeiras e, digamos assim, estão em uma situação muito melhor do que  
1284 aquela que, erroneamente, acabei de falar no momento anterior para esse  
1285 Conselho. De forma que se alguma instituição deve pautar a discussão do  
1286 CRUESP com relação ao orçamento de pessoal, penso que é a Universidade  
1287 de São Paulo. E tenho me preocupado muito, porque a Universidade de São  
1288 Paulo tem aberto mão, algumas vezes, desse protagonismo. Penso que  
1289 precisamos retomar, até pela qualidade daquilo que essa Universidade faz.  
1290 Uma Universidade que tem 30% dos seus cursos de pós-graduação 7; 25%  
1291 dos cursos do País de pós-graduação 6, que mostra excelência, que é a única  
1292 que aparece em nível internacional como uma das mais qualificadas, é preciso  
1293 pensar políticas de pessoal que garantam que nossos quadros não saiam  
1294 dessa Instituição, que mantenhamos os excelentes quadros que faz essa  
1295 Universidade ser o que ela efetivamente é. Porque na minha opinião, o maior  
1296 patrimônio dessa Universidade são os trabalhadores que possui. De forma que  
1297 é esse patrimônio que imagino que precisamos, efetivamente, dar conta de  
1298 comprometer com o orçamento da Universidade. Então, os argumentos que  
1299 foram utilizados, de que temos 18% e que podemos chegar ao patamar de 85%  
1300 me fazem defender o destaque de 85% e de, a partir daqui, pautar a próxima  
1301 discussão do CRUESP. Portanto, pautar o que será o debate sobre a questão  
1302 do reajuste dos professores e a valorização da carreira a partir dos Professores  
1303 Doutores, porque, na condição de representante dos Doutores, sou contrário à  
1304 carreira que aqui foi aprovada, defendo que haja valorização dos níveis iniciais  
1305 da carreira, pois para mim, se porventura, nós, como Professores Doutores,  
1306 recebêssemos o salário de R\$ 9 mil ou R\$ 1 mil de início de carreira, não seria  
1307 necessário, por exemplo, fazer uma reestruturação da carreira para criar níveis  
1308 horizontais, que alguns têm chamado, jocosamente, de uma espécie de  
1309 movimento que o caranguejo faz horizontalmente, porque ele anda, anda, anda  
1310 não sai do lugar. E existe uma proposição, que é a do professor pleno, que fica  
1311 entre o professor associado e o titular. Então, defendo que possamos manter o  
1312 patamar de 85%, inclusive para poder ter reservas posteriores, pois essa  
1313 questão não é puramente econômica. Nas nossas casas, por exemplo,  
1314 sabemos que o problema não é quanto temos e sim como gastamos o que  
1315 temos. E, em função dos seus argumentos do que temos, das reservas que  
1316 pudemos obter, inclusive, pela qualidade do trabalho que vossa senhoria  
1317 realiza nesse Conselho, é que defendo a manutenção do patamar de 85% e  
1318 conclamo os conselheiros e conselheiras a votar a favor desse destaque.”  
1319 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Estou com a tabela da previsão de  
1320 arrecadação que todos temos na mesa. Queria primeiro comentar o último  
1321 aspecto exposto pelo Prof. Marcos. Não é apenas a Universidade de São Paulo  
1322 que está colocando em discussão o seu orçamento, mas também a UNICAMP  
1323 e a UNESP. E é verdade também o que o Prof. Engler colocou, que as  
1324 decisões são tomadas pelo CRUESP baseadas, não em quem está com a

1325 melhor arrecadação, mas sim naqueles que encontram-se mais deficitárias, Por  
1326 exemplo, a UNESP e a UNICAMP. No último mês de outubro, o  
1327 comprometimento na UNESP foi de 82,69% na sua folha de pessoal, na  
1328 UNICAMP foi de 82,31%, e na USP - que conta com melhores condições  
1329 financeiras - esse número está em 79,12%, sendo que esse mês de outubro  
1330 não foi o mês em que a expectativa esteve maior. Ao contrário, vamos ter  
1331 sempre no mês de maio discussão sobre reajustes salariais. Isso que o Prof.  
1332 Manoel nos colocou é verdade, no começo desse ano, o Prof. João Grandino  
1333 Rodas destinou aos professores um reajuste diferenciado em relação aos  
1334 funcionários, em função da diferença com que são pagos seus professores nas  
1335 universidades federais, 5%. Isso nos traz muito claro o seguinte. Estamos não  
1336 apenas perdendo professores para as universidades particulares, temos  
1337 perdido também um grande número de servidores para as universidades  
1338 federais e para o mercado de trabalho em geral. Por isso, é extremamente  
1339 temerário deixarmos ou mudarmos essa questão, de 85% para 80%, porque  
1340 em grande parte, na maioria dos anos anteriores, 85% não atendeu às  
1341 expectativas orçamentárias da nossa Universidade, ficando em alguns meses,  
1342 inclusive, uma destinação até além de 85%. Fora que somos o país da  
1343 incerteza, não podemos assegurar que a arrecadação do ano que vem estará  
1344 no mesmo patamar que esteve esse ano, existe sempre uma flutuação. Por  
1345 isso, defendo que permaneçamos em um patamar de 85% e propiciemos que  
1346 as outras universidades também façam essa mesma discussão - 85% - que  
1347 considero ser um índice que pode atender as expectativas orçamentárias  
1348 necessárias para a nossa Universidade.” **M. Reitor:** “Faço uma correção, pois  
1349 foi o CRUESP quem destinou esse reajuste em um contexto geral, não eu.”  
1350 **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** “Exatamente, ia começar minha  
1351 fala fazendo exatamente essa correção, foi uma decisão do CRUESP. E por  
1352 que foi aquele valor? Porque era o valor suportável pelas outras duas  
1353 Universidades. A USP até poderia dar mais. Então, mais uma vez ela é função  
1354 da situação orçamentária das três. A UNESP já está em 83%, enquanto a USP  
1355 está em 79%. Não é que se a USP puser 85% vai levar a UNESP a esse  
1356 patamar. Participei de reuniões do CRUESP no passado e veementemente as  
1357 outras duas Universidades sempre se reuniam e diziam que se a USP podia  
1358 dar mais é porque ela tem muito orçamento e sugeriam, então que se  
1359 redistribuisse os 9,57%. É ruim falar isso aqui, mas é uma realidade: ‘Se para  
1360 USP está sobrando, então vamos redistribuir, porque para UNESP e para  
1361 UNICAMP está faltando’. Várias vezes foi tentado isso e foi muito difícil  
1362 segurar, porque em um colegiado em que três votam, quando dois se unem o  
1363 terceiro fica olhando. De forma que alocar 85% pelo simples prazer de ter 85%  
1364 é muito perigoso. Alguém mencionou que sobrou ano passado e até deu folga  
1365 de Custeio. Não senhor, o item pessoal, uma vez definido pelas Diretrizes  
1366 Orçamentárias, é religiosamente cumprido pela Reitoria e é acompanhado ou  
1367 auditado pela COP. Entrou o decreto de suplementação e, imediatamente,  
1368 telefonei para o diretor financeiro e disse: ‘não esqueça que você tem que  
1369 colocar aí o percentual aprovado nas Diretrizes Orçamentárias no item Reserva  
1370 de Ajuste’. Quero dizer, ele não podia pegar os 100% do Decreto que saiu no  
1371 dia 7 e colocar em Custeio. De fato, poderia, porque está sobrando, tem  
1372 disponibilidade no item Pessoal, que não vai ser utilizado, mas foi colocado  
1373 mais R\$ 298 milhões de saldo. Isso fica registrado, fica contabilizado no item

1374 Pessoal, ou seja, mesmo que não se utilize no ano que vem, não vai passar  
1375 para custeio. Sobre arrecadação, o Secretário da Fazenda esteve na  
1376 Assembléia Legislativa, na semana passada, falando sobre isso. Segundo as  
1377 próprias palavras dele, o ICMS cresceu mais de 15% e ele imagina que essa  
1378 tendência não é de momento, porque foi crescendo ao longo do ano. Ele  
1379 afirmou isso categoricamente. Então, a arrecadação prevista de R\$  
1380 96.228.295.408,00 para o ICMS tem sido criticada por alguns deputados,  
1381 dizendo que é muito conservadora, que o Governo do Estado está ponto um  
1382 valor abaixo para depois ficar com folga. O que acontece na Assembléia é o  
1383 oposto do que alguém mencionou aqui, de que não vai arrecadar. Com toda  
1384 experiência que já mencionei, não vai ficar a menos do que está previsto. E no  
1385 dia seguinte que fecharmos isso tudo, quando começar o próximo ano, os  
1386 senhores que são membros da ADUSP, serão os primeiros a dizer que as  
1387 previsões da Universidade são conservadoras, que a arrecadação vai ser  
1388 superior, como fazem todo ano. E peço encarecidamente, vamos atuar com  
1389 juízo, vamos tomar cuidado com a nossa situação orçamentária. É muito difícil  
1390 essa convivência. Aqui ainda é por um decreto, não é uma situação  
1391 constitucional, como é o caso da FAPESP, que tem 1% expresso na  
1392 Constituição do Estado. As universidades têm que brigar anualmente e é outra  
1393 luta que a ADUSP sempre tem para que nas diretrizes orçamentárias se passe  
1394 de 9,57% para 11% ou 11,6%. Tivemos mais de duas mil emendas nas  
1395 diretrizes, as quais várias delas mencionavam isso e acabaram não passando  
1396 na Assembléia. Então, proponho que se mantenha a proposta como aprovada  
1397 pela COP.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o Destaque do Prof. Dr.  
1398 Marcos Nascimento Magalhães referente à proposta de alteração da dotação  
1399 de pessoal de 80% para 85%. **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o  
1400 seguinte resultado: Sim = 18 (dezoito) votos; Não = 75 (setenta e cinco) votos;  
1401 Abstenções = 2 (duas); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovada a  
1402 proposta encaminhada pela COP. A seguir, passa-se ao **CADERNO II –**  
1403 **CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR - 1. PROCESSO**  
1404 **2010.1.31107.1.1 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Projeto de Lei  
1405 Complementar que cria cargos de Professor Doutor no quadro de pessoal  
1406 docente na USP. Proposta do Projeto de Lei Complementar, encaminhada pelo  
1407 Chefe de Gabinete do Reitor, Prof. Dr. Alberto Carlos Amadio, para a criação  
1408 de 2.655 cargos de Professor Doutor na USP, tendo em vista a grande  
1409 quantidade de aposentadorias em curso nos próximos anos e a ampliação da  
1410 estrutura da Universidade com a criação de novos cursos, campi e Unidades  
1411 (09.09.10). **Parecer da CJ:** manifesta que a minuta se encontra em ordem,  
1412 sendo pertinente sua justificativa (14.09.10). Informação da CODAGE de que a  
1413 criação dos 2.655 novos cargos de Professor Doutor terá um custo mensal  
1414 aproximado de R\$ 22,35 milhões, com impacto de 9% ao ano sobre o  
1415 Orçamento da USP, sendo que este valor tende a ser distribuído ao longo dos  
1416 anos (16.09.10). **Parecer da CAA:** aprova o Projeto de Lei Complementar que  
1417 cria 2.655 (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco) cargos de Professor Doutor  
1418 no Quadro de Pessoal docente da Universidade de São Paulo (08.11.10).  
1419 **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente aprova, ad referendum da Comissão, o  
1420 Projeto de Lei Complementar que cria 2.655 (dois mil seiscentos e cinquenta e  
1421 cinco) cargos de Professor Doutor no Quadro de Pessoal docente da  
1422 Universidade de São Paulo (10.11.10). **Parecer da COP:** o Senhor Presidente

1423 da COP aprova, ad referendum da Comissão, o Projeto de Lei Complementar  
1424 que cria 2.655 (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco) cargos de Professor  
1425 Doutor no Quadro de Pessoal docente da Universidade de São Paulo  
1426 (11.11.10). **Vice-Reitor:** “Trata-se de enviar um projeto de lei complementar  
1427 que cria cargos de doutor no quadro de pessoal docente da USP. Estamos  
1428 solicitando 2.655 cargos. Como chegamos a esses números? Hoje, o número  
1429 de cargos existentes é o seguinte: 1.300 foram criados pela Lei nº 11.164 de  
1430 26/06/2002; 1.900 cargos de Doutor pela Lei nº 1.000.009 de 21/05/2007; 400  
1431 cargos de Titular criados pela Lei nº 11.164 de 26/06/2002; e 916 Titulares, que  
1432 são anteriores a 98/99. Para se ter idéia do número, temos: 5 Auxiliares de  
1433 Ensino, 75 Assistentes, 3.097 Doutores efetivos, 51 Doutores que ainda não  
1434 fizeram o concurso de efetivação, 1.517 Associados efetivos, 3 Professores  
1435 Associados não efetivados, 1.091 Professores Titulares, 282 em processo de  
1436 seleção de Doutor e 186 cargos de Doutor que estão disponíveis nas  
1437 Unidades, ou seja, 6.307 docentes no total. Lembrem-se que o número anterior  
1438 era de 4.516 cargos docentes. É muito importante termos presente esse  
1439 número - 6.307, dos quais 1.091 são Professores Titulares efetivos. A base dos  
1440 números é de agosto/2010, quando havia 5.155 Doutores, sendo 3.200 criados  
1441 por Lei. Faltam-nos 1.955 cargos de Doutores. Na argumentação para  
1442 solicitação à Assembléia somam-se a esses, 300 cargos de Doutor para cursos  
1443 de vanguarda que vamos criar nos próximos 5 anos e ainda serão definidos.  
1444 Mais 400 cargos de docentes para aqueles processos de criação e  
1445 consolidação de cursos novos, perfazendo um total de 2.655 cargos. No  
1446 processo existe uma informação que queria destacar. Este processo foi  
1447 encaminhado pela Chefia de Gabinete à CJ, que está de acordo com a  
1448 documentação e depois à CODAGE. A CODAGE apresenta informação técnica  
1449 de que os cargos de Professor Doutor terão custo aproximado de R\$ 22,35  
1450 milhões, que é um impacto de 9% sobre o Orçamento da USP. Essa  
1451 informação é uma exigência da Assembléia, mas para nós é bom esclarecer  
1452 que isso não significa nenhum custo adicional. A Lei da Autonomia estabelece  
1453 que contratamos e pagamos nossos servidores. A criação desses cargos é  
1454 simplesmente a solicitação de autorização para contratar. Então, esse número  
1455 que consta do sumário da reunião de hoje – R\$ 22,35 milhões – fica  
1456 esclarecido. Já enviamos esse tipo de solicitação ao Governo Alckmin no  
1457 passado, que sabe bem do que se trata, que não significa custos adicionais,  
1458 mas apenas autorização para contratação de Doutores, com cargos criados  
1459 pela Assembléia. O processo passou pela CAA, pela CLR, COP e todas estão  
1460 de acordo.” **Cons. Manoel Fernandes de Sousa Neto:** “Quero solicitar um  
1461 esclarecimento e prestar outro, já que há pouco tempo atrás o Prof. Engler  
1462 mencionou que os representantes dos Professores Doutores e Associados são  
1463 da ADUSP. Nós somos filiados da ADUSP, mas não sou da sua direção. Não  
1464 sei se o Prof. Engler é filiado à ADUSP, mas se não for, queria convidar a se  
1465 filiar, porque é muito bom. Presto esse esclarecimento fazendo aquilo que o M.  
1466 Reitor fez a pouco, para que as coisas não fiquem parecendo ser aquilo que  
1467 não são. Quero saber se esses cargos de Professor Doutor que serão criados,  
1468 inclusive, para fazer face aos processos de expansão da Universidade e à  
1469 necessidade de qualificar alguns cursos que precisam da contratação de  
1470 Doutores, como é que vai se definir a distribuição efetiva dessas vagas que  
1471 virão para a USP? Sei que isso talvez não seja a questão central em pauta,

1472 mas queria saber como é que se dará a definição deles e, se for possível, que  
1473 possa responder agora.” **Vice-Reitor:** “Estou falando desse tema, porque tomei  
1474 a iniciativa de solicitar ao Prof. Grandino para fazer essa memória de  
1475 raciocínio, já que sou Presidente da Comissão de Claros Docentes - o Vice-  
1476 Reitor é o Presidente da Comissão de Claros Docentes. A Comissão tem os  
1477 seus critérios e, basicamente, são solicitações fundamentadas feitas pelas  
1478 Unidades, que são acompanhadas dos seus planos de metas, devidamente  
1479 avaliados pelos pareceristas externos. Na Comissão de Claros Docentes  
1480 sempre há a entrega da solicitação a um relator, que apresenta, em uma  
1481 reunião subsequente, a sua avaliação, considerando carga didática, período  
1482 diurno e noturno e todos os elementos envolvidos no plano de metas da  
1483 Unidade. Os membros da Comissão de Claros Docentes são os Pró-Reitores, o  
1484 Vice-Presidente, o Coordenador da CODADE, o Vice-Presidente de Relações  
1485 Internacionais e o Presidente da CAA. Essa a composição desse Colegiado  
1486 que avalia cada solicitação de cargo docente.” A seguir, o M. Reitor coloca em  
1487 votação o parecer da COP. **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o  
1488 seguinte resultado: Sim = 92 (noventa e dois) votos; Não = 1 (um) voto;  
1489 Abstenções = 2 (dois); Total de votantes = 95 (noventa e cinco). É aprovado o  
1490 parecer da COP, que aprova o Projeto de Lei Complementar que cria cargos de  
1491 Professor Doutor no quadro de pessoal docente na USP. A seguir, passa-se ao  
1492 **CADERNO III – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE - 1.**  
1493 **PROCESSO 2002.1.369.81.4 – FACULDADE DE ECONOMIA,**  
1494 **ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de  
1495 alteração do Regimento da Faculdade de Economia, Administração e  
1496 Contabilidade de Ribeirão Preto - FEARP. Ofício do Diretor da FEARP, Prof.  
1497 Dr. Rudinei Toneto Júnior, à Magnífica Reitora, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suely Vilela,  
1498 encaminhando a proposta de alteração do Regimento da Unidade, aprovado  
1499 pela Congregação em 24.09.09 (24.09.09). **Parecer da CJ:** sugere algumas  
1500 adequações ao texto apresentado (24.03.10). Ofício do Diretor da FEARP aos  
1501 Chefes dos Departamentos de Contabilidade, de Administração e de  
1502 Economia, encaminhando o parecer da CJ sobre a alteração do Regimento da  
1503 Unidade e solicitando manifestação dos Conselhos dos Departamentos sobre o  
1504 item 4 do referido parecer que trata da questão do projeto de pesquisa  
1505 (30.03.10). Manifestação dos Departamentos da FEARP. Ofício do Diretor da  
1506 FEARP ao Procurador Chefe da CJ, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos  
1507 Monaco, encaminhando a proposta do novo Regimento da Unidade,  
1508 considerando as observações feitas pela CJ, aprovada pela Congregação em  
1509 30.06.10 (02.07.10). **Parecer da CJ:** manifesta que as sugestões  
1510 recomendadas foram acolhidas pelos órgãos competentes, observando que a  
1511 alteração recente de supressão do art. 37 é decorrência natural da nova  
1512 redação conferida ao inciso III do art. 35 da proposta, que passou a incluir  
1513 expressamente a prova escrita no concurso para provimento de cargo de  
1514 Professor Doutor e o art. 38 da proposta corresponde ao art. 139 do Regimento  
1515 Geral, com os devidos ajustes, nada havendo a se reparar (31.08.10). **Parecer**  
1516 **da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator,  
1517 Prof. Dr. Francisco de Assis Leone, favorável ao novo Regimento da Faculdade  
1518 de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (26.10.2010).  
1519 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Francisco de**  
1520 **Assis Leone:** “Trata-se da alteração do Regimento da FEARP, aprovado pela

1521 Congregação da Unidade em 30.06.10, com as recomendações da douta CJ. A  
1522 proposta contempla alterações em vários artigos do Regimento, tendo a douta  
1523 CJ sugerido algumas modificações no seu parecer de fls. 121-124. Após as  
1524 manifestações favoráveis dos Departamentos, a Unidade encaminha nova  
1525 versão do Regimento, incluindo a supressão do artigo 37, com renumeração  
1526 dos demais, e dá uma nova redação ao artigo 38, que agora inclui  
1527 expressamente a prova escrita no concurso para provimentos de cargos de  
1528 Professor. Doutor. De acordo com o novo parecer da douta CJ, a nova redação  
1529 está em consonância com o artigo 139 do Regimento Geral, portanto, sou de  
1530 parecer favorável ao novo Regimento da FEARP.” Ninguém querendo fazer  
1531 uso da palavra, o M. Reitor coloca em votação o parecer da CLR, favorável ao  
1532 novo Regimento da FEARP. Não havendo objeção, o M. Reitor o considera  
1533 aprovado. **CADERNO IV – RECURSOS - 1. PROCESSO 2009.1.469.58.0 –**  
1534 **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO.** Recurso interposto  
1535 pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, Chefe do Departamento de  
1536 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF) da Faculdade de Odontologia  
1537 de Ribeirão Preto – FORP, contra a decisão da Congregação da Unidade, que  
1538 deferiu recurso formulado por uma docente do aludido Departamento,  
1539 contrariando decisão anterior do respectivo Conselho. Publicação no D. O. da  
1540 distribuição de um cargo de Professor Doutor, MS-3, junto ao Departamento de  
1541 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF) da FORP (08.04.09). Parecer do  
1542 Conselho do DMEF: aprova o edital de abertura de inscrições para o concurso  
1543 público para provimento de um cargo de Professor Doutor, em RDIDP, MS-3,  
1544 com base nas disciplinas de Diagnóstico I e II, Diagnóstico Clínico Integrado e  
1545 Patologia Básica (28.05.09). Recurso interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Lúcia  
1546 Colussi Lamano, contra a decisão do DMEF, que aprovou a abertura de Edital  
1547 para inscrição ao concurso visando o provimento de um cargo de Professor  
1548 Doutor, com base no conteúdo das disciplinas de Diagnóstico I e II, Diagnóstico  
1549 Clínico Integrado e Patologia Básica. A Professora manifesta que o concurso,  
1550 realizado nos moldes propostos, deverá selecionar um docente com suposta  
1551 competência para atuar nas áreas de Patologia, Semiologia e Radiologia.  
1552 Solicita que o DMEF reconsidere sua decisão e aprove a abertura de edital  
1553 com base em conteúdos de Patologia Básica e Patologia Bucal (05.06.09).  
1554 Parecer do Conselho do DMEF: não dá provimento ao recurso, interposto pela  
1555 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Lúcia Lamano Carvalho (16.06.09). **Parecer da**  
1556 **Congregação da FORP:** com base no relato e no parecer da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
1557 Fernanda de Carvalho Pazeri Pires de Souza, aprova a abertura de concurso  
1558 visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP,  
1559 junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP,  
1560 com base nas disciplinas de Patologia Básica e de Patologia Bucal (10.08.09).  
1561 Trecho da Ata da Sessão Ordinária da Congregação da FORP, realizada em  
1562 10.08.09, em que trata a referida matéria (10.08.09). Recurso interposto pela  
1563 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, Chefe do DMEF, contra a decisão da  
1564 Congregação, que em 10.08.09 deu provimento ao recurso interposto pela  
1565 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Lúcia Colussi Lamano, contrariando a decisão do Conselho  
1566 do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia. Manifesta que  
1567 conforme determina o parágrafo 1º do art. 125 do Regimento Geral, apenas o  
1568 programa do concurso deverá ser submetido à apreciação da Congregação.  
1569 Portanto, os Departamentos têm autonomia plena para escolher disciplinas ou

1570 conjunto de disciplinas que embasarão eventuais concursos, devendo a  
1571 Congregação se ater ao aspecto formal dos fatos ocorridos. Logo, se o ato  
1572 administrativo de determinação de quais disciplinas ou conjunto delas em que  
1573 se deve basear o concurso a ser realizado não partiu do Departamento e sim  
1574 de Colegiado sem competência para fazê-lo, o ato realizado é nulo. Desta  
1575 forma, requer que o concurso para o cargo de Professor Doutor atribuído ao  
1576 Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia seja realizado com  
1577 base nas disciplinas de Diagnósticos I e II, Diagnóstico Clínico Integrado e  
1578 Patologia Básica, conforme desejo expresso pelo Conselho do Departamento  
1579 (19.08.09). Parecer de Assessor *ad hoc*: manifesta-se contrário ao provimento  
1580 do recurso apresentado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda por  
1581 acreditar que a decisão tomada pela Congregação da FORP é absolutamente  
1582 legal quanto à forma e quanto ao mérito, atendendo integralmente ao disposto  
1583 no ordenamento jurídico brasileiro (08.09.09). **Parecer da Congregação da**  
1584 **FORP**: fundamentada no parecer do Prof. Dr. Arthur Belém Novaes Júnior,  
1585 delibera não dar provimento ao recurso interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie  
1586 Aparecida de Lacerda, Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e  
1587 Fisiologia (21.09.09). Ofício da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, ao  
1588 Diretor da FORP, Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon, solicitando o  
1589 encaminhamento de seu recurso ao Conselho Universitário (30.09.09). **Parecer**  
1590 **da CJ**: quanto ao recurso interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Lúcia Colucci  
1591 Lamano, esclarece que a matéria relativa à legitimidade recursal já foi objeto de  
1592 ampla discussão nos colegiados superiores da USP, permanecendo a tese de  
1593 que docente vinculado a determinado Departamento somente poderia ingressar  
1594 com recurso ao Conselho do Departamento e não diretamente à Congregação,  
1595 quando envolver matéria que já foi decidida, outrora, pelo Conselho do  
1596 Departamento. Opina pelo conhecimento do recurso da Chefe do DMEF, Prof.<sup>a</sup>  
1597 Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, ante sua tempestividade e legitimidade,  
1598 restando, contudo, o mérito ser analisado pela CLR. Manifesta que a  
1599 Congregação da FORP, ao não homologar a proposta de abertura do concurso  
1600 na área indicada pelo Conselho do Departamento, deveria ter devolvido a  
1601 matéria à origem para nova apreciação, e não deliberado diretamente pela  
1602 abertura em área diversa, em consonância com o artigo 125, parágrafo 2º do  
1603 Regimento Geral (09.03.10). **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, no  
1604 sentido de encaminhar os autos à Unidade para que a Congregação discuta  
1605 novamente a matéria e, em caso de não homologação, os autos devem ser  
1606 devolvidos para que o Conselho do Departamento possa reformular seu  
1607 encaminhamento (20.04.10). **Parecer da Congregação da FORP**: com base  
1608 no parecer da CLR, não aprova a abertura do concurso visando o provimento  
1609 de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Morfologia,  
1610 Estomatologia e Fisiologia, com base nas disciplinas de Diagnóstico I e II,  
1611 Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica, concedido fundamentado no  
1612 Plano de Metas da FORP para a área de Patologia (17.05.10). Recurso  
1613 interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, contra a decisão da  
1614 Comissão de Legislação e Recursos, que culminou com deliberação da  
1615 Congregação da FORP, que recepcionou e deu provimento ao recurso  
1616 interposto por uma docente, contra a decisão do Conselho do Departamento de  
1617 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, sem encaminhamento de recurso  
1618 interposto pela Chefe do Departamento ao Co, para julgamento daquele

1619 Colegiado, conforme prevê o inciso VII do artigo 257 do Regimento Geral.  
1620 Requer: a) que o recurso seja submetido ao Co para que ao final lhe seja dado  
1621 provimento, e que considere que todo o erro processual até aqui cometido não  
1622 passa de mero equívoco de condução dos dirigentes; b) que o Co conceda  
1623 provimento ao recurso interposto, com o objetivo de que o concurso para o  
1624 cargo de Professor Doutor atribuído ao Departamento de Morfologia,  
1625 Estomatologia e Fisiologia seja realizado com base nas disciplinas de  
1626 Diagnóstico I e II, Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica, para  
1627 contratação de docente para a área de patologia que atua na forma de ensino  
1628 integrado em diagnóstico, conforme desejo expresso pelo Conselho do  
1629 Departamento (25.05.10). Despacho do Diretor da FORP encaminhando os  
1630 autos à Secretaria Geral, tecendo breve relato dos fatos descritos nos autos  
1631 (28.05.10). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos),  
1632 o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, que mantém a  
1633 recomendação aprovada pela CLR em 20.04.10 (16.06.10). O Conselho  
1634 Universitário, em reunião de 14.09.10, retirou os autos de pauta para nova  
1635 manifestação da CLR (14.09.10). **Parecer da CLR:** opina pelo improvimento do  
1636 recurso, considerando que a decisão da Congregação deve prevalecer, tendo  
1637 em vista que o cargo foi concedido para a área de Patologia, sem prejuízo de  
1638 uma eventual solução negociada com o Departamento (26.10.10). **Cons. Luiz**  
1639 **Nunes de Oliveira:** “Esse processo é conhecido de todos nós, porque já foi  
1640 discutido na reunião de 14.09.10, mas vou fazer uma breve recapitulação.  
1641 Trata-se de um claro que foi concedido à FORP, para abertura de um concurso  
1642 para contratação de um docente. Segundo a decisão da Comissão de Claros,  
1643 deveria ir para a área de patologia. Este Claro foi cedido para o Departamento  
1644 de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, mas o Departamento resolveu abrir  
1645 um concurso mais amplo, em que havia Patologia, mas, também, duas áreas  
1646 de Diagnóstico. Uma das Docentes do próprio Departamento recorreu ao  
1647 Conselho do Departamento contra essa decisão, mas foi voto vencido. O  
1648 processo subiu para a Congregação, que resolveu reformular a decisão do  
1649 Departamento e recomendou que o concurso fosse aberto na área de  
1650 Patologia. A Chefe do Departamento ficou inconformada com a decisão da  
1651 Congregação, recorreu e acabou chegando aqui. A CLR discutiu esse assunto  
1652 e, como demorou um pouco para haver a primeira reunião do Conselho  
1653 Universitário que discutiria a matéria, encaminhamos para a Faculdade, para  
1654 ver se havia alguma possibilidade de acordo. Não houve essa possibilidade,  
1655 vindo o assunto ao Co. Na ocasião, dei um parecer dizendo que havia  
1656 necessidade das duas partes chegarem a um acordo, mas na discussão que se  
1657 seguiu no Co, muita gente manifestou insatisfação com essa recomendação,  
1658 então o assunto foi retirado de pauta e voltou para a CLR. Em vista o que foi  
1659 discutido no Conselho, para chegarmos a uma solução rápida, resolvemos que  
1660 o melhor é dar o não provimento ao recurso e, tendo em vista que a  
1661 Congregação é um órgão maior, a vontade dela tem que prevalecer. O nosso  
1662 entendimento é que o recurso não deve ser atendido e que, portanto o  
1663 concurso pode ser aberto na área de Patologia, fazendo uma recomendação,  
1664 apesar de tudo, para que a Diretoria volte a discutir, se possível, com o  
1665 Departamento para ver se chegam a um acordo. Se não chegarem, é a  
1666 vontade da Congregação que deve prevalecer.” **Cons. Nei Fernandes de**  
1667 **Oliveira Junior:** “Pedi a palavra porque quero, antes de mais nada, desculpar-

1668 me pela forma com que me referi ao parecer do Prof. Luis Nunes a respeito  
1669 desse processo em reunião passada. O Prof. Luis Nunes é um Físico, dos  
1670 melhores desse País, uma cabeça brilhante e uma pessoa sempre gentil e  
1671 afável, que me honra ter como colega e amigo já por várias décadas.  
1672 Reconheço que a maneira como me manifestei não foi adequada e se ficou  
1673 alguma impressão de pouco apreço pelo trabalho do Professor e mesmo da  
1674 CLR, essa não foi, absolutamente, a minha intenção. Penitencio-me por isso,  
1675 foi um ato falho, pelo que peço desculpas. Aproveito, entretanto para tecer  
1676 considerações sobre o processo. Seu fulcro, parece-me, se resume a uma  
1677 pergunta: pode a Congregação alterar as disciplinas em que um Departamento  
1678 solicita abertura de concurso para a carreira docente? O recurso é contra uma  
1679 decisão da Congregação da FORP que pretende abrir um concurso em  
1680 disciplinas diferentes daquelas aprovadas pelo Departamento correspondente.  
1681 Após longa sucessão de fatos, recursos e pareceres, propõe-se ao Co que o  
1682 recurso seja negado. É minha impressão que tem mesmo que ser negado por  
1683 qualquer das interpretações dadas nos pareceres, mesmo que contraditórias.  
1684 Explico. Se entendi corretamente, o recurso requer que o concurso seja  
1685 realizado nas disciplinas determinadas pelo Departamento, mas mesmo que se  
1686 reconheça a exclusividade de competência do Departamento para  
1687 determinadas disciplinas, dar provimento ao recurso me parece retirar da  
1688 Congregação o direito de não concordar, não aprovando a realização do  
1689 mesmo. Isto, a meu ver, contraria o artigo 39, inciso 7º do Regimento Geral,  
1690 que estabelece a competência da Congregação em aprovar e, portanto,  
1691 também não aprovar a proposta do Departamento. Há no processo um parecer  
1692 da Consultoria Jurídica, baseado no Regimento Geral da USP manifestando  
1693 que a Congregação, ao não homologar a proposta de abertura do concurso na  
1694 área indicada pelo Departamento, deveria ter devolvido a matéria à origem  
1695 para nova apreciação e não deliberado diretamente pela abertura em área  
1696 diversa. Ou seja, a CJ da USP reconhece a exclusividade do Departamento,  
1697 mas, também, a necessidade de aprovação pela Congregação. Segundo este  
1698 parecer, o Regimento Geral da USP estabelece que o concurso só pode ser  
1699 realizado nas disciplinas propostas pelo Departamento e com aprovação da  
1700 Congregação, portanto sua não aprovação encerra o processo, a menos que o  
1701 Departamento reconsidere a proposta em termos aceitáveis pela Congregação.  
1702 Por outro lado, a decisão da Congregação da FORP de alterar e ela mesma  
1703 decidir em que disciplinas o concurso seria realizado foi sustentada em parecer  
1704 do Prof. Gustavo Assed Ferreira, da FDRP, que dá uma interpretação diferente  
1705 para o Regimento Geral. Particularmente, tenho dificuldades com o conteúdo  
1706 desse parecer. A meu ver, a discricionariedade, palavra que o Professor atribuí  
1707 à Congregação, devido aos termos apreciação e aprovar contidos nos artigos  
1708 125 e 39 do Regimento, são nada mais do que extensões interpretativas não  
1709 contidas explicitamente na norma. Na realidade, ele estabelece uma  
1710 subordinação não explícita, sendo que essas relações de subordinação de  
1711 decisões de Colegiados precisam estar explícitas nas suas atribuições e  
1712 competências. A Congregação, quando muda as disciplinas, efetivamente, abre  
1713 outro concurso, diferente daquele proposto pelo Departamento e isto, a meu  
1714 ver, contraria as competências explícitas no Regimento Geral. Infelizmente,  
1715 quando a recorrente solicita a realização do concurso nas disciplinas propostas  
1716 pelo Departamento, está fazendo com que a possível decisão desse Conselho

1717 pelo provimento contrarie o Regimento por prescindir da aprovação da  
1718 Congregação. Objeto justo de recurso, seria a solicitação de impedir a  
1719 realização do concurso nas disciplinas escolhidas pela Congregação. Assim,  
1720 não há como dar provimento ao recurso. Se ele for adiante, entretanto, e o  
1721 concurso for realizado nas disciplinas escolhidas pela Congregação, sem a  
1722 aprovação o Departamento, tenho a convicção que um questionamento na  
1723 Justiça fatalmente levará à sua anulação. Por fim, uma consideração: o  
1724 entendimento proferido pela CJ é o que conheço desde quando participei das  
1725 discussões do Estatuto, no fim dos anos 60, que extinguiu a Cátedra e instituiu  
1726 os Departamentos. Por aquele Estatuto, a Universidade era basicamente  
1727 dirigida pelo Reitor, que preside o Co, pelos Diretores, que presidiam as  
1728 Congregações e os Chefes que presidiam os Conselhos e Departamentos. E o  
1729 Departamento era a célula *mater* da Universidade, gerenciando ensino e  
1730 pesquisa. Não havia Comissão de Claros, os cargos pertenciam aos  
1731 Departamentos. Desde então, acrescentaram-se Conselhos, Conselhos  
1732 Centrais, Comissões Centrais e a Direção da Universidade foi se tornando  
1733 cada vez mais centralizada, até que, recentemente, esta centralização passou  
1734 a ser questionada por se tornar pouco compatível com seu crescimento e  
1735 interiorização. Ao longo desse processo, o Departamento foi perdendo a sua  
1736 autonomia, se não por normas, com certeza na prática. A gerência do ensino  
1737 de graduação hoje é dividido com as Comissões de Graduação e com o  
1738 Conselho de Graduação, com clara predominância do Conselho Central. O  
1739 mesmo acontece com a gerência da Pesquisa. No IF, as disciplinas agora são  
1740 institucionais e não mais departamentais, já há uma Unidade sem  
1741 Departamentos. Tenho sérias dúvidas da total compatibilidade das atuais  
1742 normas com essas situações. A interpretação do Regimento feita pelo  
1743 Professor da FDRP, que embasou a decisão da Congregação da FORP, vai na  
1744 direção atualmente predominante de restringir a autonomia do Departamento,  
1745 dando maior espaço para conceitos como interdisciplinariedade, mesmo as  
1746 diferenças entre Unidades, com certeza está se tornando imprescindível uma  
1747 revisão geral de nosso ordenamento normativo, algo maior do que  
1748 simplesmente as mudanças pontuais a que estamos acostumados.” **Cons.**  
1749 **Oswaldo Luiz Bezzon**: “Quero fazer um pequeno esclarecimento, apenas  
1750 alguns reparos no que foi dito. Quando se fala que a Congregação agiu de  
1751 forma indevida ao escolher a disciplina, isso não é de todo verdade se  
1752 pensarmos sob o seguinte aspecto: esse claro foi concedido dentro de um  
1753 plano de metas da Escola, foi aprovado exatamente para a disciplina de  
1754 Patologia. Então a Congregação não ignorou o Departamento, ela  
1755 simplesmente quis que o concurso se abrisse dentro das regras que foram  
1756 estabelecidas previamente no Plano de Metas. Essa foi uma questão, a  
1757 disciplina da Patologia estava vinculada a esse plano e a Congregação,  
1758 quando negou, na verdade não mudou o edital e fez outro, mas o devolveu ao  
1759 Departamento para que fizesse o edital dentro daquilo que já havia sido  
1760 estabelecido dentro do plano de metas.” **Cons. Marcos Nascimento**  
1761 **Magalhães**: “Agradeço as palavras carinhosas do Prof. Engler e vou transmiti-  
1762 las à ADUSP. Eu e o Prof. Manoel representamos certa categoria docente e  
1763 tenho muito orgulho de ser membro da ADUSP, já fui Presidente e não tenho  
1764 nenhum problema com isso, mas no Co represento os Professores Associados.  
1765 Fico feliz em saber que o senhor é um leitor dos documentos da ADUSP. Com

1766 relação à questão da FORP, as palavras do Prof. Nei foram muito bem  
1767 colocadas e acho que há certamente uma decisão que, na verdade, é uma  
1768 aproximação de Engenharia, porque nenhuma decisão está completamente  
1769 fundamentada. Sob esse ponto de vista, se o claro foi cedido à uma disciplina  
1770 de Patologia e professores que dão essa disciplina em conjunto com o  
1771 Departamento acreditam que o concurso pode ficar melhor incluindo à  
1772 disciplina de Patologia outras tantas, isso não estará negando a perspectiva de  
1773 que se está repondo um claro para a área originalmente planejada. Desta  
1774 forma, o meu voto será pelo acolhimento do recurso, nos termos de entender  
1775 que entre a situação de que a Congregação pode alterar disciplinas e sua  
1776 preservação e a primazia do Departamento em ser o cerne da questão de  
1777 como o ensino, a pesquisa, a extensão devem se focar nessa ou naquela  
1778 disciplina, vejo que este é o caminho que vem tomando a Universidade, de  
1779 valorização das decisões dos Departamentos. Para mim é muito claro que a  
1780 Congregação tem esse fator homologatório, como apontou o Prof. Nunes  
1781 naquele outro parecer, mas entre reforçar que a Congregação possa trocar  
1782 disciplinas e voltar para sua origem, fico com o acatamento do recurso, porque  
1783 acredito que é o Departamento quem deveria dar a palavra ou a iniciativa sobre  
1784 em que disciplina se faz um concurso.” **Votação:** "Pelo painel eletrônico,  
1785 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 59 (cinquenta e nove) votos; Não = 7  
1786 (sete) votos; Abstenções = 29 (vinte e nove); Total de votantes = 95 (noventa e  
1787 cinco). É aprovado o parecer da CLR, pelo improvimento do recurso,  
1788 considerando que a decisão da Congregação deve prevalecer, mas sem  
1789 prejuízo de uma eventual solução negociada com o Departamento. **2.**  
1790 **PROCESSO 2010.1.881.58.0 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE**  
1791 **RIBEIRÃO PRETO** - Recurso interposto pelo Chefe do Departamento de  
1792 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, contra a  
1793 decisão da Congregação da FORP, que não homologou a indicação da Prof.<sup>a</sup>  
1794 Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda e do Prof. Dr. Plauto Christopher Aranha  
1795 Watanabe, eleitos pelo Conselho do DMEF para a Comissão de Graduação da  
1796 Unidade. Ofício da Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e  
1797 Fisiologia, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, ao Diretor da FORP, Prof.  
1798 Dr. Osvaldo Luiz Bezzon, informando que em 07.05.10 o Conselho do  
1799 Departamento a elegeu para representante titular do Departamento junto à  
1800 Comissão de Graduação, e o Prof. Dr. Plauto Christopher Aranha Watanabe,  
1801 como suplente (10.06.10). **Parecer da Congregação:** não homologa as  
1802 indicações da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda, na qualidade de titular e  
1803 do Prof. Dr. Plauto Christopher Aranha Watanabe, na qualidade de suplente,  
1804 como representantes do Departamento de Morfologia, Estomatologia e  
1805 Fisiologia, para integrarem a Comissão de Graduação da Unidade, conforme  
1806 disposto no inciso I do artigo 14 do Regimento da FORP e solicita que o  
1807 Departamento indique novos nomes, com urgência (05.07.10). Ofício do Chefe  
1808 do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, Prof. Dr. Luiz  
1809 Carlos Pardini, ao Diretor da FORP, Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon,  
1810 encaminhando o seu recurso contra a decisão da Congregação da FORP, que  
1811 não homologou a indicação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda e do  
1812 Prof. Dr. Plauto Christopher Aranha Watanabe, eleitos pelo Conselho do  
1813 DMEF, para a Comissão de Graduação da Unidade (14.07.10). Informação do  
1814 Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros, Vice-Diretor no exercício da

1815 Diretoria da FORP encaminhando os autos à CJ para orientação das seguintes  
1816 questões: 1) O Chefe do DMEF tem legitimidade para recorrer da decisão da  
1817 Congregação sobre a não homologação das indicações? 2) Caso a  
1818 Congregação não reformule sua decisão, os autos deverão ser encaminhados  
1819 ao Conselho Universitário? A representação do DMEF ficará prejudicada junto  
1820 à Comissão de Graduação? 3) Considerando o disposto no Regimento da  
1821 FORP, poderá a Comissão de Graduação manter-se, temporariamente,  
1822 composta sem a representação do DMEF, ou, a fim de não prejudicar a  
1823 composição da referida Comissão, é possível a recondução temporária do  
1824 representante cujo mandato expirou em junho p.p.? 4) Sendo o recurso  
1825 encaminhado ao Co e não obtendo provimento daquele colegiado, o DMEF  
1826 deverá indicar novos nomes para integrarem a Comissão de Graduação?  
1827 (16.07.10). **Parecer da CJ:** encaminha as respostas às questões levantadas  
1828 pela FORP: 1) Em tese sim. Embora a previsão não seja expressa, é ele quem  
1829 representa o Departamento junto à Congregação, nos termos do inciso II do  
1830 artigo 46 do Regimento Geral. 2 e 3) Sim, os autos deverão ser encaminhados  
1831 ao Co na hipótese de não reformulação da decisão da Congregação, nos  
1832 termos do § 2º do artigo 254 do Regimento Geral. Nessa medida, até que  
1833 sobrevenha decisão do Co, o Departamento não estará representado na  
1834 Comissão de Graduação, não sendo possível reconduzir temporariamente o  
1835 representante anterior, uma vez que este é detentor de mandato. 4)  
1836 Considerando a pergunta em tese, sim. Concluindo, o Senhor Procurador  
1837 Chefe observa, ainda, que, administrativamente, há duas formas de  
1838 homologação (como pondera Odete Medauar - “Direito Administrativo  
1839 Moderno”, 8ª ed., p. 173): aquela baseada exclusivamente em critérios de  
1840 legalidade, com as necessidades em concursos públicos, cuja análise de  
1841 mérito compete exclusivamente à Banca Examinadora e aquela baseada tanto  
1842 em critérios de legalidade quanto em critérios de mérito administrativo, como é  
1843 o caso versado no parecer. Com efeito, e a rigor do que se trata é de indicação  
1844 de um nome por parte de cada Departamento a ser homologado pela  
1845 Congregação. Esse Colegiado, por sua vez, deverá proceder à análise de  
1846 legalidade (a eleição, no âmbito departamental, obedeceu às formalidades  
1847 legais?) e de mérito (o nome indicado pelo Departamento atende aos  
1848 interesses da Unidade?) A resposta positiva a ambas as indagações induz à  
1849 homologação. A negativa a qualquer delas impede a homologação, sem que  
1850 seja lícito à Congregação indicar outro nome, devendo a matéria ser devolvida  
1851 ao Departamento para indicação de outro nome (06.08.10). **Parecer da**  
1852 **Congregação:** baseada no parecer do relator, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho,  
1853 delibera não dar provimento ao recurso interposto (16.08.10). Carta da Prof.<sup>a</sup>  
1854 Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda ao Chefe do DMEF, Prof. Dr. Luiz Carlos  
1855 Pardini, solicitando o encaminhamento à Direção da FORP de sua  
1856 manifestação de desinteresse em que o Processo 2010.1.881.58.0 siga seu  
1857 trâmite para julgamento no Conselho Universitário (23.08.10). Informação do  
1858 Diretor da FORP solicitando que o Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini manifeste se há  
1859 interesse na continuidade do recurso interposto, tendo em vista a manifestação  
1860 de desistência da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzie Aparecida de Lacerda (01.09.10).  
1861 Manifestação do Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, informando ao Diretor da FORP  
1862 seu interesse na tramitação do recurso (03.09.10). **Parecer da CLR:** aprova,  
1863 por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr.

1864 Colombo Celso Gaeta Tassinari, contrário ao recurso interposto pelo Chefe do  
1865 DMEF, Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini (26.10.10). **Cons. Antonio Magalhães**  
1866 **Gomes Filho**: “Este também é um recurso oriundo da FORB. Foi interposto  
1867 pelo Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, Prof.  
1868 Dr. Carlos Pardini contra uma decisão da Congregação da FORP, que não  
1869 homologou a indicação de dois Professores eleitos no Conselho daquele  
1870 Departamento para a Comissão de Graduação da Unidade. Recorreram o  
1871 Chefe do Departamento e a Prof.<sup>a</sup> Suzie de Lacerda, que acabou desistindo do  
1872 recurso, mas subsiste o recurso do Prof. Luiz Carlos Pardini. A CLR é contrária  
1873 ao provimento desse recurso, porque na linha do que já foi discutido no recurso  
1874 anterior, a Congregação ficaria obrigada a aceitar a indicação do Departamento  
1875 para a constituição da Comissão de Graduação. Homologar não significa que a  
1876 Congregação esteja obrigada, sempre, a aceitar a indicação do Departamento  
1877 e isso foi muito bem ressaltado em um parecer, aliás, em um adendo à um  
1878 parecer da CJ, subscrita pelo Procurador Geral, Dr. Gustavo de Campos  
1879 Monaco, ou seja, na homologação a Congregação não examina apenas  
1880 aspectos formais, mas também pode examinar questões de mérito e a  
1881 constituição da Comissão de Graduação também é matéria da Congregação.  
1882 Nesse sentido, a CLR opina pelo improvimento, mantendo-se portanto a  
1883 decisão da Congregação.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: “A  
1884 Congregação certamente tem o poder de homologar, mas em uma relação em  
1885 que membros do Departamento são escolhidos, sugeridos para Comissões,  
1886 principalmente, diria a Comissão de Graduação, que dá muito mais trabalho e  
1887 menos louvor acadêmico, acho inaceitável que a Congregação possa, de modo  
1888 secreto, não aprovar dois colegas, um deles, inclusive, o Prof. Associado  
1889 Paulo, que apresenta uma folha de serviço para a Universidade bastante  
1890 relevante e que possam ser simplesmente excluídos sem maiores satisfações.  
1891 Li o material do processo e a Congregação não apresenta a devida motivação.  
1892 Acho que isso é profundamente desagradável e, aparentemente, é fruto de  
1893 alguma disputa interna, que não fica clara para quem lê o material e que, de  
1894 certa forma, denigre a imagem daqueles que se dispuseram a prestar aquele  
1895 serviço. Nesse sentido, acho que não podemos simplesmente acatar que este  
1896 poder da Congregação possa soar como uma espécie de soberania e que ela  
1897 não precise expor sua devida motivação, principalmente, em uma questão  
1898 muito sensível como esta, que é a dedicação de inúmeros colegas ao trabalho  
1899 de graduação, nem sempre devidamente reconhecida pelas diversas instâncias  
1900 de ascensão de carreira. Portanto eu votarei a favor do recurso.” **Cons.<sup>a</sup> Lisete**  
1901 **Regina Gomes Arelaro**: “Confesso para os senhores que me absteve da  
1902 votação anterior, porque me parece uma briga interna que compromete,  
1903 inclusive, a própria Universidade. Sobre o caso seguinte, em 40 anos como  
1904 aluna e professora da USP, confesso que nunca vi essa situação acontecer,  
1905 não me lembro de uma Congregação considerar, sem uma justificativa  
1906 realmente grande, o veto a um Conselho Departamental. Em geral, essa é uma  
1907 tramitação burocrática, formal, ainda que de mérito, porque aceita-se que a  
1908 Unidade que fez o parecer, realmente é a que tinha melhores condições de  
1909 avaliar aquela matéria. É uma questão muito difícil, até porque um dos  
1910 envolvidos - não conheço nenhum dos dois - está presente no processo  
1911 anterior. Portanto, fica claro que foi uma pequena vingança e demonstração de  
1912 poder. Dizer que a então Chefe de Departamento não pode ser reeleita,

1913 porque, na verdade, ela cometeu um ato que não é comum, o de interpor um  
1914 recurso contra a Congregação, discutido no caso anterior. Confesso que é  
1915 bastante constrangedor admitir que a Congregação, por uma questão de 'não  
1916 faça mais isso', 'está punida' e não por razões de ordem e de mérito, possa  
1917 realmente ter votado contra uma decisão, que sem dúvida nenhuma, é  
1918 soberana do Departamento. Caso contrário, nós também estaremos decidindo  
1919 aqui que o Departamento não existe e que as decisões deste Colegiado não  
1920 têm valor algum, quando por razões que não de mérito, vão para a  
1921 Congregação e, desculpe dizer, o poder da liderança local acaba vencendo. É  
1922 um pouco constrangedor, delicado, mas é realmente a primeira vez que  
1923 estamos assistindo a uma situação como essa. São novos tempos, não  
1924 necessariamente melhores." **Cons. Euclides Ayres de Castilho:** "Esses dois  
1925 casos da FORP me chamaram atenção e, por isso mesmo, no momento da  
1926 palavra aos Conselheiros vou encaminhar uma proposta. Mas fiquei com a  
1927 mesma preocupação que a Conselheira, porque li com cuidado e foi votação  
1928 secreta, onde não há declaração de voto. Então, pelo aspecto formal, acho que  
1929 não houve problema por parte da Congregação. Pode ser uma coisa errada,  
1930 não aceita - o Sr. Procurador que me corrija - mas em votação secreta não há  
1931 declaração de voto, portanto, neste caso não se deveria dizer o porquê foi  
1932 aceita ou não as indicações." **Cons. Osvaldo Luiz Bezzon:** "Novamente  
1933 gostaria de esclarecer a respeito desse processo. Diferentemente de algumas  
1934 Unidades em que a própria Congregação indica os membros dos  
1935 Departamentos que a compõe, na nossa Unidade é diferente, o Departamento  
1936 propõe um membro e a Congregação homologa ou não. De forma que recebi a  
1937 matéria com a indicação do Departamento e como envolve nomes, fizemos  
1938 votação secreta, como é o recomendado. Submetemos à votação e foi negado,  
1939 dentro de um processo secreto, como é previsto regimentalmente. Se a  
1940 votação não fosse secreta até poderia dizer meu voto aqui, mas foi secreta. Ato  
1941 contínuo, a Congregação devolveu a matéria ao Departamento para que  
1942 propusesse outros nomes e o mesmo entrou com o recurso. O Departamento  
1943 não entrou com recurso, como comentou a Prof.<sup>a</sup> Lisete, que seria saudável  
1944 para a Escola, defendendo o mérito do docente, enfim, alguma coisa que o  
1945 enaltecesse ou motivasse a Congregação a mudar sua decisão. Mas o  
1946 Departamento entra com recurso questionando qualquer decisão contrária à  
1947 sua. Isso tem sido uma tradição na Escola, isto é, o Departamento se coloca de  
1948 uma forma acima de qualquer questão. A Congregação não concorda com  
1949 qualquer decisão do Departamento e os recursos vão se sucedendo. Veio  
1950 como recurso, então o que está no Co não é o julgamento do mérito dos  
1951 professores, mas o que o Departamento contesta é o direito da Congregação  
1952 em não homologar os nomes. Até porque uma questão de mérito a Escola,  
1953 bem ou mal, faz na hora que vota e como foi dito aqui, em uma votação  
1954 secreta, onde as pessoas não se manifestaram. E o recurso do Departamento  
1955 é meramente isso, contestando o direito da Congregação em se posicionar a  
1956 favor ou não à decisão do Conselho. Era isso que queria de esclarecer." **Cons.**  
1957 **Antonio Aprígio Curvelo:** "O colega que me antecedeu esclareceu um pouco  
1958 a questão nos atermos aos autos. Ainda que possamos não gostar de uma  
1959 superioridade dessa hierarquia da Congregação sobre o Departamento, ela  
1960 existe. Quero comentar que o fato de ter dois casos envolvendo uma mesma  
1961 Unidade e a mesma docente, não acho que seja correto considerar que haja

1962 retaliação, por mais que a Congregação ou os membros da Congregação  
1963 possam querer retaliar, eventualmente, uma ex-Chefe de Departamento, isso  
1964 não consta nos autos. Não podemos, a não ser que tenha algum motivo para  
1965 isso, acrescentar fatos além daqueles que estejam colocados no processo.”  
1966 **Cons. Manoel Fernandes de Sousa Neto:** “Acho interessante nesses dois  
1967 casos, que em um determinado momento se defende que deveria ser o  
1968 Departamento que deveria ter, digamos assim, a razão. E no outro, que a  
1969 Congregação é que deveria ter razão no processo. Parece que está se criando  
1970 uma cultura, porque esse não é o primeiro caso, me lembro de outro no ano  
1971 passado, em que o relator foi o Prof. Poveda, em que fizemos uma discussão  
1972 muito interessante, sobre a indicação ou não de uma Professora da FOB, salvo  
1973 engano. A discussão envolveu, também, matemáticos, porque o argumento, no  
1974 final, foi de que um é maior que zero, para que terminássemos a discussão.  
1975 Não sei se os Conselheiros (as) se lembram, mas foi uma discussão muito boa  
1976 e acabou com um argumento matemático brilhante no final das contas. E o  
1977 recurso, àquela época, foi ganho pela doutora que o interpôs. Acabou tendo  
1978 que ser contratada pela USP. O que vejo, como falou a Prof.<sup>a</sup> Lisete, é a  
1979 criação de uma cultura em que estamos esvaziando o poder que os  
1980 Departamentos efetivamente possuem de definir, nas suas respectivas  
1981 instancias, questões como essa. Fico me perguntando, será que o Conselho  
1982 Universitário terá, o tempo todo, que fazer face a problemas dessa natureza,  
1983 que tem se repetido, e se tornado comum? Por exemplo, na FFLCH, embora  
1984 esteja lá a pouco tempo, não conheço, na história da Faculdade nenhum caso  
1985 similar a esse, em que não é respeitada a indicação que é feita nos  
1986 departamentos para constituição de uma Comissão, como essa de Graduação,  
1987 e fica difícil julgarmos o mérito da questão, porque tendo sido votação secreta.  
1988 Fica até complicado perguntar que razões amarram esse Conselho a tomar  
1989 uma decisão que vai seguir os trâmites formais do processo, mas,  
1990 efetivamente, não nos permite julgar qual o mérito da questão.” **Votação:** Pelo  
1991 painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 55 (cinquenta e cinco)  
1992 votos; Não = 18 (dezoito) votos; Abstenções = 13 (treze); Total de votantes =  
1993 89 (oitenta e nove). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso  
1994 interposto pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini. **3. PROCESSO 2009.1.1860.27.5**  
1995 **– ANA LUISA HOWARD DE CASTILHO** - Recurso interposto pela candidata  
1996 Ana Luisa Howard de Castilho, em face da decisão da Banca Examinadora,  
1997 que deixou de indicar candidato para prover um cargo de Professor Doutor  
1998 junto ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA,  
1999 com fundamento no art. 254 do Regimento Geral da USP. Edital 47/2009/ECA  
2000 de abertura do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor  
2001 junto ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo,  
2002 publicado no D.O de 25.09.09. Comunicado de aprovação dos candidatos  
2003 inscritos no concurso e da banca examinadora do mesmo, publicado no D.O de  
2004 18.12.09 e comunicado de convocação para as provas, realizadas em 08, 09,  
2005 10 e 11 de março de 2010, publicado no D.O de 30.01.10. Ata da prova  
2006 didática e julgamento final do concurso (10.03.10). Relatório Final da Comissão  
2007 Julgadora: anexa o quadro de notas dos candidatos (médias ponderadas) e  
2008 manifesta que em face dos resultados e por não haver indicações suficientes, a  
2009 Comissão Julgadora não indica à Congregação da ECA candidato para prover  
2010 o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Relações Públicas,

2011 Propaganda e Turismo (10.03.10). Publicação do relatório final do concurso,  
2012 aprovado pela Congregação da ECA em 31.03.10, no D.O de 01.04.10  
2013 Recurso administrativo interposto pela candidata Ana Luisa Howard de Castilho  
2014 em face da decisão da Banca Examinadora, que deixou de indicar candidato  
2015 para prover o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Relações  
2016 Públicas, Propaganda e Turismo da ECA, com fundamento no art. 254 do  
2017 Regimento Geral da USP, requerendo a anulação do aludido concurso e a  
2018 realização de um novo, com a formação de uma nova banca examinadora.  
2019 Requer, ainda, que essa banca seja composta por docentes que não tenham  
2020 interesse em ministrar o conjunto de disciplinas no Curso de Turismo da ECA  
2021 (09.04.10). Documentação apresentada pela Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Débora Cordeiro  
2022 Brada, Presidente da Banca Examinadora, prestando esclarecimentos sobre o  
2023 concurso, bem como detalhando as dúvidas e alegações levantadas pela  
2024 candidata (31.05.10). **Parecer da Congregação da ECA:** delibera pelo  
2025 indeferimento do recurso e não aplicação de efeito suspensivo (23.06.10).  
2026 **Parecer da CJ:** manifesta que verificados os procedimentos formais e legais, o  
2027 concurso foi realizado sem nenhum vício e que o mesmo obedeceu as normas  
2028 legais da USP. Quanto às alegações contidas no recurso, não assiste razão à  
2029 recorrente, conforme explicações detalhadas pela Banca Examinadora.  
2030 Constata que não houve nomeação porque nenhum candidato obteve a nota  
2031 final mínima de sete da maioria dos examinadores para que fosse habilitado.  
2032 Concluindo, opina pelo indeferimento do recurso administrativo (19.07.10).  
2033 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer  
2034 do relator, Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria, contrário ao recurso interposto  
2035 pela interessada (26.10.10). **Cons. Antonio Magalhães Gomes Filho:** Esse  
2036 caso me parece mais simples. É um recurso de uma candidata que se  
2037 apresentou ao concurso de Professor Doutor, junto ao Departamento de  
2038 Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA e impugna a banca  
2039 examinadora, porque esta não fez nenhuma indicação para o cargo. Na  
2040 verdade, como se pode verificar pelo quadro de notas, nenhum dos quatro  
2041 candidatos que se apresentaram ao concurso tiveram indicação pela maioria  
2042 da banca. Aliás, a própria recorrente teve uma só indicação. Praticamente  
2043 todos não obtiveram, portanto, nota superior a 7 para poderem ser indicados  
2044 para provimento do cargo. Ela pede a anulação do concurso, mas, na verdade,  
2045 não se trata da anulação do concurso, porque o mesmo não resultou na  
2046 indicação de nenhum candidato. O parecer da CLR é também pelo não  
2047 provimento do recurso nesse caso. **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se  
2048 o seguinte resultado: Sim = 73 (setenta e três) votos; Não = 0 (zero);  
2049 Abstenções = 13 (treze); Total de votantes = 89 (oitenta e nove). É aprovado o  
2050 parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela interessada. **4.**  
2051 **PROTOCOLADO 2010.5.166.41.2 – ELISABETH ZOLCSAK** - Recurso  
2052 interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabeth Zolcsak solicitando a impugnação da Banca  
2053 Examinadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor,  
2054 na área de Comunicação Museológica, junto à Divisão de Difusão Cultural do  
2055 Museu de Zoologia. Recurso interposto pela interessada contra a composição  
2056 da Banca Examinadora do concurso para provimento de cargo de Professor  
2057 Doutor na área de Comunicação Museológica, junto ao Museu de Zoologia,  
2058 alegando que os examinadores não possuem formação correspondente ao  
2059 cargo objeto da seleção, pelo que, requer que seja constituída Banca

2060 Examinadora com formação acadêmica e profissional em Comunicação  
2061 Museológica, visando a correta aplicação das regras do edital, bem como o  
2062 alinhamento da seleção ao postulado constitucional da Eficiência (14.05.10).  
2063 Informação do Vice-Diretor do IB, Prof. Dr. Carlos Eduardo Falavigna da  
2064 Rocha, de que a Congregação, em 28.05.10, indeferiu o recurso interposto pela  
2065 interessada e decidiu por não conceder efeito suspensivo. Esclarece, ainda,  
2066 que a Congregação considerou que apesar da área do concurso ser  
2067 direcionada para a Comunicação Museológica, esta é indissociável, pela  
2068 própria missão do Museu de Zoologia, da área de Zoologia, ressaltando, ainda,  
2069 a competência e o notório saber dos membros indicados para compor a Banca  
2070 Examinadora (01.06.10). Informação do MZ de que o concurso ocorreu entre  
2071 os dias 07 e 09.06.10 e que a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabeth Zolcsak não compareceu nos  
2072 dias e horários marcados para a realização das provas (10.08.10). **Parecer da**  
2073 **CJ**: esclarece que o não comparecimento da recorrente para realizar as provas  
2074 do concurso é suficiente para fazer com que o recurso perca seu objeto, ante o  
2075 desinteresse demonstrado, porém, ainda que dessa forma não se entendesse,  
2076 o reclamo não merece provimento. Primeiro, porque a Banca Examinadora foi  
2077 composta na forma estabelecida no art. 182 do Regimento Geral, depois,  
2078 porque conforme apontado pela Congregação do IB, “apesar da área do  
2079 concurso ser direcionada para a Comunicação Museológica, esta é  
2080 indissociável, pela própria missão do Museu de Zoologia, da área de Zoologia”,  
2081 mostrando-se imprescindível “um profundo conhecimento em Zoologia por  
2082 parte do vencedor do certame, bem como sua capacidade de transpor tal  
2083 conhecimento e dialogar com os visitantes do Museu”. Observa, ainda, que a  
2084 decisão judicial exarada pelo Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública foi  
2085 devidamente cumprida pela USP (11.08.10). **Parecer da CLR**: aprova, por  
2086 unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Colombo  
2087 Celso Gaeta Tassinari, contrário ao recurso interposto pela interessada  
2088 (10.09.10). **Cons. Antonio Magalhães Gomes Filho**: Nesse caso se trata de  
2089 uma impugnação a uma banca examinadora para o concurso de um cargo de  
2090 Professor Doutor, na área de Comunicação Museológica junto à divisão de  
2091 divisão cultural do MZ. A recorrente, Elisabeth Zolcsak, alega que os  
2092 examinadores não possuem formação correspondente ao cargo objeto do  
2093 concurso. Nenhum tem formação em Comunicação Museológica. No entanto,  
2094 parece-me - e isso vem ressaltado no processo - que nessa situação não se  
2095 pode exigir formação específica nessa área, porque na verdade essa matéria  
2096 de Comunicação Museológica é relacionada à própria missão do MZ, então  
2097 todos os membros da banca examinadora têm notório saber nesta  
2098 especialidade que é Zoologia. De forma que não há, também aqui, por que dar  
2099 provimento á essa irresignação da recorrente. Esse é o parecer da CLR, feito  
2100 pelo Prof. Colombo Tassinari.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**:  
2101 “Gostaria de chamar a atenção que essas discussões de banca - várias delas -  
2102 surgiram quando se fez aquele conjunto de concursos para acabar com os  
2103 precários. Uma das coisas que me incomodou em uma das manifestações da  
2104 CJ e que foi acompanhada, de certa forma, pelo relator, é que a pessoa está  
2105 questionando a banca, mas não compareceu ao concurso. Isso foi tido como  
2106 alguma coisa do tipo ‘ela já não tem mais direito a nada’, ‘perdeu seu objeto’.  
2107 Essa é uma discussão que ocorreu muitas vezes. Questiona-se a banca e  
2108 ouve-se argumentos como ‘apesar de questionar a banca ele foi lá e fez o

2109 concurso, então agora não tem mais que reclamar nada'. Penso que  
2110 precisamos ter atenção com a questão de termos procedimentos para que  
2111 possam fazer um questionamento de banca, sem se colocar uma artimanha do  
2112 tipo 'não foi, então não tem mais nada para reclamar' ou 'foi e, eventualmente  
2113 não ganhou, então também não tem mais nada para reclamar'. Sobre essas  
2114 questões, há, provavelmente, detalhes técnicos, mas acho que um dos  
2115 aspectos que pesou, inclusive para não se acatar o recurso - pelo menos é o  
2116 que está mencionado pela CJ, tendo sido reafirmado depois - é que a  
2117 candidata não compareceu. Ora, se a candidata questionava a banca, talvez  
2118 fosse razoável mesmo ela não comparecer. Em voltando, haveria a  
2119 possibilidade de se colocar outra banca e se qualificar. Claro que há questões  
2120 técnicas envolvidas, se Zoologia é ou não suficiente para se dar conta da  
2121 Comunicação, mas queria me ater apenas a esse aspecto; não acho que esse  
2122 seja um argumento adequado para se desqualificar alguém que está fazendo  
2123 um recurso com relação à banca." **Cons. Cecília Helena Lorenzini de Salles**  
2124 **Oliveira**: "Farei uma manifestação muito curta, mas necessária, para haver um  
2125 esclarecimento. Quando este processo chegou aqui havia uma história que  
2126 vem de longo tempo. Essa moça fazia parte do MZ, prestou um primeiro  
2127 concurso há 1 ano e meio atrás e não foi aprovada. Então ela conseguiu, na  
2128 Justiça, anular o 1º concurso, fazendo com que a professora contratada fosse  
2129 exonerada, criando uma grande dificuldade no MZ em razão desse claro  
2130 docente. O concurso foi refeito, ela se inscreveu, mas imediatamente tentou  
2131 anular o concurso novamente questionando a banca e por isso não  
2132 compareceu. Não se trata apenas de uma questão de ser precário ou não,  
2133 mas existe, neste caso, uma história e cada vez que esse concurso for  
2134 anulado, vai prejudicar o andamento do próprio MZ. Infelizmente ela não foi  
2135 aprovada, não se saiu bem nas provas, o que não quer dizer que ela não tenha  
2136 direito de entrar com recurso. Mas nesse caso, realmente, acredito que seria  
2137 importante o Conselho votar a favor do parecer da CLR, contra o recurso,  
2138 porque senão, vai se criar uma longa trajetória novamente e o MZ será  
2139 prejudicado". **Votação**: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:  
2140 Sim = 73 (setenta e três) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 11  
2141 (onze); Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR,  
2142 contrário ao recurso interposto pela interessada. **Vice-Reitor**: "Vamos  
2143 recomençar a sessão. O Magnífico Reitor teve um imprevisto e não poderá estar  
2144 presente nesta parte da reunião e me solicitou que conduzisse os trabalhos."  
2145 Ato seguinte, o Vice-Reitor passa à **Parte III - EXPEDIENTE**. **Cons. Vahan**  
2146 **Agopyan**: "Sou representante desta Casa no Conselho Superior da FAPESP e  
2147 sempre que há informações importantes tento trazê-las. A FAPESP escolheu  
2148 um novo Vice-Presidente e o nome indicado - e espero que o Governador já  
2149 tenha homologado - é o do Prof. Eduardo Moacir Krieger, nosso colega da  
2150 Universidade. O Conselho Superior reconduziu a diretoria executiva, já que as  
2151 coisas estão indo muito bem. Apenas chamo a atenção dos colegas para que  
2152 sempre orientem a todos os docentes da USP para se manterem atentos,  
2153 porque a FAPESP está fazendo uma série de acordos, inclusive com  
2154 empresas, com a CAPES e com o CNPq. Estão abrindo uma série de editais -  
2155 em média dois a três editais por mês - e acho importante porque abrangem  
2156 áreas muito distintas, como a área de Biológicas e Tecnológica. A idéia da  
2157 FAPESP é cada vez mais incentivar este tipo de acordo. Para isto, para cada

2158 real que o contribuinte coloca em pesquisa, consegue-se duplicar ou até  
2159 triplicar esses recursos.” **Cons. Euclides Ayres de Castilho:** “Sobre a  
2160 situação da FORP que discutimos hoje e a perplexidade externada pelos  
2161 Professores Manoel Fernandes, Marcos Magalhães e Lisete Regina, tenho  
2162 duas propostas, mas não sei se são viáveis. Diante destes dois casos que  
2163 vimos, poderia ser criada uma comissão de apuração, para verificar o que está  
2164 ocorrendo na FORP. Se isto for muito pesado, poderia se constituir uma  
2165 Comissão de Claros, como temos na Faculdade de Medicina. A Comissão de  
2166 Claros tem este nome, mas, na verdade, trata, também, dos projetos  
2167 acadêmicos, de fazer o consolidado da Unidade, assim como recebe as  
2168 indicações de banca para titular antes destas passarem pela Congregação. Ela  
2169 sugere à Congregação que seja mantida ou apresenta uma alternativa, após  
2170 análise dos currículos e das especialidades dos membros. Está se tornando  
2171 tradição na FM ter, geralmente, somente um professor titular da Unidade e  
2172 nunca dois do mesmo departamento. De forma que sugiro que seja criado algo  
2173 similar na FORP, para o bem de todos e felicidade geral.” **Vice-Reitor:** “Não  
2174 vou responder às questões agora, vou anotar e depois faremos os  
2175 encaminhamentos.” **Cons. Wellington Braz C. Delitti:** “Havia me inscrito para  
2176 falar sobre a gestão ambiental na USP e anuncio a todos que como a Reitoria  
2177 consolidou uma Coordenadoria de Gestão Ambiental, no dia 06 de dezembro  
2178 haverá uma reunião, nesta mesma sala, para a qual todos receberão o convite.  
2179 Os diretores que não puderem comparecer, gostaria que enviassem  
2180 representantes, para que consolidemos este trabalho, para que em 2011  
2181 comecemos em um ritmo bem mais acelerado. Outras pessoas, além dos  
2182 diretores, estão sendo convidadas, especialmente aqueles que já têm ações  
2183 desenvolvidas nessa área, como é o caso do PURA, PURE, CEPEMA, USP  
2184 Recicla, Cursos de Gestão Ambiental, de graduação e pós-graduação e outros.  
2185 Por favor, atendam a este convite, se for possível. Nesta reunião, como  
2186 incentivo, será servido um delicioso coquetel. Fiquei um pouco assustado na  
2187 reunião de manhã por saber que as Unidades não usam a verba de  
2188 treinamento. Penso que isto é muito grave e imagino que nós, diretores, temos  
2189 essa responsabilidade de não só esperar que os funcionários solicitem-nos,  
2190 pois às vezes eles não têm essa iniciativa, mas devemos orientar e propor  
2191 cursos gerais e que qualifique para a sua carreira. E, também, lembrá-los que  
2192 quando eles têm avaliação, esses cursos podem contar para que tenham uma  
2193 progressão na carreira. De forma que podemos pensar coletivamente em  
2194 cursos que atendam funcionários de outras Unidades também, como:  
2195 aperfeiçoamento em diversos idiomas e diversos treinamentos que as nossas  
2196 próprias Unidades podem oferecer. Imagino que devemos nos empenhar  
2197 muito, porque dizemos que esta verba é pouca, mas nós não usamos. Então,  
2198 precisamos usá-la mais, para só depois solicitar mais na próxima Diretriz  
2199 Orçamentária. Tem razão o Prof. Engler, pois se a verba sobra, não cabe  
2200 argumentar que precisamos de mais. Como educadores, temos esta  
2201 competência e responsabilidade para com os nossos funcionários.” **Cons.**  
2202 **Flávio Ulhoa Coelho:** “Hoje o Prof. José Augusto Dias está sendo  
2203 homenageado, junto com os Professores Quirino e Mascaro - o introdutor da  
2204 Administração Escolar como disciplina e como razão de debate no Brasil.  
2205 Haverá um jantar na sede do Rotary, na avenida Higienópolis, pela modesta  
2206 quantia de R\$ 70,00 e todos estão convidados, apesar de coincidir com nosso

2207 Encontro de Gerações.” **Cons.<sup>a</sup> Telma Maria T. Zorn:** “Vou complementar  
2208 minhas informações. Na nossa reunião passada o Secretário anunciou que a  
2209 USP ganhou o grande prêmio oferecido pela Revista Guia do Estudante, da  
2210 Abril e que, embora não seja um Oscar, é a única avaliação externa pública  
2211 nacional que a Graduação possui. De forma que penso que é de se considerar.  
2212 Agradeço muito que este prêmio exista, porque ele pode estimular outros  
2213 prêmios e a construção da avaliação da graduação. O prêmio é organizado de  
2214 uma maneira muito interessante e um número muito grande de pessoas  
2215 opinam. A USP ganhou o prêmio pela terceira vez e acho justo falar alguns  
2216 números que explicam por que a USP foi a melhor Universidade do Brasil. A  
2217 USP teve 111 cursos que receberam estrelas, sendo que 75 deles receberam 5  
2218 estrelas - que é o número máximo -, 29 cursos receberam 4 estrelas e 7  
2219 receberam 3 estrelas. A outra Universidade que mais recebeu 5 estrelas foi a  
2220 UNESP, com 25 cursos premiados. O resultado vem da opinião pública, que  
2221 inclui docentes, de todas as universidades, estudantes e membros da  
2222 comunidade, que expressam muito a nossa qualidade. Além disso, a USP  
2223 recebeu mais três prêmios por área, que não foram ainda anunciados. Um  
2224 deles, o da Saúde, o troféu ainda está sobre a minha mesa e preciso entregar à  
2225 Faculdade de Medicina - nem sei a quem, porque o prêmio pertence a todo o  
2226 grupo que forma a área da Saúde, que inclui a Biomedicina, Educação Física,  
2227 Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Obstetrícia, Odontologia,  
2228 Psicologia e Terapia Ocupacional. Todo esse grupo ganhou este prêmio e tive  
2229 a honra de receber os dois, o da USP e o da Saúde. Quem também esteve  
2230 presente para receber um outro prêmio foi o Prof. José Roberto Cardoso, em  
2231 nome da Poli, que recebeu o Prêmio da Engenharia da Produção. Parabéns ao  
2232 Prof. Cardoso e ao Prof. Euclides Ayres de Castilho, que está aqui  
2233 representando a Faculdade de Medicina. Há um selo bonito que a Editora Abril  
2234 envia, que a Unidade pode usar em todas as correspondências. A USP  
2235 também ganhou o Prêmio em Comunicação e Informação para ECA.  
2236 Cumprimento essas três Unidades, que se destacaram entre as demais,  
2237 embora muitas outras tenham ganho muitas estrelas. Quero dizer que como  
2238 Pró-Reitora fico muito feliz com isso. Quero falar, também, sobre o SIGA,  
2239 porque qualidade é difícil de se conseguir, mas fácil de se perder, de forma que  
2240 o olhar constante sobre as nossas atividades tem que ser mantido. Aliás,  
2241 quando recebi este prêmio disse que a Universidade de São Paulo era um  
2242 patrimônio da sociedade paulista e da sociedade brasileira. Ela é sustentada  
2243 pela sociedade e suas atividades exercidas por seus docentes, estudantes e  
2244 funcionários, que compõem todo esse conjunto de qualidade. Disse ainda, que  
2245 apesar dos prêmios e, por incrível que pareça, a USP não estava estava com  
2246 um projeto em andamento para melhorar ainda mais a qualidade dos nossos  
2247 cursos. E para fazer isto não podemos prescindir de processos contínuos de  
2248 avaliação. Uma avaliação no sentido positivo, mas que nos ajude em nossa  
2249 gestão. Temos o SIGA, estamos trabalhando e quero dizer que fiquei muito  
2250 feliz porque neste período, três Unidades aumentaram a participação - dez  
2251 ficaram estáveis, seis diminuíram e nove indicam queda. Mas temos 23  
2252 subindo na participação e 15 indo para baixo, de forma que acho que tenho  
2253 que ficar feliz, não vou reclamar, porque penso que temos que incentivar os  
2254 resultados positivos. O máximo de participação foi de 43,59% dos  
2255 docentes/unidade. Se fosse pessimista diria que o resultado foi horrível, mas

2256 como sou otimista, digo parabéns. Vamos encaminhar uma informação para  
2257 aquela Unidade agradecendo, porque cada conquista é muito importante para  
2258 a construção de nosso processo de autoavaliação. Sem isso não dá, alguém  
2259 vai ficar no nosso lugar, como foi dito hoje pelo nosso Pró-Reitor de  
2260 Graduação. A Pós-graduação tem a CAPES , mas quer construir seus próprios  
2261 parâmetros. A Graduação não a CAPES e, portanto, temos mais uma razão  
2262 para construir o nosso processo de avaliação. Queria ter isto muito claro até o  
2263 final da nossa gestão.” **Cons. Nei Fernandes de Oliveira Júnior:** “Na reunião  
2264 passada recebemos as respostas das questões formuladas na reunião do Co e  
2265 a resposta à questão de número 12, que tratava de informações sobre o  
2266 pessoal de Lorena, dava a entender que o problema dos professores estaria  
2267 resolvido, com o processo na Assembléia. Na realidade, isto não é preciso. O  
2268 que realmente está na Assembléia é a solicitação da criação dos cargos que  
2269 serão necessários para acomodar o pessoal da Escola de Engenharia de  
2270 Lorena. O pessoal continua na Secretaria - professores e técnicos  
2271 administrativos - com as dificuldades que isto acarreta. Mas, sem nenhuma  
2272 dúvida, há um esforço desta Administração em resolver este problema. Pedi a  
2273 palavra, também, para comunicar que em 20 de outubro p.p. foi entregue á  
2274 Pró-Reitoria de Graduação a primeira parte do Projeto Acadêmico do Polo de  
2275 Engenharia de Lorena. Este Projeto, amplamente divulgado pela atual  
2276 administração, tem como objetivo dobrar as vagas oferecidas pela Escola de  
2277 Engenharia de Lorena, com o oferecimento de novos cursos de graduação, a  
2278 serem seguidos por programas correspondentes de pós-graduação. A proposta  
2279 ora apresentada para apreciação dos colegiados da Pró-Reitoria é composta  
2280 por uma revisão completa do Curso de Engenharia Química diurno, que passa  
2281 a ter 80 vagas no diurno e 80 vagas no período noturno, além da proposta de  
2282 três novos cursos de graduação. Os novos cursos de Engenharia Física,  
2283 Engenharia Ambiental e Engenharia de Produção adicionam 80 novas vagas  
2284 no período diurno e 40 no noturno, o que, em princípio, podem ser  
2285 implementadas a partir de 2012. Para 2013 prevê-se o possível início de outras  
2286 120 vagas em cursos ainda em estudo. Ressalto, como já foi bastante  
2287 mencionado, o fato de que a Escola de Engenharia de Lorena, desde a antiga  
2288 FAENQUIL, sempre teve um terço de suas vagas em cursos totalmente no  
2289 período noturno e as propostas feitas mantêm isto. Acho isto extraordinário,  
2290 porque se trata de uma Escola de Engenharia que dá o título de Engenheiro  
2291 Pleno. A necessidade de pessoal adicional, técnico, entre outros é quantificada  
2292 anualmente. Por outro lado, as necessidades de infraestrutura são objeto de  
2293 um projeto alentado e em desenvolvimento, com a ajuda da COESF. Deixo  
2294 registrado e enfatizo o entusiasmo com que professores e técnicos da EEL se  
2295 dedicaram à tarefa de planejar uma Escola e um *campus* novo. É notável que  
2296 um grupo expressivo de professores da EEL tenham se empenhado com  
2297 enorme dedicação a uma tarefa árdua, principalmente pelo tempo exíguo em  
2298 que foi realizada. É notável, porque esses professores não fazem parte da  
2299 USP. Se olharmos o último Anuário, distribuído na semana passada, veremos  
2300 que a EEL figura em 2009 com zero professores e, infelizmente, isto será  
2301 verdade, também, em 2010. É digna de registro a demonstração de  
2302 comprometimento com o futuro da Escola e com uma Universidade que ainda  
2303 não os acolheu completamente. É uma demonstração, também, de confiança  
2304 na atual Administração da USP, que se empenha em resolver a situação

2305 precária do pessoal da Escola incorporada. Informo que daqueles 11 Prêmios  
2306 Tese CAPES 2009, um é da EEL, que ganhou o prêmio da área de Materiais. É  
2307 uma pena a mais no chapéu da nossa Pós-Graduação e acho importante  
2308 ressaltar porque se trata de uma Escola que está sendo incorporada à USP e  
2309 que apesar das dificuldades, mantém uma atividade séria de pesquisa e uma  
2310 atividade muito importante de pós-graduação. Serve, também, de testemunho  
2311 para o fato de que aquilo que está sendo proposto para a duplicação das vagas  
2312 contempla, em toda a sua intensidade, cursos de pós-graduação, que deverão  
2313 seguir aos cursos de graduação.” **Cons. Felipe Martins Passero:** “Deixo  
2314 registrado neste Conselho o resultado de algumas assembleias e sabatinas  
2315 que fizemos na FEA, sobre uma questão importante para a Universidade, muito  
2316 polêmica e que, às vezes, não é tratada da maneira correta ou a posição  
2317 estudantil sobre esta questão não chega a todos os lugares de uma mesma  
2318 maneira. Fomos surpreendidos, no final do ano, pela criação de um novo curso  
2319 de graduação pela Fundação Instituto de Administração - FIA. Como a relação  
2320 entre a FIA e a USP nunca foi muito clara, ou seja, ela é clara, mas os  
2321 estudantes não tinham muitas informações sobre essa relação - mesmo eu,  
2322 que faço parte do Co tive que ir atrás de informações. Não estou querendo  
2323 dizer que há falta de transparência, nem de um órgão e nem de outro, mas o  
2324 que ocorria muito era que as pessoas não tinham esse tipo de informação,  
2325 talvez até por falta de interesse. E frequentemente há confusões, no meio  
2326 estudantil existem muitas opiniões que, às vezes, são muito radicais, muitas  
2327 vezes motivadas pela falta de um banco de informações adequadas. O Centro  
2328 Acadêmico, a Empresa Júnior da FEA e outras entidades promoveram  
2329 assembleias e sabatinas justamente para trazer informações do que é, qual é o  
2330 papel desta Universidade e destas Instituições e tirar algumas resoluções do  
2331 meio estudantil, que venho trazer aqui. A primeira resolução que tomamos, que  
2332 é uma das coisas que sempre transpareceu em todas as reuniões, é a nossa  
2333 disposição, como estudantes, dessa cooperação entre as Fundações de Apoio  
2334 e a Universidade. Ou seja, é importante ressaltar que em nenhum momento se  
2335 falou que somos contra a presença de Fundações de Apoio na Universidade,  
2336 porque não é sempre que uma entidade estudantil traz este tipo de  
2337 posicionamento. E trago essa visão embasado em assembleias, em sabatinas  
2338 e uma série de discussões que foram amplamente divulgadas no meio  
2339 estudantil da nossa Faculdade. Essa é uma premissa importante com a qual  
2340 devemos trabalhar. A segunda informação importante é que apesar de  
2341 sabermos que esse curso é totalmente independente da USP, não cabe a nós  
2342 opinar sobre a presença dele e das atividades que têm as Fundações, pois  
2343 estas têm uma certa autonomia da Universidade, mas o que sempre  
2344 transpareceu nessas discussões foi uma melhoria no curso, uma modernização  
2345 maior nos cursos das escolas de negócios - e temos duas na USP, a FEA e a  
2346 FEARP - e que possamos usar as experiências dessas instituições privadas,  
2347 não só a FIA como outras, no sentido de melhorar e modernizar, como atualizar  
2348 a grade curricular, entre outros. O terceiro ponto é que haja um cumprimento  
2349 exato, por parte dos professores que dão aulas na USP, do seu regime de  
2350 trabalho - mas não estou dizendo que não é assim. Outro ponto é que as  
2351 Fundações mantenham o seu papel de apoio, que haja disponibilização da  
2352 Universidade de utilizar esse apoio das Fundações e que as Fundações  
2353 mantenham essa função de apoio à Universidade. Minha fala vem trazer essa

2354 questão para o Co, que é um assunto polêmico, mas o intuito não é gerar  
2355 polêmica. Quero simplesmente pontuar essas resoluções que tomamos junto  
2356 aos estudantes e às entidades e ressaltar mais uma vez que somos favoráveis  
2357 à esse modelo de cooperação que existe entre as Fundações e a Universidade,  
2358 sempre que essa cooperação seja em benefício do ensino e da Universidade,  
2359 como tem sido até hoje.” **Cons. Reinaldo Guerreiro:** (aparte) “Vou aproveitar a  
2360 fala do representante discente, primeiro para elogiar a postura dos alunos, que  
2361 fizeram duas reuniões na semana passada, na FEA, demonstrando que existe  
2362 uma preocupação dos alunos do curso de Administração de que os professores  
2363 da FEA, especificamente do curso de Administração, passem a dar atenção a  
2364 esse curso de graduação da FEA, em detrimento ao curso de graduação regular  
2365 da FEA. A diretoria da FEA teve duas reuniões com os alunos de graduação e  
2366 redigiu uma carta onde constam todas as informações necessárias. Um  
2367 primeiro ponto que gostaria de observar é relembrar que esse curso da FEA tem  
2368 um corpo docente próprio, que não se confunde com o corpo docente da FEA.  
2369 Nenhum professor, seja em RTP, RDIDP ou RTC fará parte do corpo docente  
2370 desse curso de graduação. Outro ponto que vale lembrar é que muitas pessoas  
2371 ligadas a grupos de pressão contra as Fundações em um passado recente  
2372 fizeram muitas críticas às Fundações da FEA, dizendo que elas atrapalham a  
2373 pesquisa e o ensino, mas temos evidências contrárias a isso, a última  
2374 avaliação da CAPES demonstrou exatamente o oposto, os cursos de pós-  
2375 graduação da FEA são os melhores do País. Lembro, também, que os cursos  
2376 de especialização são a principal fonte de receita da FEA. No Passado, quando  
2377 esta Fundação ainda estava operando dentro do *campus* da USP, oferecia  
2378 cursos em parceria com o Departamento de Administração, estava ligada a  
2379 este Departamento e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, com diplomas  
2380 expedidos pela própria USP, na época. Depois que a Fundação foi obrigada a  
2381 sair do *campus* da USP, se transformou em uma IEC - Instituição  
2382 Especialmente Criada pelo MEC, autorizada a oferecer cursos de  
2383 especialização reconhecidos pelo MEC. Recentemente, diante de propostas  
2384 específicas de grupos de interesse, no sentido de extinguir as IECs, sendo  
2385 acolhidas pelo MEC estas propostas, a FEA e a FIPE-CAFI optaram por se  
2386 transformar em uma IS para continuar oferecendo seus cursos. Essa foi uma  
2387 decisão dos Conselhos dessas duas Fundações. Gostaria de frisar que a FEA e  
2388 as Fundações da FEA são fundações de direito privado, com personalidade  
2389 jurídica própria, sem nenhum vínculo com a USP. O único vínculo das  
2390 Fundações com a Faculdade é que elas foram constituídas e são dirigidas por  
2391 professores da FEA. E mesmo fora da FEA não estão usando nenhum tipo de  
2392 recurso público, não tem dotação orçamentária, não usam prédios e mais nada  
2393 da USP, mas mesmo assim entendem que são Fundações de Apoio e  
2394 contribuem com a Faculdade, tanto no sentido material como no sentido  
2395 acadêmico e de pesquisa. E como o próprio representante discente mencionou,  
2396 na percepção da comunidade da FEA - discentes, professores e todos - as  
2397 Fundações desempenham um papel muito importante.” **Cons. Manoel**  
2398 **Fernandes de Sousa Neto:** “Com relação à Fundação, acho que o  
2399 fundamental que as Fundações se apropriam da USP é exatamente o carimbo  
2400 USP, o selo USP de qualidade, a grife desta Instituição. No meu entendimento  
2401 isso é resultado de uma apropriação. Pode-se fazer qualquer tipo de atividade,  
2402 em qualquer lugar, mas vai levar sempre o selo da Universidade de São Paulo

2403 e isso significa uma apropriação, um processo de privatização da Universidade.  
2404 E não poderia deixar de ter uma posição diferente quando proponho que não  
2405 sejam oferecidos cursos privados ou que paguemos cursos e, de repente, que  
2406 tenhamos cursos no interior da Universidade pública, que na realidade se  
2407 locupletem, no meu entendimento, do que foi a construção de um patrimônio  
2408 que tem mais de 75 anos. Fico muito assustado que, de repente, alguns  
2409 estudantes defendam isso claramente quando sabemos dos diversos  
2410 problemas causados pelas das Fundações no interior da USP, nomeadamente  
2411 por aquela muito conhecida e que é da FEA. Perdoe-me Professor Reinaldo,  
2412 mas é impossível não falar sobre isto. E não tenho uma atitude similar àquela  
2413 que foi tomada na discussão anterior. Acho que a Universidade deveria,  
2414 inclusive, pautar esse debate com relação a existência de instituições privadas,  
2415 que dentro ou fora da Universidade, do ponto de vista físico, apropriam-se  
2416 daquilo que a Universidade tem de melhor, no meu entendimento. Outro  
2417 assunto, é que foi solicitado diversas vezes e de maneira renitente, que nos  
2418 fosse cedida a lista dos Professores Doutores, para que nós, como  
2419 representante dos Doutores, pudéssemos nos comunicar com eles de maneira  
2420 mais ágil. E a nossa solicitação foi denegada com parecer da CJ, que baseado  
2421 no artigo 5º da Constituição, propõe que aquilo que tem a ver com a vida íntima  
2422 e privada das pessoas não pode ser liberado. Quando da última eleição para  
2423 Reitor lembro-me de ter recebido, pelo menos, duas ou três propostas de  
2424 candidaturas na caixa postal do meu *e-mail*. Ontem, por exemplo, vasculhando  
2425 os *e-mail* da minha caixa postal, pude encontrar o *e-mail* enviado pelo Prof. Rui  
2426 Altafim, com seu programa inteiro. Mas outros candidatos também fizeram uso  
2427 do mesmo tipo de procedimento. Gostaria de saber se, por ventura, os  
2428 candidatos também tiveram que entrar com ação judicial, como me foi  
2429 sugerido, para ter a lista dos docentes ou se eles conseguiram a lista dos  
2430 docentes, inclusive do meu *e-mail* privativo, para enviar a sua proposição. Essa  
2431 é a pergunta que gostaria de fazer: se os candidatos a Reitor, à época, aqueles  
2432 que conseguiram os *e-mails*, como consta da minha caixa postal, tiveram que  
2433 passar por um procedimento de natureza judicial para consegui-los. Gostaria  
2434 de ter esta questão respondida pela atual gestão. Gostaria de propor que a  
2435 eleição para representante dos Professores Doutores, nas próximas  
2436 representações, não seja feita de maneira delegada, como acontece, a partir  
2437 de um determinado colégio eleitoral reduzido, mas que seja feita de maneira  
2438 ampla, para que a representação seja, inclusive, mais legítima e que  
2439 fizéssemos isto de maneira universal, onde todos os professores doutores  
2440 possam votar na sua categoria e que todos os professores associados também  
2441 possam votar na sua categoria. Outra questão que considero demasiado  
2442 importante é que se considere a discussão que fizemos anteriormente sobre a  
2443 possibilidade de inclusão de trabalhadores técnico-administrativos em cursos  
2444 no interior da própria Universidade, sem que precisássemos remunerar  
2445 qualquer instituição de fora, como já foi proposto anteriormente.” **Prof. Dr.**  
2446 **Rubens Beçak:** “Esta Secretaria Geral, na linha do que já foi dito pelo Vice-  
2447 Reitor, tem anotado todos os questionamentos para, eventualmente,  
2448 responder. Com relação às listas que o Prof. Manoel alega, não posso me  
2449 manifestar porque tomei posse na Secretaria Geral nesta gestão, em 02 de  
2450 fevereiro passado. Desde então, todas as solicitações foram denegadas com  
2451 base no entendimento da Secretaria, de que precisaria de um parecer da

2452 antiga CJ, atual Procuradoria Geral, que finalmente veio à lume e o nobre  
2453 Professor tem acesso, negando a divulgação com base na questão da  
2454 privacidade.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães:** “Aproveito a questão da  
2455 lista de *e-mails* para dizer que também foi solicitada a lista de *e-mails* dos  
2456 Professores Associados. Ninguém deseja afrontar a Constituição, mas não  
2457 sinto que a representação dos Professores Associados é tão estranha e que  
2458 estaria violando a privacidade dos representados. Acredito que é válida a  
2459 discussão desse aspecto, pois a representação quer fazer uma comunicação  
2460 direta com os seus representados e isso não parece que afronte o direito à  
2461 individualidade dos colegas. Também recebi *e-mails* de candidatos a Reitor,  
2462 além de ter recebido, também, certo *e-mail* quando houve uma polêmica que  
2463 envolvia um colega da Faculdade de Educação e um colega do Instituto de  
2464 Matemática e Estatística, assim como muitas pessoas. Queria dizer à  
2465 Secretaria Geral, em especial, que a demanda pelos *e-mails* e pelo acesso é  
2466 uma demanda também dos Professores Associados, para não mais passar à  
2467 Comissão de Informática que, por sua vez, faz repercutir qualquer informação.  
2468 Por exemplo, se faço um relatório das reuniões que participei, mando para a  
2469 Comissão de Informática que repassa esse documento aos professores. Não  
2470 existe a possibilidade de haver uma conversa interna entre os Professores  
2471 Associados, isto é, mandando para meu *e-mail* pessoal. Gostaríamos de  
2472 aproveitar a discussão que foi suscitada pela Comissão de Carreira, para as  
2473 Congregações discutirem. Gostaria de voltar um pouco à discussão da carreira  
2474 naquilo que, do nosso ponto de vista, foi a origem dessa discussão. Essa  
2475 origem, se buscarmos lá atrás, na representação anterior dos Professores  
2476 Associados, que foi feita pela Prof.<sup>a</sup> Zilda, um dos pontos importantes dessa  
2477 discussão era a implementação do Professor Pleno, como tentando de alguma  
2478 maneira abrir esse gargalo de progressão pelo número de cargos titulares ser  
2479 definido ou ser limitado. Assim, se voltarmos naquele tempo em que isso  
2480 começou a ser discutido, a grande motivação era a questão do Professor Pleno  
2481 exatamente como uma posição de ascensão, lembrando bem que temos uma  
2482 discussão que pode ficar complicada com relação a previdência, uma vez que  
2483 a Constituição estabeleceu que quem entrar no serviço público a partir de 2003  
2484 não terá as mesmas condições de integralidade e de paridade daqueles que  
2485 entraram antes dessa data. Todo mundo que fez um concurso de Professor  
2486 Titular, a partir de 2003, pede demissão do eventual cargo de Doutor e  
2487 ingressa no serviço público no novo cargo de Titular. Claro que a Universidade  
2488 tem entendido que não se está re-ingressando, mas volto a chamar a atenção  
2489 de que essa é uma prática temerária. Se daqui há 10 anos alguém do  
2490 Ministério Público faz a leitura sobre o que disse a Reforma Constitucional,  
2491 muitos colegas que fizeram o seu concurso de titular após 2003, correrão o  
2492 sério risco de ter que, talvez, até devolver proventos recebidos. Essa é uma  
2493 questão que se relaciona com a questão da carreira, porque é muito natural  
2494 que as pessoas queiram ascender na carreira e fazer o concurso de Titular e  
2495 ter as prerrogativas que, por enquanto, estão reservadas aos Professores  
2496 Titulares. Outro tema refere-se à Universidade, que entregou no Tribunal de  
2497 Justiça a famosa relação dos proventos recebidos em 1987 por aqueles que  
2498 são beneficiários da ação do gatilho. Reforçando a preocupação e a fala do  
2499 Prof. Engler, faço um parêntese pegando a informação que tenho da ADUSP,  
2500 pois sou uma das pessoas que tem cuidado da questão do gatilho na ADUSP.

2501 A informação que foi entregue em juízo envolve 85 mil páginas, onde cada  
2502 página corresponde a uma folha de holerite de 1987 até 1988. Da forma como  
2503 está, isto é um completo *nonsense* do ponto de vista de cálculo. Foi feita uma  
2504 solicitação para que a Universidade produzisse isso em um formato passível de  
2505 ser transformado em uma planilha ou banco de dados, para que efetivamente a  
2506 conta possa ser feita, do contrário, a conta terá que ser feita uma por uma.  
2507 Chamo a atenção para isso porque a famosa boa vontade da administração no  
2508 sentido de apressar a questão do pagamento do gatilho precisa se traduzir em  
2509 atos concretos. Assim esperamos, pois a solicitação foi feita e não há má  
2510 vontade de transformar essa informação, porque do ponto de vista prático hoje  
2511 ela é informação, mas imaginem 85 mil páginas com números de onde tem que  
2512 se retirar várias alíneas para calcular qual o provento que a pessoa tem. Isso é  
2513 um trabalho complicado. Fui procurado por alguns estudantes, com relação a  
2514 sindicâncias que vem acontecendo e algumas que vem sendo reavivadas com  
2515 relação à ocupação de 2007 e talvez os estudantes se manifestem sobre isso.  
2516 Certamente, isso é uma preocupação que temos. Tive acesso e li muito  
2517 rapidamente a Portaria, ao que parece que o Reitor instituiu a comissão  
2518 disciplinar e menciona uma Comissão de Sindicância. E ao ler a manifestação  
2519 da Comissão de Sindicância, ela é bastante pela minha leitura, é uma coisa  
2520 que diz que não é possível individualizar penalidades. De forma que não  
2521 entendo por que se faz essa nova ofensiva de uma tentativa de criminalização  
2522 do movimento social, particularmente na Universidade. Isso é reacender  
2523 ânimos, é criar expectativas de entreveros e a Universidade deveria saber  
2524 superar isso com mais inteligência. Recebi isso e de novo os colegas com  
2525 quem conversei expressam preocupação em reacender o caráter de  
2526 perseguição política.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “Primeiro, quero tratar do  
2527 fruto do Simpósio Internacional de Iniciação Científica que hora está se  
2528 realizando na Escola Politécnica. Esse Simpósio congrega uma quantidade  
2529 razoável de estudantes e será, de fato, um evento importante para nós. Nessa  
2530 abertura, tivemos vários pronunciamentos e um deles foi o da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria  
2531 Inês, no qual colocou os números das bolsas de Iniciação Científica da USP,  
2532 que contempla hoje 5.100 bolsistas de Iniciação Científica, uma porcentagem  
2533 importante, pois quase 10% dos nossos estudantes são contemplados com  
2534 essa bolsa. O que me assustou foi saber que apenas 950 dessas bolsas foram  
2535 destinadas às Engenharias e Ciências Exatas, ou seja, menos de 18% do total.  
2536 Isso é algo para reflexão porque, de fato, as Ciências Exatas e as Engenharias  
2537 atualmente estão necessitando de uma atenção especial da Universidade, em  
2538 função de tudo que está ocorrendo. As Humanidades, as Ciências Biológicas,  
2539 as Ciências Médicas têm sua importância, como também têm as Ciências  
2540 Exatas, portanto, há que se refletir sobre formas de se incentivar os alunos de  
2541 exatas a buscar essas bolsas. A segunda questão refere-se a uma notícia  
2542 muito triste da morte de um Politécnico em São Carlos em uma festa  
2543 promovida pela Prefeitura. Foi uma notícia de fato chocante para nossa  
2544 Unidade, muito preocupante e levanta a questão de que as festas promovem  
2545 coisas desse tipo. Convém destacar que essa festa não é uma festa da  
2546 Universidade de São Paulo, muito menos da Escola de Engenharia de São  
2547 Carlos, é uma festa da Prefeitura da Cidade de São Carlos. Começou na  
2548 Escola de Engenharia de São Carlos, mas é a Prefeitura quem está realizando-  
2549 a. Ela oferece apoio e é por essa razão que a coisa cresce. Se ficasse só

2550 restrito ao ambiente acadêmico seria uma forma diferente, mas do jeito que  
2551 esse evento foi divulgado, traz pessoas de toda a região. Foi algo triste, mas  
2552 temos que aprender uma lição com esse episódio, e precisamos tomar uma  
2553 decisão de como tratar essa questão por parte da Universidade. Nós dirigentes  
2554 ficamos em uma situação complicada, porque proibir um evento desse tipo é  
2555 proibir que ocorra o relacionamento entre os estudantes, coisa que não é  
2556 adequada. É importante que eles convivam e discutam idéias dentro de um  
2557 ambiente seguro, contudo, sem uma orientação da Universidade, torna-se  
2558 complicado, pois cada um toma a decisão que acha adequada e, às vezes,  
2559 podem ocorrer acidentes dessa natureza.” **Cons. Rodrigo Souza Neves:** “A  
2560 festa não é organizada pelo CAASO enquanto Centro Acadêmico. O CAASO  
2561 oferece um apoio à festa, contudo não é o organizador. Quem organiza essa  
2562 festa é a Atlética do CAASO, que é uma instituição em separado.  
2563 Recentemente, inclusive, houve brigas entre as duas entidades quanto à  
2564 organização da festa e a própria arrecadação. O Centro Acadêmico da  
2565 Universidade Federal de São Carlos é que está envolvido na organização da  
2566 festa. O CAASO em si não tem parte na organização e nem na elaboração da  
2567 festa, ele só entra com um apoio nominal. Esta é a informação que recebi  
2568 quando do meu contato recente com o Centro Acadêmico.” **Vice-Reitor:**  
2569 “Certamente, acompanhando notícias na televisão vemos os jovens indo para o  
2570 *Campus* da USP em São Carlos, com certeza há muitos envolvidos e é nossa  
2571 responsabilidade um aprofundamento da questão para entender bem o que se  
2572 passa para tomar as medidas adequadas.” **Cons. Dário Ferreira de Souza**  
2573 **Neto:** “Os Senhores e as Senhoras devem ter acompanhado na imprensa a  
2574 violência acontecida na Avenida Paulista, na manhã de domingo contra três  
2575 jovens homossexuais. Um grupo que, supõe-se, sejam de *skinheads* atacaram  
2576 esses jovens em separado, isto é, atacaram dois rapazes e depois atacaram o  
2577 outro a uma certa distância, sendo que um deles se encontra hospitalizado. Ao  
2578 mesmo tempo, no Rio de Janeiro, aconteceu a 15ª Parada LGBT e na praia de  
2579 Ipanema, no Arpoador, alguns jovens casais homossexuais foram abordados  
2580 pela Polícia do Exército; e nessa abordagem, segundo a vítima, um dos  
2581 policiais baleou no estômago um desses jovens, que se encontra hospitalizado,  
2582 mas não corre risco de morte. Há um tempo atrás, ocorreu uma festa  
2583 organizada pelos estudantes da ECA, apesar de ter sido fora do *Campus*,  
2584 tratou-se de uma festa de estudantes da Universidade, e também um casal que  
2585 se encontrava sentado foi abordado por três estudantes - que ainda não foram  
2586 identificados, não sabemos se esses rapazes são ou não estudantes da USP  
2587 sabemos que um deles é do Instituto de Biologia - e os agrediram com socos e  
2588 chutes. A segurança privada contratada presenciou a cena e não fez nada.  
2589 Estamos falando de uma situação que vem acontecendo de forma recorrente  
2590 no Brasil, qual seja, homossexuais sendo agredidos, sendo que muitos acabam  
2591 morrendo por conta das agressões. E pouco tem sido feito no sentido de  
2592 impedir isso. Aliás, por conta de alguns avanços que, particularmente,  
2593 considero tímidos diante da situação de violência, conseguiu-se estabelecer  
2594 certo respeito para com a comunidade LGBT. Contudo, também presenciamos  
2595 na mídia uma ofensiva muito forte, principalmente por parte de  
2596 fundamentalistas religiosos, que atacam e incitam a violência, na medida em  
2597 que nos caracteriza negativamente. Posto isso e diante dessa situação de  
2598 violência, trago uma proposta ao Conselho Universitário de moção de repúdio,

2599 que passo a ler para a apreciação dos Senhores Conselheiros: 'São Paulo, 16  
2600 de novembro de 2010 / O Conselho Universitário da Universidade de São  
2601 Paulo, reunido em 16 de novembro de 2010, em sua 936ª Sessão, vem a  
2602 público manifestar-se em relação às violências acontecidas, neste domingo  
2603 passado, contra jovens por conta de sua orientação sexual. Tanto a violência  
2604 praticada na Avenida Paulista por cinco rapazes contra três jovens assumidos  
2605 homossexuais, quanto à violência contra um rapaz atingido por uma bala na  
2606 cidade do Rio de Janeiro, após a 15ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de  
2607 Janeiro mostram a gravidade da intolerância ocorrida no Brasil contra a  
2608 população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais por conta  
2609 de sua orientação sexual e identidade de gênero. Em face do papel pedagógico  
2610 desta Universidade, cuja base fundamental é o respeito à dignidade da pessoa  
2611 humana, e da maior parte de seu corpo discente ser formado pela juventude,  
2612 este Conselho compreende que essas ações de violência que atacam os  
2613 direitos da juventude homossexual brasileira vão contra os princípios  
2614 fundamentais que norteiam o papel formador desta Universidade. É de  
2615 conhecimento que violências motivadas por homofobia têm ocorrido  
2616 frequentemente, tornando o Brasil um dos países que mais pune com a morte  
2617 as pessoas que não se enquadram na lógica heteronormativa. Por este  
2618 Conselho acreditar no Estado de Direito e defendê-lo, é fundamental que a  
2619 sociedade brasileira repudie toda prática de intolerância e violência e  
2620 necessário que o poder público, principalmente o executivo e o legislativo, tome  
2621 medidas legais para efetivar políticas públicas no combate à intolerância e para  
2622 a educação ao respeito e à diversidade fundadas na Declaração Universal dos  
2623 Direitos Humanos. Por isso, este Conselho apresenta esta moção de repúdio a  
2624 esses casos de violências citados, bem como a qualquer forma de violência e  
2625 de prática da intolerância, acreditando que nenhuma violência seja justificada e  
2626 que qualquer diferença deva ser considerada como elemento positivo na  
2627 constituição de uma sociedade pautada na democracia e no respeito aos  
2628 Direitos Humanos.' Esta é a proposta que apresento, entendendo que,  
2629 principalmente, pelo papel formador dessa Universidade e diante dessa  
2630 situação grave de violência que cada vez aumenta mais no Brasil, a  
2631 importância de como a Universidade se manifesta em relação a isso, tendo em  
2632 vista a importância da USP na formação da opinião pública e em relação às  
2633 instâncias públicas desse país. Faço esse apelo ao Conselho no sentido de  
2634 sensibilização das questões e posicionamento diante dos fatos ocorridos."

2635 **Vice-Reitor:** "Por força do número reduzido de pessoas, gostaria que essa  
2636 proposta fosse encaminhada e, na próxima reunião, trataremos do assunto."

2637 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Parablenzo o Cons. Dário Ferreira de Souza  
2638 Neto pela proposta de moção, pois é importante e de uma responsabilidade  
2639 ímpar que este Conselho aprove essa moção. Proponho ao Prof. Hélio que a  
2640 aprovação desse texto se dê hoje, pelo motivo de que esses agressores foram  
2641 liberados hoje pela polícia. Portanto, seria interessante que esse Conselho e  
2642 essa Universidade se posicionassem em relação a esse assunto hoje. Gostaria  
2643 de retomar um velho tema, que não haveria necessidade, mas, infelizmente,  
2644 trago novamente. Houve uma resposta à indagação feita no Conselho anterior  
2645 que, no entanto, não responde efetivamente à pergunta que os servidores e  
2646 professores fizeram, qual seja: receberemos ou não o prêmio Excelência  
2647 Acadêmica? A Reitoria tem se posicionado dizendo que a questão encontra-se

2648 em estudo, mas já estamos quase no final do mês de novembro. É verdade  
2649 que o prêmio pode ser pago até o final do semestre, em dezembro, então ele  
2650 pode ficar em estudo até o dia 31 de dezembro para a viabilidade de  
2651 pagamento no segundo semestre. Contudo, os funcionários gostariam de obter  
2652 uma resposta prontamente, isto é, se teremos ou não o pagamento do Prêmio  
2653 esse ano. Deixo novamente a pergunta, mesmo porque essa resposta é para  
2654 toda comunidade, mas por incrível que pareça, em uma das rodadas de  
2655 negociação que tivemos a algum tempo, em outubro, fiz essa mesma pergunta  
2656 uma vez que faço parte da Comissão que foi instituída ao final da greve dos  
2657 funcionários e que está negociando alguns pontos com uma Comissão tirada  
2658 pela Reitoria. Assim, fiz essa mesma pergunta que me foi devolvida,  
2659 argumentando que, já que sou representante dos servidores da USP nessa  
2660 Comissão que foi tirada por esse Conselho para estudar o pagamento desse  
2661 Prêmio, eu deveria saber. E, de forma alguma, fui chamado ou colocado a par  
2662 de qualquer discussão ou estudo para concessão desse Prêmio. De modo que,  
2663 enquanto membro dessa Comissão, peço para ser colocado minimamente a  
2664 par dessa discussão. Desde o início, quando começamos a discussão sobre  
2665 Fundações na Universidade, sabíamos exatamente o que elas eram na  
2666 Universidade. E a resposta foi dada pelo Prof. Manoel. A FIA está montando  
2667 um curso de graduação, e é isso que as Fundações são para nossa  
2668 Universidade, sugam o que nós temos de melhor e devolvem um curso de  
2669 graduação ao valor exorbitante de dois mil reais. Certamente, grande parte da  
2670 população de São Paulo que faz dessa Universidade a melhor, pagando seu  
2671 imposto de renda, do feijão e do arroz, não vai poder pagar um curso de  
2672 graduação da FIA a esse valor. Enquanto cidadão, penso que isso é uma  
2673 pouca vergonha. E como Unidade da USP, não admitiremos que qualquer  
2674 estudante ou qualquer membro desse curso da FIA faça uso de qualquer  
2675 instrumento da nossa Universidade, principalmente, das bibliotecas da FEA.”  
2676 **Cons. Oswaldo Luiz Bezzon:** "Não poderia não me manifestar em relação a  
2677 proposta feita pelo Prof. Euclides. De início, quero dizer que minha Unidade  
2678 está aberta a qualquer iniciativa que esse Conselho entenda por bem, no  
2679 sentido de nos ajudar. Ajuda e orientação são sempre bem-vindas, por isso a  
2680 Unidade está totalmente aberta. Quero, também, deixar registrado que essa  
2681 Comissão que o Professor afirmou ter em sua Unidade, nós também temos na  
2682 nossa. Nossa Unidades tem 86 anos e essa Comissão tem dois anos e meio.  
2683 Tenho três anos de mandato, de forma que sei o quanto me custou criar essa  
2684 Comissão que hoje analisa, entre outras atividades, todas as propostas de  
2685 banca que são enviadas para a Congregação. Hoje, a Congregação analisa,  
2686 com base no parecer dessa Comissão, qualquer conflito de interesse, qualquer  
2687 indício de que o Concurso não tenha caminhado de forma isenta e correta. Isso  
2688 gerou determinadas manifestações contrárias, evidentemente, por causa do  
2689 comportamento da Unidade de entender que o Departamento não deve  
2690 satisfações à Congregação. O que estamos tentando fazer na Unidade, com  
2691 dificuldade, uma vez que mudar esse comportamento não é fácil, é criar um  
2692 modelo de gestão que seja feito em torno de um entendimento das pessoas na  
2693 Congregação, porque isso não há. O que prevalece é a convicção de que o  
2694 departamento pode fazer o que quer e ninguém pode interferir. Contudo,  
2695 quando os docentes manifestam o descontentamento e a questão chega à  
2696 Congregação, ouço indagações como 'justifique o porquê da decisão', ao que

2697 respondo 'decidimos assim, pois temos o direito de decidir dessa forma'. Assim,  
2698 essas são as questões que temos discutido na Unidade, algumas são questões  
2699 específicas que temos tratado com os departamentos pertinentes. Outra  
2700 situação, que já me aconteceu, refere-se a quando o departamento manda uma  
2701 sugestão de nomes e a Congregação se rende ao nome indicado. Porém,  
2702 quando é necessário explicar para um Pró-Reitor - como ocorreu comigo na  
2703 gestão passada - o porquê que em nove reuniões em um determinado  
2704 Conselho a Unidade só esteve representada em uma, é o diretor que tem que  
2705 explicar essa ausência e não o chefe de departamento." **Cons.<sup>a</sup> Sandra**  
2706 **Margarida Nitrini:** "Quando o Prof. Vahan falou sobre a Pós-Graduação e  
2707 ofereceu uma visão geral da situação das nossas notas e da CAPES, ele  
2708 parabenizou a Faculdade de Filosofia pela aprovação de um curso de Pós-  
2709 Graduação que é inédito no mundo, isto é, a criação de uma Pós-Graduação  
2710 de estudos semíticos que reúne estudos árabes e hebraicos. A Faculdade está  
2711 muito satisfeita em ter conseguido a aprovação desse curso, contudo quero  
2712 lembrar que essa luta começou na gestão do Prof. Gabriel Cohn. Foi devido ao  
2713 empenho dele de reunir estudiosos e professores da área de Árabe e de  
2714 Hebraico, em várias reuniões. Dessa forma, houve todo um trabalho e na  
2715 passagem das gestões, uma gestão colhe os frutos e fica com o mérito do  
2716 trabalho das outras, de forma que gostaria de deixar consignado neste  
2717 Conselho que se hoje temos esse curso inédito, a Faculdade de Filosofia,  
2718 Letras e Ciências Humanas deve muito ao projeto intelectual do Prof. Gabriel  
2719 Cohn, com o apoio dos docentes do Departamento de Letras Orientais,  
2720 especificamente, da área de Árabe e Hebraico." **Cons. Renan Theodoro de**  
2721 **Oliveira:** "Falarei sobre o ponto já abordado pelo Prof. Marcos Magalhães. Na  
2722 terça-feira passada, estivemos reunidos para discutir a democratização da  
2723 Universidade, seja através da reformulação do sistema de eleição para Reitor,  
2724 seja através da reforma do acesso a essa Universidade. Sou aluno das  
2725 Ciências Sociais e, por ser representante discente, tanto no Co quanto na  
2726 gestão eleita do DCE e no dia seguinte, fui procurado no saguão da Unidade,  
2727 pelos estudantes que estão sob sindicância, tanto no processo da ocupação de  
2728 2007, quanto no processo mais recente. A sindicância do primeiro processo  
2729 indicou que os estudantes sejam expulsos e entre estes há alunos que estão  
2730 em vias de se formar, outros estão para ingressar no mestrado, ou seja,  
2731 pessoas que possuem uma série de responsabilidades, como todos temos.  
2732 Recentemente, teve até um ato organizado pelos estudantes que estão sendo  
2733 processados sem sindicância, o que é muito preocupante, que não foi um ato  
2734 massivo, em frente à Reitoria, na terça-feira. Não estou exigindo a 'correta'  
2735 punição, mas sem sindicância se pula uma parte importante do processo. São  
2736 alunos que estão sendo processados pela ocupação da moradia estudantil.  
2737 Independentemente de estar em jogo a graduação e a pós-graduação desses  
2738 estudantes, o que tem preocupado - e é por isso que o DCE e tanto eu como  
2739 outros representantes discentes tem se debruçado nesse assunto - não pelo  
2740 fato hipotético de que se criminalize os movimentos sociais, pois o que está  
2741 acontecendo é, de fato, a criminalização dos movimentos sociais. Diante disso,  
2742 não está em risco apenas a graduação dos alunos, mas sim a participação  
2743 democrática dos estudantes nessa Universidade. Não me refiro a ações  
2744 individuais e o que cada atitude acarreta, mas os estudantes tem se  
2745 preocupado - não só os envolvidos diretamente, mas também os que gostam

2746 de discutir no seu cotidiano - em saber dos rumos da Universidade, porque  
2747 sabem que é importante pensar coletivamente os rumos que a Universidade  
2748 tem tomado, que sejamos impedidos de maneira legal de nos manifestar a  
2749 respeito do que consideramos errado ou correto. Nesse sentido, não sei se  
2750 todos estão a par do que vem acontecendo, mas entre os estudantes a  
2751 preocupação é grande e estamos nos organizando para discutir quais  
2752 ferramentas para continuar com o diálogo. Já sinalizamos ao Prof. Rodas  
2753 nossa preocupação quanto a isso e nas próximas semanas seguiremos  
2754 discutindo a questão mais profundamente, procurando encontrar saídas que  
2755 impeçam que os estudantes e todo e qualquer movimento social da  
2756 Universidade se sinta coagido, como o movimento estudantil, dos  
2757 trabalhadores e dos professores, de atuar politicamente. Ninguém gosta de  
2758 passar horas do seu dia discutindo política, discutindo os rumos da  
2759 Universidade simplesmente por ter prazer nisso, mas porque acha importante e  
2760 necessário. Em conversa com o Cons. Dário, sugeriria que para evitar que  
2761 essa moção de repúdio não seja pautada novamente em um espaço  
2762 esvaziado, pois as pessoas não têm disponibilidade para ficar até o final da  
2763 sessão, que isso seja um ponto de pauta no começo do próximo Co, que isso  
2764 seja discutido logo ao começo por ser um tema importantíssimo e que tem sido  
2765 muito discutido e não podemos deixar essa discussão para um momento  
2766 esvaziado." **Cons. Rodrigo Souza Neves:** "Peço desculpas a forma como se  
2767 colocou meu aparte. Na hora, acreditei que seria melhor manifestar a minha  
2768 posição quanto ao que ocorreu em São Carlos, e isso acabou se confundindo  
2769 com o tema da minha fala. Originalmente, havia me inscrito para tratar de dois  
2770 problemas relativos a dois *campi* dessa Universidade. Recentemente, entrei em  
2771 contato com alguns alunos do *campus* de Ribeirão Preto e dos dois *campi* de  
2772 Lorena e eles me apresentaram algumas situações que necessitam da atenção  
2773 desse Conselho. A primeira questão refere-se aos *Campi* I e II da cidade de  
2774 Lorena, os quais visitei recentemente, e conversei com os integrantes dos  
2775 Centros Acadêmicos locais e com alguns estudantes. Presenciei uma situação  
2776 problemática em relação à assistência estudantil. Embora, academicamente, a  
2777 Universidade tenha feito um excelente trabalho nos *campi* de Lorena, e que os  
2778 cursos tenham transcorrido muito bem, ainda há alguns problemas no que  
2779 tange à permanência estudantil e a própria assistência. No momento, não há  
2780 bandeirão nesses *campi*, embora isso seja compensado pela existência de um  
2781 sopão, que os alunos e funcionários realizam em substituição ao bandeirão e,  
2782 inclusive, pude atestar que a qualidade é melhor. Além disso, nesses dois  
2783 *campi* ainda não há moradia estudantil e o mais importante e que mais afeta a  
2784 qualidade de ensino nesses dois *campi* é que não há nenhum tipo de  
2785 transporte gratuito entre eles. Atualmente, os alunos que estudam no *Campus*  
2786 I, não conseguem chegar ao *Campus* II a tempo de suas aulas, atrasando até  
2787 meia-hora devido a distância entre os dois *Campi*, que seria o equivalente  
2788 quase a distância entre o MAE e a Faculdade de Direito, a ser percorrido por  
2789 dois ônibus possivelmente ou de carro passando por uma estrada. Trata-se,  
2790 assim, de um problema de trânsito que impede os alunos de desenvolverem  
2791 suas atividades adequadamente. Pelo que os Centros Acadêmicos me  
2792 informaram, já existe um ônibus que pertence à Escola de Engenharia e  
2793 existem alguns motoristas que foram contratados para a função e que  
2794 poderiam ser deslocados para essa tarefa. Por isso, proponho não só a

2795 diretoria da Unidade, como a própria Coordenadoria do *Campus* da Capital que  
2796 é responsável em parte pelo sistema de infraestrutura do curso de Lorena, que  
2797 se disponibilizasse alguma verba, mesmo em caráter emergencial, para que  
2798 desde já, se instale um sistema de ônibus circular entre esses dois *campi* e que  
2799 mesmo que não possa ser com a frequência adequada, que ao menos consiga  
2800 atender os horários básicos de aula, de maneira que os estudantes desses  
2801 *campi* não sejam mais prejudicados. Tendo dito isso, passo a outra questão  
2802 que foi trazida até mim pelas Associações Atléticas do *campus* de Ribeirão  
2803 Preto. Recentemente, houve uma mudança no estatuto que rege o CEFER,  
2804 Centro de Educação Física, Esportes e Recreação. Uma série de discussões  
2805 entre os alunos e a Coordenadoria do *Campus* estão acontecendo para ver  
2806 como se dará a resolução da questão. Atualmente, o CEFER opera até as zero  
2807 horas e trinta minutos, contudo houve uma proposta de mudança do  
2808 regulamento que limita esse horário até às vinte e duas horas. Uma mudança  
2809 como essa afeta completamente a grade de treinos e de práticas esportivas de  
2810 todos os alunos do *campus*, em especial os alunos do noturno que, segundo a  
2811 Atlética e conforme pude constatar pelos dados que eles me passaram,  
2812 incluindo a agenda completa de treinos que me disponibilizo a passar para a  
2813 Secretaria Geral e a Reitoria, seria impossível para os alunos do noturno,  
2814 trabalhadores e professores que também utilizam esse espaço, permanecer  
2815 praticando suas atividades. Apesar disso, essa limitação do horário se dá por  
2816 um motivo justo, a saber, a falta de um profissional de Educação Física que  
2817 possa atender o CEFER nesse horário. Atualmente, não há um funcionário  
2818 contratado para tal e creio que ninguém defende que essa situação seja  
2819 mantida como está. O CEFER não pode operar dentro de um critério de  
2820 legalidade e a legislação brasileira exige que haja esse profissional de  
2821 educação física. Assim, proponho que fosse avaliada a possibilidade de  
2822 pagamento de horas-extras para os funcionários que atualmente realizam a  
2823 tarefa de regulamentar o CEFER no campo da Educação Física ou que se  
2824 contrate alguém, em caráter temporário, mas que de forma alguma se  
2825 diminuísse o horário da prática esportiva, porque isso confronta o próprio  
2826 regulamento que rege o CEFER e afirma que o mesmo deve ser um promotor  
2827 da prática esportiva em todo o *campus*. Quando se limita isso somente a um  
2828 horário e impede a prática dos alunos do noturno, acaba-se por tolher o direito  
2829 destes. Além de que, isso vai em confronto com o que tem sido uma prática  
2830 louvável da Universidade nos últimos tempos, que tem sido a de expandir suas  
2831 atividades para o período noturno. Uma das coisas que mais defendo e  
2832 concordo na atual Administração da USP é justamente o enfoque em expandir  
2833 as atividades para o período noturno e adaptar os cursos e os serviços que já  
2834 existem a esse horário. Tenho comigo uma carta das Associações Atléticas de  
2835 Ribeirão Preto, que me pediram que a entregasse ao Reitor e gostaria que  
2836 essa questão recebesse alguma atenção nas próximas semanas." **Vice-Reitor:**  
2837 "Chegamos ao final de mais uma sessão e lembro aos Conselheiros que hoje  
2838 a noite temos o Encontro de Gerações." Nada mais havendo a tratar, o Vice-  
2839 Reitor dá por encerrada a reunião às 16 horas. Do que, para constar, eu,  
2840 , Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e solicitei  
2841 que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros  
2842 presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São  
2843 Paulo, 16 de novembro de 2010.